

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Ronaldo Sousa Paiva

**OS TEXTOS DE NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL E DA RELAÇÃO COM OS TEXTOS
MOTIVADORES**

TERESINA-PI 2024

Ronaldo Sousa Paiva

OS TEXTOS DE NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL E DA RELAÇÃO COM OS TEXTOS MOTIVADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí, como requisito para defesa da Dissertação do Mestrado Acadêmico em Letras, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Janaica Gomes Matos.

Área de Concentração: Linguagem e Cultura
Linha de Pesquisa: Estudos do texto: descrição e ensino.

TERESINA-PI 2024

P142t Paiva, Ronaldo Sousa.

Os textos de nota mil na redação do ENEM: uma análise da construção composicional e da relação com os textos motivadores / Ronaldo Sousa Paiva. - 2024.

132 f. il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, Campus Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2024.

"Orientadora: Dra. Janaica Gomes Matos".

"Área de Concentração: Linguagem e Cultura".

1. Plano de texto. 2. Sequência argumentativa. 3. Paráfrase. 4. Redação do ENEM. I. Matos, Janaica Gomes. II. Título.

CDD 469.02

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
NAYLA KEDMA DE CARVALHO SANTOS (Bibliotecário) CRB-3^º/1188



RONALDO SOUSA PAIVA

Esta dissertação foi defendida às 09:00h, do dia 26 de Abril de 2024, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado sob a condicionante de que os ajustes sugeridos pela banca sejam realizados e validados pela orientadora no prazo regimental.

Janaica Gomes Matos

Prof(a). Dr(a) Janaica Gomes Matos (Orientador(a))

Sâmia Araújo dos Santos

Prof(a). Dr(a) Sâmia Araújo dos Santos — (1^a Examinador(a))

Barbara Olimpia Ramos de Melo

Prof(a). Dr(a) Barbara Olimpia Ramos de Melo – (2º Examinador(a))

Franklin Oliveira Silva

Prof(a). Dr(a) Franklin Oliveira Silva – (Suplente))

Visto da Coordenação:

Franklin Oliveira Silva

Dr. Franklin Oliveira Silva (Matrícula: 286.154-2)

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UESPI
UESPI - Núcleo de Pós-Graduação (NPG) | Rua João Cabral, 2231 – Bairro Pirajá,
CEP 64002-150 Teresina – PI, Brasil. Telefone: (86) 3213-2547 | Ramal - 371
Site: <https://www.uespi.br/mestradoemletras/> Email ppgl@prop.uespi.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, expresso minha gratidão a minha orientadora/professora Dr.^a Janaica Gomes Matos pela orientação valiosa, paciência e incentivo ao longo deste processo. Seu apoio foi fundamental para o desenvolvimento desta dissertação. Gostaria também de agradecer aos membros da banca examinadora Dr.^a Bárbara Olímpia Ramos de Melo e Dr.^a Sâmia Araújo dos Santos, por dedicarem seu tempo e experiência na avaliação deste trabalho, fornecendo sugestões valiosas e construtivas.

Não poderia deixar de mencionar a minha família e amigos, cujo apoio incondicional e encorajamento foram essenciais para minha jornada acadêmica. Seu apoio moral foi um verdadeiro suporte nos momentos desafiadores, principalmente a minha Mãe Teresinha de Jesus Sousa Paiva, a todos os companheiros da turma XII, e ao saudoso professor Dr.^o Pedro Magalhães Neto que incentivou a fazer algumas tentativas até que na terceira consegui, pena que ele não estava mais conosco.

Além disso, sou grato aos colegas de curso e colaboradores, pela troca de ideias e pelo ambiente colaborativo que enriqueceu meu aprendizado e minha pesquisa.

Também expresso minha gratidão à FAPEPI que forneceu recursos financeiros para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este projeto, mesmo que não tenham sido mencionados especificamente. Seu apoio e encorajamento foram peças-chave neste processo.

A todos, meu mais sincero obrigado.

RESUMO

Nas redações do ENEM, espera-se que elas tenham um plano e uma sequência argumentativa composicional. Essas redações são produzidas em contexto de exame em que, normalmente, é apresentado um tema a partir de textos motivadores, para ser produzida a redação, a partir de certos critérios definidos pela banca avaliadora contratada e o órgão contratante INEP, que levam em consideração tanto a orientação de tais textos quanto a dimensão criativa do candidato, na produção do texto. Deste modo, essa dissertação de mestrado objetiva analisar a construção composicional argumentativa de redações nota mil a partir dos elementos da sequência argumentativa e do plano de texto, observando-se, nessa construção, a influência parafrástica dos textos motivadores nesta estrutura de redação do Enem. Para isso, essa investigação está apoiada na Linguística Textual de cunho sociocognitivo-discursivo, em diálogo com a Análise Textual dos Discursos, com foco na análise do plano de texto e na sequência argumentativa composicional de Jean-Michel Adam (2011). Para essa análise, baseamo-nos em Adam (2011; 2019), Cabral (2013), Marquesi, Elias e Cabral (2017), Oliveira (2006). Para analisar a paráfrase nas redações, respaldamo-nos em Fuchs (1982; 1985) e Lima (2024). O *corpus* para essa análise é de 3 redações nota 1000 e 4 textos motivadores. Para isso, utilizamos como metodologia a descrição qualitativa e documental, cuja coleta do *corpus* se extraiu do Caderno do participante do Enem 2021. Com isso, reconstruimos o plano de texto de cada uma das redações, nas quais segmentamos e classificamos as macroproposições da sequência argumentativa em cada uma delas, e as relacionamos com os textos motivadores por meio de movimentos parafrásticos nos textos dos candidatos. Este estudo evidenciou a influência dos textos motivadores nos planos de texto e nas sequências argumentativas das redações nota mil do Enem, enquanto os textos motivadores têm um papel relevante na estruturação das redações do Enem, moldando tanto o conteúdo quanto a forma das produções dos candidatos. A análise assim revela seu papel na delimitação dos temas e na problematização das produções.

Palavras-chave: Plano de texto. Sequência argumentativa. Paráfrase. Redação do ENEM.

ABSTRACT

ENEM essays are expected to have a compositional plan and an argumentative sequence. These essays are produced in the context of an exam in which, normally, a theme is presented based on motivating texts, so that the essay can be produced, in addition to other criteria. In this way, this master's thesis aims to analyze the argumentative compositional construction of grade 1 essays based on the elements of the argumentative sequence and the text plan, observing, in this construction, the influence of the motivating texts on this Enem essay structure. To this end, this research is based on textual linguistics, in dialog with Textual Discourse Analysis, with a focus on analyzing the text plan and the compositional argumentative sequence of Jean-Michel Adam (2011). For this analysis, we rely on Adam (2011; 2019), Cabral (2013), Marquesi, Elias and Cabral (2017), Oliveira (2006). To analyze paraphrasing in essays, we rely on Fuchs (1982; 1985) and Lima (2024). The *corpus* for this analysis consists of 3 grade 1000 essays and 4 motivating texts. For this, we used a descriptive and qualitative methodology, which followed the steps of collecting the corpus in the Enem 2021 participant's notebook, after the bibliographic survey, we analyzed the data, reconstructed the text plan of each of the essays, identified and classified the argumentative sequence in each of them, and finally related the propositions of the essays with the motivating texts through paraphrases. This study showed that the motivating texts play an important role in structuring the Enem essays, shaping both the content and the form of the candidates' productions. The analysis revealed the influence of the motivating texts on the text plans and argumentative sequences of the Enem grade 1 essays, highlighting their role in delimiting the themes and problematizing the productions.

Keywords: Textual linguistics. Text plan, Argumentative sequence. ENEM essay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sequência narrativa.....	42
Figura 2: Sequência descritiva.....	43
Figura 3: Sequência explicativa.....	44
Figura 4: Resumo dos aspectos externos do gênero redação do ENEM.....	46

LISTA DE QUADROS

1 QUADRO: Comparativo das Concepções de Língua e Sujeito.....	15
2 QUADRO: Campos de investigação da LT:.....	28
3 QUADRO: Resumo da definição das sequências.....	41
4 Quadro: Competências avaliadas nas redações do Enem.....	47
5 QUADRO: Estágios da vida do escritor.....	51
6 QUADRO: Expressões do texto motivador parafraseados no Plano Locutivo.....	66
7 QUADRO: Expressões no Plano Referencial (Red20).....	68
8 QUADRO: Paráfrases no Plano Pragmático.....	69
9 QUADRO: Plano Simbólico na Produção Textual.....	71
10 QUADRO: Texto motivador 1.....	75
11QUADRO: Texto motivador 2.....	76
12QUADRO: Texto motivador 3.....	77
13QUADRO: Texto motivador 4.....	77
14QUADRO: Elementos tematizados/problematizados.....	78

Sumário

Sumário

INTRODUÇÃO	11
2 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL E OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO	16
2.1 A trajetória do conceito de texto nos estudos da linguística textual.....	16
2.3. As diversas abordagens da argumentação.....	21
2.3.1. A abordagem da argumentação na língua	24
2.3.2. A abordagem da argumentação na Semiolinguística de Charaudeau	25
2.3.3. A abordagem da argumentação da Nova Retórica	26
2.3.4. A abordagem da argumentação na Análise Textual dos Discursos.....	29
3 A SEQUÊNCIA TEXTUAL ARGUMENTATIVA E O PLANO DE TEXTO NA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS	33
3.1 Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa	40
4 O GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM E SUAS COMPETÊNCIAS.....	47
4.1. O gênero redação do Enem.....	47
5. AS REDAÇÕES (NOTA MIL) DO ENEM E AS RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS COM OS TEXTOS MOTIVADORES	59
5. 2. As perspectivas de abordagem da paráfrase segundo Fuchs (1985).....	63
5.2 Os planos de paráfrase e as redações do Enem.....	66
6 METODOLOGIA E ANÁLISE	75
6.1 Universo da amostra do <i>corpus</i>	75
6.2 Categorias de análise	75
6.4. Análise das redações nota mil do ENEM	77
6.5 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 01	80
A1: O plano de texto da redação 01.....	82
Item A2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase	84
6.6 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 02	91
Item B1: O plano de texto da redação 02	93
Item B2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase.	94
6.7 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 03	100
Item C1: O plano de texto da redação 03	102
Item C2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase	104
6.8 Resultados da análise	109
CONCLUSÃO	112

REFERÊNCIAS.....	114
Anexo	116
AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2021.....	116

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, exploramos os estudos da linguística textual, uma área que se desenvolveu para compreender e analisar textos. Assim, as redações do Enem foram escolhidas por sua ênfase na resposta a uma proposta com uma tese argumentativa subjacente, seguindo uma sequência organizada de argumentos na linearidade textual. A construção desses textos segue uma lógica que requer uma organização.

Além disso, o exame da Redação do ENEM considera que a eficácia da comunicação depende, dentre outras coisas, da estruturação adequada, aqui representada pelo plano textual. Conforme discutido por Adam (2019), o planejamento surge como ponto de partida para atender a uma demanda comunicativa específica. Essa demanda se origina da intenção e do contexto comunicativo, impulsionando o produtor textual a buscar uma comunicação eficiente e eficaz. Esse esforço para alcançar uma comunicação eficaz ocorre em um contexto sociointeracional complexo, o qual se concretiza através do texto produzido.

Assim, ressalta-se que esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção composicional argumentativa de redações nota mil a partir dos elementos da sequência argumentativa e do plano de texto, observando-se, nessa construção, a influência parafrástica dos textos motivadores nesta estrutura de redação do Enem.

Além disso, os objetivos específicos são: i) reconstruir os planos de textos das redações nota mil na redação do Enem, mediante a construção do plano de texto e da construção composicional da sequência argumentativa dominante nesses textos; ii) observar possíveis influências dos textos motivadores na proposta de redação do Enem, mediante a reconstrução parafrástica das redações nota mil, na argumentativa dos textos.

Aqui destacamos o que Gonzaga (2017, p.175) descreve da seguinte forma: “a produção de um texto não para na escolha dos argumentos. Desta forma, devemos lançar mão de estratégias argumentativas, a qual são os recursos utilizados para envolver, convencer o leitor”, além disso, ela destaca que “não basta jogar as informações no texto sem nenhuma organização; antes, devemos interligá-las, sempre verificando se elas estão relacionadas, por sua vez, ao nosso projeto de texto” (idem). Portanto, esta pesquisa se justifica por possibilitar uma análise que contribua para os estudos da linguística textual, voltados para a argumentação intertextual

parafrástica, a estrutura composicional e o gênero redação do Enem, de maneira a possibilitar uma investigação do fenômeno que possibilita essas redações serem classificadas como nota mil.

Para realizar a análise, a pesquisa partiu de pressupostos teóricos, dentre eles a perspectiva de Adam (2008, p. 243), “no qual o plano de texto desempenha um papel fundamental na composição macrotextual do sentido”, pois percebemos que o plano de texto é segmentado em parágrafos e partes onde as sequências textuais se organizam, especialmente as sequências argumentativas. O plano de texto, de acordo com Adam (2019), é um fator unificador e obrigatório das estruturas compostionais. Ao reconstruir o plano de texto, observamos como a organização das sequências argumentativas se dá. A subjcência do plano de texto auxilia significativamente na análise da organização sequencial e na compreensão de como as sequências argumentativas são articuladas no texto.

Por isso, as observações foram feitas com base nas teorias da linguística de texto, especialmente no diálogo com os estudos de Jean-Michel-Adam (2008, 2019), que elucidaram o plano de texto e as sequências textuais. Com isso, é importante destacar o que Adam (2019) mencionou como sequências argumentativas, como a organização textual que visa persuadir ou convencer o destinatário por meio de um encadeamento lógico de enunciados. Essa organização envolve a apresentação de dados (premissas), a elaboração de inferências (raciocínio, justificativas) e a conclusão, que corroborará a posição defendida pelo autor.

Dessa maneira, ao se observarem as colocações de Cabral(2013), que relaciona esse planejamento a argumentação, de maneira que possibilita os estudos do plano de texto e dos textos argumentativos voltados ao ensino, houve a possibilidade de nossa pesquisa investigar a organização argumentativa na sequência argumentativa no texto, descrevendo como se dá essa relação planejada dos textos que constroem argumentos de maneira eficiente, para corresponder às características dos gêneros, partindo dos textos motivadores.

Com base nisso, a argumentação no gênero redação do Enem, em relação com a análise dos textos motivadores, foi delimitada aos aspectos textuais, sem adentrar no campo dos aspectos visuais e multissemióticos.

Diante disso, foi adotada a ideia, baseada em Oliveira (2006), de que a argumentação, no planejamento da redação nota mil, segue um plano de texto fixo,

que, através dos textos motivadores, indica o arcabouço temático que norteia a redação.

Além disso, também foi necessário considerar o conceito de que os gêneros têm características que respondem à intenção e a situação comunicativa. Ademais, no que diz respeito a redação do Enem, de acordo com Oliveira (2016, p.112), a redação do ENEM consiste em uma produção textual tipificada que obedece a um padrão, pautando na redação escolar clássica e na redação escolar andrógena. A redação clássica pauta-se por um tipo textual dissertativo que se divide em introdução, desenvolvimento e conclusão, para ser avaliado por um professor, resgatando a estrutura da redação escolar clássica.

Entendemos que os textos motivadores servem como ponto de partida comum para todos os participantes, ressaltando a importância deste estudo para ampliar o entendimento sobre as redações do Enem e contribuir para os estudos da linguística textual. O foco está no texto como objeto de estudo e como evento comunicativo, de ocorrência singular, noção segundo Cavalcante et al. (2019).

Além das teorias mencionadas temos a identificação das paráfrases de Fuchs (1982), em que, a partir delas, foi possível relacionar as ideias dos textos motivadores pautadas pelo tema da proposta da redação do Enem. Os três níveis de paráfrases descritos pela autora, são o **Locutivo** (refere-se à expressão verbal específica utilizada na paráfrase); o **Referencial** (relaciona-se diretamente com o conteúdo e o significado do texto original); o **Pragmático** (considera o contexto de uso da paráfrase e as intenções comunicativas envolvidas); o **Simbólico** (inclui os significados culturais e simbólicos que podem ser transmitidos ou reinterpretados na paráfrase).

Organizamos essa dissertação do seguinte modo: no segundo capítulo, trazemos a trajetória do conceito de texto nos estudos da linguística textual, entendido como evento singular, a partir das contribuições de Koch (2009), Marcuschi (2008) e Cavalcante (2001) e Cavalcante *et al.* 2020). Em seguida, mostramos as principais correntes de estudo da argumentação e sua relação com o texto. Descrevemos tais correntes com o suporte principal de Cavalcante (2016).

No terceiro capítulo, é feita uma análise das sequências textuais e do plano de texto, ambos considerados elementos estruturantes na composição textual. Jean-Michel Adam (2008, 2019) é o autor central, oferecendo uma teoria abrangente sobre textualidade e a importância da sequência argumentativa e do plano de texto na organização do discurso. Cabral (2013) também é discutida, revisitando as

implicações do plano de texto na compreensão e produção de textos, enriquecendo a análise da composição argumentativa. Em resumo, temos as contribuições de Adam (2008/2019), seguidas por Cabral (2013) e Marquesi, Elias e Cabral (2017), que nos dão entendimento de como a sequência textual argumentativa e o plano de texto, elaborados sob determinada orientação argumentativa, está presente nas redações aqui analisadas.

O quarto capítulo da dissertação é denominado gênero redação do Enem e suas competências, ele foca na caracterização do gênero redação do Enem, com uma análise detalhada das competências necessárias para alcançar notas elevadas. Cavalcante (2017) é citado por sua análise das competências discursivas exigidas nas redações do Enem, enquanto Oliveira (2016) estuda a estrutura composicional dessas redações, relacionando-as com as características do gênero textual. O capítulo estabelece uma compreensão clara do que é exigido dos candidatos para se destacarem neste exame, que têm as contribuições de Cavalcante (2017) e Oliveira (2016), e Marquesi, Elias e Cabral (2017).

O quinto capítulo traz uma exposição sobre paráfrases, especialmente na perspectiva de Fuchs (1982; 1985) e a dissertação de Lima (2024), que observou, do ponto de vista da argumentação e da autoria, como as paráfrases se relacionam com as redações. Nele são demonstradas as paráfrases como um fenômeno presente nas relações das redações do Enem e os textos motivadores. A partir de Fuchs (1982) o qual é referência essencial, com sua teoria dos planos parafrásticos (locutivo, referencial, pragmático e simbólico), aplicada à análise das redações. O capítulo tem em Lima (2024) sua principal contribuição, pois sua análise baseia-se nas discussões sobre a argumentação e a autoria nas paráfrases, destacando como essas técnicas são usadas para reforçar a construção textual nas redações.

No sexto capítulo, expomos a metodologia da pesquisa de maneira detalhada, incluindo a descrição qualitativa e a análise documental que fundamentam a investigação. Além disso, marcando o foco da análise de redações nota mil do Enem, evidenciando o processo de segmentação e classificação das macroproposições, no plano de texto, e sua relação com os textos motivadores a partir das paráfrases, o que é essencial para a compreensão dos resultados apresentados.

Para isso, utilizamos como metodologia a descrição qualitativa e documental, cuja coleta do corpus se extraiu do Caderno do participante do Enem 2021. Com isso, reconstruímos o plano de texto de cada uma das redações, nas quais segmentamos

e classificamos as macroproposições da sequência argumentativa em cada uma delas, e as relacionamos com os textos motivadores por meio de movimentos parafrásticos nos textos dos candidatos. Além disso, buscou-se analisar a forma e a organização estrutural discursiva pelas quais o gênero textual redação do Enem atinge o propósito comunicativo para o qual é destinado. Para isso, foi feita a análise das redações do Enem nota mil do ano 2021 publicadas no manual do Enem 2022, que contém 7 redações nota mil. Destas foram analisadas 3 redações, relacionadas aos textos motivadores da proposta de redação deste mesmo ano, baseando-se no critério das competências do Enem, especialmente na competência 3, que trata dos mecanismos mais alicerçados no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um projeto ou plano de texto.

Por fim, temos o capítulo de conclusão em que são apresentadas as considerações finais sobre a análise das redações nota mil do Enem, destacando a relevância dos textos motivadores na construção do plano textual e na argumentação dos candidatos. A pesquisa confirmou que as paráfrases desempenham um papel fundamental na coesão e na persuasão dos textos, evidenciando como os candidatos utilizam estratégias argumentativas para responder às demandas do gênero dissertativo-argumentativo do Enem.

Portanto, selecionar os argumentos e organizar de maneira linear em um plano de texto é essencial para atingir a demanda comunicativa da redação do Enem, também é importante ressaltar a necessidade dessa organização ser feita para defesa de um ponto de vista, isso possibilita a interpretação através da relação desses elementos apresentados no texto, inclusive na relação entre proposta de redação e textos motivadores.

2 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo faremos uma exposição dos conceitos de texto e de abordagens argumentativas. Isso irá nortear a análise das redações, demonstrando como se constrói a argumentação na sequência argumentativa e no plano de texto, segundo o modelo proposto por Jean-Michel Adam. Para isso utilizamos o arcabouço teórico ancorado nas teorias da linguística textual, em diálogo, principalmente, com a Análise Textual dos Discursos.

2.1 A trajetória do conceito de texto nos estudos da linguística textual

Nos anos 50, os estudos iniciais da linguística textual focavam em análises transfrásticas e na consolidação de uma gramática textual. Ao longo da trajetória da linguística houve uma série de concepções a respeito do que é texto, conforme Koch (2009). No início dos estudos da linguística textual, a autora Ingedore Koch foi responsável, no Brasil, pela implementação da área da linguística de texto na Unicamp. Ela fez um levantamento desses conceitos em sua obra além de outras contribuições para a linguística, ela destaca alguns conceitos que surgiram a partir dos estudos das teorias da análise interfrásticas e gramática de texto, de acordo com Koch (2009) nessa fase os estudo sobre o texto diziam que “o texto era concebido como uma ‘frase complexa’, ‘signo linguístico primário’, ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’, ‘sequência coerente de enunciados’, cadeia de pressuposições”, além disso, também considerava-se que o texto era analisado como uma “grande frase”. Desta forma, as gramáticas de texto descreviam que “o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior à sentença” (Koch, 2009, p.5) essa concepção foi baseada na ideia gerativista que buscava construir “gramáticas textuais” (idem).

Essa abordagem evoluiu ao longo das décadas seguintes, especialmente durante os anos 70, quando houve uma mudança de paradigma para uma perspectiva pragmática. Segundo Heinemann (1982 apud Koch, 2009, p. 14), nessa nova visão, os textos passaram a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumento de realização de intenções comunicativas e sociais dos falantes.

Essa mudança culminou na chamada “virada cognitiva” nos anos 80, quando a linguística textual passou a desenvolver modelos procedurais de descrição textual, capazes de explicar os processos cognitivos envolvidos na produção e compreensão de textos (Koch, 2009). Assim, o entendimento do texto evoluiu de um produto acabado e estático para uma ferramenta social e cognitiva essencial à comunicação humana. Essa evolução considera que, no processamento textual, quatro grandes sistemas de conhecimentos concorrem: linguísticos, enciclopédicos, interacionais e referentes a modelos textuais globais.

Nesse sentido, conforme a autora, nos anos 80 temos os estudos cognitivos que Koch (2003, p.21) define como “nos estudos do texto, a partir da tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva”. Nesse período, o foco está na análise dos processos mentais que, segundo a autora, “é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social”.

Seguindo o cognitivismo, vem o sociocognitivo-interacionista nos anos 90, que define “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que—dialogicamente—nele se constroem e por ele são construídos.” (Koch, 2009, p.33). Embora Koch (2003, p.16) ressalte que a concepção de texto dependerá da concepção de sujeito e de língua, deste modo ela descreve os seguintes conceitos:

1 Quadro: comparativo das concepções de Língua e Sujeito

Aspecto	Concepção de Língua e Sujeito
Concepção 1: Representação do Pensamento	<ul style="list-style-type: none"> - Língua vista como representação do pensamento. — Sujeito como senhor absoluto de suas ações e dizeres. — O texto é um produto lógico do pensamento do autor. — Papel do leitor/ouvinte é passivo, apenas “captar” a representação mental do autor. — Ênfase na intenção psicológica do produtor.
Concepção 2: Língua como Código	<ul style="list-style-type: none"> - Língua é concebida como código, mero instrumento de comunicação. — Sujeito é pré-

	determinado pelo sistema. — Texto é produto da codificação do emissor, a ser decodificado pelo leitor/ouvinte. — Conhecimento do código é suficiente para compreender o texto Explicitamente. — Papel do decodificador é passivo.
Concepção 3: Língua Interacional (Dialógica)	Língua Interacional (Dialógica)— Língua é entendida como espaço de interação. — Sujeitos são atores/construtores sociais. — O texto é o lugar da interação. — Interlocutores são sujeitos ativos que se constroem sendo construídos dialogicamente. — Inclusão de implícitos variados, detectáveis no contexto sociocognitivo dos participantes.

Fonte: Koch,2003, p.16–18

Este quadro é uma síntese das várias concepções de sujeito, no entanto, nós adotamos nessa pesquisa a perspectiva dialógica no qual o texto está inserido em um contexto, os sujeitos ao interagirem, entre si, estão produzindo sentido através do texto. Sendo assim, a partir do que Koch (2003) descreve como:

O sentido de um texto é, portanto, construído na interação texto-sujeitos (ou texto co-enunciadores) e não algo que preexista a essa interação. Também a coerência deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vem a constituir em virtude de uma construção dos interlocutores uma configuração veiculadora de sentido (Koch,2003, p.17).

Ademais, os sentidos não estariam presentes apenas dentro do texto, mas além dele, entre o diálogo do enunciador e interlocutor. destaca-se a “definição de texto proposta por Beaugrande (1997, apud Koch, 2003, p. 20) ‘evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais’ e que “trata-se, necessariamente, de um evento dialógico (Bakhtin), de interação entre sujeitos sociais – contemporâneos ou não, Co- presentes ou não, do mesmo grupo social ou não, mas em diálogo constante.” (idem)

Outro autor que trata sobre texto é Marcuschi (2008) que também adota a noção sociocognitiva no qual o “texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras

são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona" (MARCUSCHI,2008, p.72) desta forma, saímos da perspectiva de análise estruturalista de Saussure (2002) para considerar que:

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Como Bakhtin dizia da linguagem que ela 'refrata o mundo e não reflete', também podemos afirmar do texto que ele refrata o mundo na entidade comunicativa que forma uma unidade de sentido chamada texto. Tanto o texto oral como o escrito. Pois oralidade e escrita são duas modalidades discursivas, igualmente relevantes e fundamentais (Marcuschi,2008, p.72).

Para o autor não se analisa isoladamente os elementos linguísticos dos comunicativos, e sim o produzido pelos interlocutores, que produzem sentido tanto oralmente quanto na escrita mediante texto. E ao produzir sentido, interagindo no meio social que estão inseridos, apresentam modalidades discursivas citadas um diálogo. Assim, tomando por base a noção de texto supracitada, para corroborá-la temos a definição descrita Halliday e Hassan (1976):

Um texto [...] não é simples encadeamento de frases [string of sentences] em outras palavras, não se trata de uma grande unidade gramatical, de alguma coisa de mesma natureza que uma frase, mas que se diferenciaria pelo tamanho—uma espécie de superfrase. Um texto não deve, de forma alguma, ser visto como uma unidade gramatical, mas como uma unidade de outra espécie: uma unidade semântica. Sua unidade é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que exprime o fato de que, ao formar um todo [as a whole], ele está ligado ao meio no qual encontra-se situado(Halliday e Hassan, 1976 apud Adam, 2008, P.23).

Assim, a noção de que texto não é um objeto isolado do seu contexto de produção e nem do ambiente ao qual circula, mas ao fazer sua observação o autor destaca que ao analisar o texto a linguística textual "é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que me proponho desenvolver e designar como análise textual dos discursos" (Adam,2008, p.23) para ele o texto é um objeto empírico muito complexo que poderia ser objeto de múltiplas teorias, entretanto, a uma demanda de uma teoria desse objeto e de suas vinculações "com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos

eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência." (Adam,2008, p.25)

Além disso, o autor diz que a "textualidade como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ ou na leitura/ audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante." (Adam, 2008, p.25)

Mas o autor destaca a seguinte crítica "considerando-se o primado atribuído ao exame das condições de emergência dos textos, a [análise do discurso] não produziu reflexão específica sobre o estatuto do texto nem, menos ainda, teoria específica do texto -teoria que tenha sido congruente com suas problemáticas." (Sarfati, 2003, p. 432, apud Adam, 2008, p.59), essa crítica feita destaca as limitações dessa perspectiva.

Assim, a noção de que o texto não é um objeto isolado do seu contexto de produção e nem do ambiente ao qual circula é fundamental. Ao observar o texto, Adam (2008) destaca que a linguística textual "é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que me proponho desenvolver e designar como análise textual dos discursos" (Adam, p. 23). Para ele, o texto é um objeto empírico muito complexo, suscetível a múltiplas teorias. Entretanto, existe uma demanda por uma teoria que considere a vinculação do texto "com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência" (Adam, p. 25).

Ademais, Adam (2008) define a textualidade como "um conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ ou na leitura/ audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante" (Adam,2008, p. 25). No entanto, uma crítica relevante é levantada por Sarfati (Adam, 2008, p. 432), que ressalta que, apesar do foco no exame das condições de emergência dos textos, a análise do discurso não produziu uma reflexão específica sobre o estatuto do texto nem uma teoria específica do texto que fosse congruente com suas problemáticas (Adam,2008, p. 59).

Nessa linha, a noção de texto como evento, conforme Cavalcante et al. (2019), oferece uma perspectiva que pode superar algumas dessas limitações. Segundo esses autores, "a noção de texto como evento destaca a dinâmica da comunicação, enfatizando que o texto é um fenômeno que emerge e se transforma num contexto

específico de interação" (Adam,2008, p. 45). Eles argumentam que o texto é construído através das interações entre o emissor e o receptor e que seu significado é influenciado pelo contexto em que é produzido e interpretado (Adam,2008, p. 46). Assim, essa abordagem reconhece a complexidade e a fluidez da comunicação, oferecendo uma compreensão mais dinâmica e contextualizada do texto.

2.3. As diversas abordagens da argumentação

Este tópico da dissertação irá apresentar sucintamente os estudos realizados ao longo do tempo nessa área, contextualizando a evolução das teorias e práticas relacionadas à argumentação. Especificamente, serão exploradas as diversas perspectivas da argumentação e sua interseção com a linguística textual, destacando como essas duas áreas se relacionam e se influenciam mutuamente.

Durante o período pós-guerra, os estudos sobre a argumentação testemunharam uma notável efervescência e produtividade, refletindo-se não apenas na quantidade, mas também na qualidade das publicações desse período. Esse contexto foi marcado por um intenso interesse acadêmico que conduziu a avanços teóricos significativos na compreensão da argumentação. Nesse cenário de vigor intelectual, as obras produzidas destacaram-se não apenas pelo rigor teórico, mas também pelos desdobramentos e rupturas conceituais que influenciaram profundamente a construção de sentidos em torno da argumentação.

A argumentação é um campo de estudos com uma longa história, atravessando séculos. Ao longo desse percurso, surgiram diferentes abordagens.

Nesse contexto, a autora Massmann (2020, p. 13) ecoa a importância desses estudos ao destacar o impacto dos desdobramentos e rupturas conceituais na construção do conhecimento argumentativo. Os estudos sobre argumentação demonstraram uma vitalidade e dinamismo evidentes, refletidos não apenas na produção teórica rigorosa da época, mas também nas transformações que moldaram os conceitos no campo da argumentação. No entanto, ao perpassarem pelas ciências sociais, como sociologia e filosofia, eles deram origem a tratados que ampliaram ainda mais os horizontes do conhecimento argumentativo.

Ademais, é fundamental destacar os estudos da semântica histórica da enunciação, os quais enfocam a ideia de que o sentido se constitui no próprio ato de

enunciação. Durante esse processo, a língua se movimenta, se transforma e assume diferentes significados. Essa perspectiva, alinhada aos estudos linguísticos, ressalta a importância de examinar a rede de sentidos que emerge do uso da palavra “argumentação”, não apenas em uma única enunciação, mas ao longo de todo o texto (Piris, 2020, p. 17).

Estes estudos, de acordo com Massmann (2020, p. 19), descrevem que ao analisar o enunciado como unidade deve-se implicar e examinar não apenas a relação entre as palavras no próprio enunciado, mas também entre os diferentes enunciados que compõem o texto. Dessa forma, o sentido da palavra “argumentação” é abordado de forma relacional, considerando seu papel nas relações de determinação semântica durante o evento enunciativo, as quais são principalmente realizadas por meio de dois procedimentos: “reescritação e articulação”.

Considerando as conclusões de Piris (2020, p. 42), torna-se crucial identificar os sentidos da argumentação no século XX, uma vez que isso implica reconhecer o contínuo processo de formulação, circulação e reprodução argumentativa nesse período. Esses sentidos são moldados por rupturas epistemológicas influenciadas pela história, sociedade e linguagem, operando redes de significação que se aproximam e afastam. Compreender esses sentidos, permeados por linguagem, litígio, simbolismo e realidade linguística em constante atualização, torna-se vital para entender o fenômeno da argumentação em diversas obras e domínios científicos, cada um contribuindo com abordagens e teorizações únicas.

Essas teorias oferecem uma base conceitual fundamental para a pesquisa sobre os textos de nota mil na redação do ENEM, dentre as quais enfatizamos especialmente a contribuição da Análise Textual dos Discursos de Adam, com a qual dialogamos neste trabalho. Ao examinar a construção composicional desses textos e sua relação com os textos motivadores, é essencial considerar como a argumentação se manifesta nos elementos linguísticos. Compreender como os enunciados direcionam o leitor a conclusões específicas e como as estruturas linguísticas influenciam a persuasão e a coesão argumentativa nos textos é crucial para uma análise detalhada.

Essa perspectiva permite não apenas identificar os diferentes recursos argumentativos utilizados nos textos de nota máxima, mas também compreender como esses recursos se relacionam com os objetivos comunicativos e os temas propostos nas redações do ENEM. Dessa forma, a investigação sobre a

argumentação na linguagem contribui significativamente para a compreensão do processo de produção textual e avaliação de desempenho na escrita argumentativa exigida pelo exame.

No âmbito da análise de aspectos argumentativos, Cavalcante (2016, p. 107–115) delineia uma estrutura composta por quatro blocos distintos. Esses blocos representam diferentes abordagens teóricas e metodológicas que guiam a investigação dos fenômenos discursivos:

- a) os trabalhos orientados pela Teoria dos Blocos Semânticos. Essa abordagem enfoca a análise dos componentes semânticos presentes nos textos, destacando como esses blocos interagem para construir argumentações complexas e coerentes;
- b) os estudos que adotam os critérios da Semiolinguística de Charaudeau. Essa abordagem enfatiza a análise dos recursos semióticos presentes no discurso, examinando como elementos linguísticos e não linguísticos contribuem para a construção e interpretação dos argumentos;
- c) os estudos que lançam mão dos postulados da Retórica e da Nova Retórica. Nessa perspectiva, a ênfase recai sobre as estratégias argumentativas, os recursos retóricos e as técnicas de persuasão utilizadas pelos locutores para sustentar seus pontos de vista e influenciar a audiência;
- d) os estudos que seguem a Análise Textual dos Discursos, proposta por Jean-Michel Adam. Nessa perspectiva, o foco recai sobre a organização textual e discursiva, buscando identificar os padrões e estruturas que sustentam a argumentação ao longo do texto.

Assim, a partir da leitura de Cavalcante (2016) é possível compreender a variedade de abordagens teóricas e metodológicas presentes na análise dos aspectos argumentativos na Linguística Textual, somos desafiados a explorar as diferentes nuances e perspectivas que moldam nosso entendimento sobre o texto, o discurso e a argumentação.

Faremos aqui uma breve exposição das abordagens argumentativas, o que irá nortear a análise das redações, demonstrando como se constrói a argumentação na sequência argumentativa e no plano textual, conforme o modelo de Jean-Michel Adam. Para isso, utilizamos o arcabouço teórico ancorado nas teorias da linguística textual, em diálogo principalmente com a Análise Textual dos Discursos. A seguir, citaremos a abordagem da argumentação na língua,

2.3.1. A abordagem da argumentação na língua

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Oswald Ducrot e Marion Carel, fornece uma abordagem detalhada sobre a organização dos significados nos enunciados linguísticos, destacando a coesão e a coerência textuais. Segundo Carel e Ducrot, “os blocos semânticos são estruturas que agrupam significados de maneira coesa e interdependente, emergindo das relações contextuais entre as palavras” (Carel & Ducrot, 2005). Eles defendem que todo enunciado possui uma dimensão argumentativa intrínseca, contribuindo para a construção de um ponto de vista ou para a defesa de uma tese (Ducrot, 1980).

Na Linguística Textual, a coesão se refere aos mecanismos que garantem a ligação entre as partes do texto, como anáforas, conectivos e repetições. A TBS ajuda a entender esses mecanismos ao destacar como os blocos semânticos se interligam e se sustentam por meio das relações contextuais e argumentativas. Por exemplo, no enunciado “Ela é muito inteligente, mas não conseguiu passar no exame”, a coesão é estabelecida pelo conectivo “mas”, que indica uma relação de contraste entre os blocos semânticos.

A coerência, por outro lado, diz respeito à lógica interna do texto e à forma como os significados são organizados de maneira comprehensível. A TBS oferece uma estrutura para entender como os blocos semânticos contribuem para a coerência, ao organizar os significados de modo a construir uma argumentação sólida. No enunciado “Mesmo sendo inteligente, ela não conseguiu passar no exame”, a coerência é mantida pela concessão expressa pelo “mesmo sendo”, que permite entender que a inteligência, embora presente, não foi suficiente para garantir o sucesso no exame.

Os *topoi*, ou lugares-comuns argumentativos, são fundamentais tanto na TBS quanto na Linguística Textual. Eles representam os padrões de raciocínio aceitos culturalmente, que ajudam a garantir a coerência argumentativa de um texto. Em um texto que discute a meritocracia, por exemplo, pode-se usar o *topoi* de que “esforço leva ao sucesso” como um bloco semântico que sustenta a argumentação. A TBS enfatiza que todo enunciado tem uma dimensão argumentativa intrínseca, crucial para a análise de textos persuasivos, como discursos políticos, anúncios publicitários e artigos de opinião.

Na prática, a TBS pode ser aplicada na análise de discursos para identificar como os blocos semânticos e suas relações argumentativas contribuem para a persuasão e a construção do sentido. Segundo Amossy, a teoria dos blocos semânticos pode ser aplicada para estudar discursos políticos, publicitários, midiáticos, etc., ajudando a entender como são construídos os argumentos e as persuasões (Amossy, 2000). No ensino de produção textual, a TBS pode auxiliar os alunos a entenderem como construir argumentos coesos e coerentes, organizando seus textos em blocos semânticos claros e interrelacionados (Maingueneau, 2008). Na interpretação de textos, a TBS pode ser usada para auxiliar os leitores a identificar e compreender as relações argumentativas subjacentes, facilitando uma leitura mais crítica e informada (Grize, 1996).

A seguir expomos breves considerações de Cavalcante (2016) sobre a abordagem argumentativa Semiolinguística de Charaudeau.

2.3.2. A abordagem da argumentação na Semiolinguística de Charaudeau

Na Semiolinguística de Charaudeau, a abordagem da argumentação oferece uma visão esclarecedora das dinâmicas de poder e das estratégias comunicativas presentes nas interações humanas. Através da análise semiótica dos discursos, somos conduzidos a uma compreensão mais profunda dos mecanismos subjacentes à persuasão e à construção de significados nos atos comunicativos. Aqui, exploraremos como essa perspectiva amplia nossa compreensão das interações sociais e dos processos de comunicação.

De acordo com Cavalcante (2016, p. 112), estudos que aplicam os princípios da Semiolinguística de Charaudeau centram-se nos três modos de organização do discurso: narrativo, descritivo e argumentativo. Cavalcante destaca alguns pesquisadores, como Aparecida Lino Pauliukonis, Eduarda Giering, Rosane Monnerat, Lúcia Helena Gouvêa e seus orientandos, que se dedicam a essa abordagem.

Ao contrário de análises que priorizavam a revelação das ideologias subjacentes aos discursos, Charaudeau propôs uma análise mais centrada no sujeito do discurso, considerando suas identidades e relações de poder. Ele argumenta que os falantes, atuando como atores, exercem influência social, e analisar o discurso implica relacionar eventos linguísticos a fenômenos psicossociais de ação e influência. A

Semiolinguística descreve os mecanismos de organização discursiva e defende que o ato de linguagem é um encontro dialético entre quatro sujeitos: os dois da situação e os dois da instância discursiva.

A ideia de influência, inspirada na Nova Retórica, recebe uma interpretação discursiva na Semiolinguística, onde as relações de influência se manifestam quando o sujeito, ao reconhecer o outro como um sujeito falante diferente, busca estratégias para resolver essa diferença. Deste modo, proposta da Semiolinguística, segundo o autor, concentra-se principalmente em determinados direcionamentos.

Além disso, Cavalcante (2016, p. 112) diz semiologizar envolve fazer escolhas deliberadas para estruturar os discursos e influenciar as dinâmicas de poder. Ao analisar um gênero, é essencial considerar as múltiplas condições de produção presentes nas instâncias situacionais e discursivas. Essas condições impõem limitações e demandam decisões por parte dos sujeitos, considerando a interação entre a situação comunicativa, a discursivização e a materialização textual. Embora todas as escolhas possam ser interpretadas como estratégias persuasivas, o enfoque de Charaudeau não se concentra apenas no tratamento da argumentação nos discursos, mas sim na exploração do processo de semiologização dos discursos.

Além da Semiolinguística de Charaudeau, outro importante enfoque no estudo da argumentação é a Nova Retórica. Esta abordagem oferece uma perspectiva única sobre os processos argumentativos. Ao contrário de muitas outras teorias, a Nova Retórica se concentra não apenas na lógica formal, mas também nos aspectos retóricos e pragmáticos da argumentação. Neste contexto, a seguir, exploraremos como os princípios fundamentais da Nova Retórica influenciam nossa compreensão da argumentação e sua aplicação em diferentes contextos discursivos.

2.3.3. A abordagem da argumentação da Nova Retórica

A argumentação retórica aristotélica é uma ‘análise do relacionamento entre os meios e os fins construídos pelo discurso’. Assim, a autora Ruth Amossy, grande representante da Teoria da Argumentação no Discurso, inspirada na Nova Retórica de Perelman e Tytca, ressalta que as trocas verbais argumentativas buscam expor, compartilhar e convencer seus semelhantes de suas perspectivas, pautando-se no que lhes é plausível e razoável de crer e fazer. (Amossy, 2020, p. 17)

Portanto, é a partir das escolhas das palavras que “esse ponto de vista explica a centralidade, na teoria aristotélica, da noção de lugar-comum, ou *topos*, sobre o qual o discurso deve ser apoiar e, uma vez que constitui um esquema aceito, pode estabelecer um acordo” (Amossy, 2020, P.17).

Desta forma, percebe-se dentro desse esquema de Aristóteles, que a comunicação tem um papel central, baseado numa organização prévia para persuadir, estando as operações da retórica clássica apoiadas em três “espécies”, correspondentes às três provas retóricas, respectivamente: a razão no persuadir (o *logos*), a imagem do orador (o *ethos*) e a paixão despertada no auditório (o *pathos*).

Mas somente após um longo período de decadência, com as teorias saussurianas, há, nos anos 60, “a renovação no interesse pela retórica em sua dimensão figural”. Esta renovação culminou na emergência da Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy. Imersos em uma abordagem científica, almejavam extraír regras gerais dos fatos discursivos. Com o tempo, esses estudos transcendem da arte da oratória para abranger o discurso literário e a literalidade, ampliando, assim, a compreensão dos mecanismos discursivos e argumentativos.

Esse relacionamento pode ser verificado nos sermões de igreja, nas exposições orais de julgamentos, em que há uma ênfase na necessidade de cooptar e induzir o interlocutor a absorver o texto que está sendo exposto e comunicado. Na redação do Enem também há essa intenção, pois o locutor buscará convencer o interlocutor de que pode produzir um texto que atenda às orientações do gênero exame redação do Enem. Deste modo, a avaliação dos estudos linguísticos do ponto de vista da pragmática, para a autora Amossy, “deixa-se apreender somente no nível dos elementos verbais que constroem e orientam o discurso”. (Amossy, 2020, p. 171)

Além disso, é essencial destacar o conceito de “dimensão argumentativa”, que vai além da visada argumentativa ao abranger “a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (Amossy, 2020, p. 7). Nesse sentido, enquanto a dimensão argumentativa, pode procurar modificar a orientação dos modos de ver e sentir, a visada argumentativa visa fazer o público aderir a uma tese específica, conforme observado por Cavalcante (2020, p. 42). Um exemplo disso é evidenciado nas redações do Enem, onde os textos apresentam conjuntos de argumentos em apoio a uma tese central, como ilustraremos no capítulo da análise.

Nesse contexto, Cavalcante *et al.* (2020) destacam também a contribuição de Amossy, ao desenvolver a noção de “modalidades argumentativas”. Amossy (2008)

descreve essas modalidades como tipos de trocas argumentativas que atravessam os gêneros do discurso, influenciando como a argumentação funciona tanto em um contexto dialogal quanto dialógico, em um *continuum* de argumentatividade (Amossy, 2008).

Por sua vez, Cavalcante (2016) nos leva ao entendimento de que enquanto a Teoria da Argumentação no Discurso destaca a intencionalidade do locutor e seu papel na persuasão discursiva, a Linguística Textual examina o texto em um contexto mais amplo, considerando sua estrutura e função comunicativa. A interseção entre essas áreas promete fornecer opiniões valiosas sobre como compreendemos a argumentação e o discurso em diferentes contextos. Neste sentido, essa análise crítica visa explorar as nuances e contribuições de ambas as perspectivas teóricas, oferecendo uma visão mais abrangente do fenômeno discursivo.

A partir dessa ideia de Cavalcante et al. (2020), podemos considerar que linguística Textual pode enriquecer a análise da argumentação nos discursos ao examinar as escolhas textuais feitas pelos sujeitos. Essa abordagem destaca a importância de compreender como os sujeitos negociam seus discursos para atender a seus propósitos, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos processos argumentativos nos discursos.

Para Cavalcante, a linguística faz uma análise independente, mas não isolada da argumentação, pois “a nova retórica, supõe a intencionalidade do locutor como agente que tem ciência de seu poder para agir sobre o outro” e já a linguística textual “não lida com a noção de sujeito soberano” e nem com a noção de “sujeito completamente constrangido por posicionamentos ideológicos”.(Cavalcante, 2020, p.15) para Cavalcante “a intencionalidade do sujeito e seu livre arbítrio para deixar marcas de seus posicionamentos discursivos no co-texto”, ou seja, o texto apresenta as características do seu produtor.

Portando, conforme Cavalcante (2016, 118) podemos dizer que a Linguística Textual pode contribuir significativamente para os estudos da argumentação no discurso por meio de seu programa analítico, que se situa entre pesquisas descritivas e discursivas. Ao focalizar as relações pragmáticas e sociocognitivo-discursivas no contexto do texto, a Linguística Textual oferece uma perspectiva rica para compreender como os elementos linguísticos e textuais influenciam a construção e a negociação de argumentos. Embora a Linguística Textual não se restrinja apenas à descrição das formas da língua, ela também não negligencia a importância das

conduções argumentativas, fornecendo assim uma base sólida para uma análise abrangente e contextualizada da argumentação no discurso.

2.3.4. A abordagem da argumentação na Análise Textual dos Discursos

Outra linha de grande fecundidade nas interfaces com a linguística textual é a Análise Textual dos Discursos proposta por Michel Adam. Essa abordagem da argumentação nessa linha de pesquisa oferece um vasto campo de pesquisa que tem sido explorado com profundidade e interesse crescentes. A linguística textual do discurso parte para observar e descrever que “o objeto parece mais bem definido: práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso, cuja determinação pela história deve ser considerada pelo viés da interdiscursividade” (Adam, 2008, p.60) e o desafio é mostrar como a materialidade do texto apresenta essas práticas.

Para o autor, “a ação languageira realizada por meio de um texto explica a eficácia da ação sociodiscursiva realizada” (Adam, 2008, p.61). Além disso, “um texto advém raramente de um só gênero”. Ele entende que “toda ação de linguagem inscreve-se [...] em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sociodiscursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros de discurso” (idem).

Portanto, segundo Adam (2008, p.63) “toda atividade de textualização se inscreve no quadro de um gênero discursivo específico”. A linguística textual, conforme Adam (2008, p. 63), tem como papel na análise de discurso teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da complexa unidade que constitui um texto. Além disso, ressalta-se que a linguística textual se ocupa tanto da descrição e definição das diferentes unidades como das operações realizadas sobre os enunciados em todos os níveis de complexidade.

Assim, em busca de diálogo com essa perspectiva analítica, Cavalcante (2020) sugere haver uma série de estratégias viáveis para investigar a argumentação dentro dessa perspectiva. Entre essas estratégias, destacamos especialmente a análise da heterogeneidade de sequências textuais e dos planos de texto, bem como a dos jogos intertextuais, conforme o quadro a seguir, proposto por Cavalcante et al. (2020):

2 QUADRO: Campos de investigação da Linguística Textual

- Pela heterogeneidade de sequências textuais e pelos planos de texto;
- Pela escolha do gênero discursivo e das práticas discursivas que lhe são associadas;
- Pelos meios de organizar a manutenção e a progressão tópica;
- Pelos jogos intertextuais;
- Pelas marcas de heterogeneidade enunciativa e por quaisquer outras indicações do agenciamento de vozes;
- Pela construção das redes referenciais;
- Pelas formas de metadiscurso;
- E pelas indicações socioculturais dos modos de polidez.

Fonte: (Cavalcante *et al.* 2020, p.18)

A heterogeneidade de sequências textuais refere-se à presença de diferentes tipos de discurso em um mesmo texto, o que pode influenciar como a argumentação é construída e percebida. Por sua vez, a análise dos planos de texto visa compreender como diferentes elementos discursivos, como a estrutura do texto, os recursos linguísticos utilizados e a organização do conteúdo, especialmente a paráfrase como peça do jogo intertextual, contribuem para a construção da argumentação.

Em suma, através dessas diferentes perspectivas, podemos obter uma compreensão mais completa e detalhada dos processos argumentativos presentes nos discursos. Essas abordagens não apenas nos permitem identificar e analisar a argumentação de forma mais precisa, mas também nos ajudam a compreender o papel da linguagem e da comunicação na construção de significados e na interação social.

Cavalcante (2020) afirma que nenhum texto é neutro em termos de discurso e argumentação. Isso significa que, assim como qualquer pessoa, sua forma de se expressar é influenciada por suas ideias, experiências e influências.

Seguindo essa linha de raciocínio, vamos agora explicar o que Adam (2019) diz sobre sequência argumentativa e plano de texto, segundo a Análise Textual dos Discursos. Nessa abordagem, o produtor do texto no contexto do Enem terá seus conhecimentos acionados pelos textos motivadores relativos ao tema da proposta da redação. Além disso, irá nortear suas escolhas lexicais, argumentativas buscando a atender a demandas que o gênero e a prova exigem, nesse momento a intencionalidade fará com que ele atinja o objetivo de desenvolver o texto com as características e organização argumentativa necessárias para alcançar a nota mil. Em

seguida, proponho explorarmos algumas considerações sobre esses conceitos na análise dos discursos textuais.

Porém, nesse sentido, quando a Linguística Textual observa o evento argumentativo nos textos, explora como essa unidade textual, com seus elementos internos e externos, se conecta através do texto. Sobre isso, apontamos nossa diferença de abordagem com relação à Análise Textual dos Discursos proposta por Adam. Apontamos, juntamente com Cavalcante (2020), que o foco da análise na linguística textual, especialmente a tendência sociocognitiva por nós adotada, não recai sobre a argumentação, nem sobre as práticas discursivas ou suas manifestações semânticas nas formações discursivas. A investigação também não se concentra na representação cognitiva dos conceitos que fundamentam os sentidos textuais, nem na descrição das funções de persuasão dos locutores ou suas práticas discursivas em termos de suas restrições semânticas globais.

A linguística textual tem um prisma metodológico de análise que, apesar de ter algumas imbricações, não são na ótica da análise do discurso. Não são como Adam (2008), o qual descreve que a análise do discurso tem dentro da sua ótica os seguintes itens: interdiscurso, gêneros e línguas em uma interação, formações sociodiscursivas e o peritexto, e esses são as regulações que são normas que governam a produção e interpretação dos discursos. Essas regulações podem ser explícitas, como normas gramaticais e estilísticas, ou implícitas, como convenções sociais e culturais. Elas garantem que os discursos sejam coerentes e compreensíveis em um determinado contexto. E esse peritexto direciona-se para os elementos da linguística textual que são descontinuidades, operações de segmentação, plano de texto, períodos e/ou sequências textuais, proposições, palavras, e as operações de ligação e continuidade. Já estes são as determinações textuais, ressaltamos que plano de texto, períodos e/ou sequências textuais, nessa pesquisa esses elementos serão centrais na análise, especialmente a sequência argumentativa, o plano de texto:

o jogo complexo das **determinações textuais** [...] que regem os encadeamentos de proposições no sistema que constitui a unidade **TEXTO-objeto da lingüística textual- e as regulações** [...] que as situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros dados impõem aos enunciados- **objeto da análise de discurso**" (Adam, 2008, p.43).

Em suma, a linguística textual aliada aos estudos da análise do discurso tem muito a contribuir para os estudos da argumentação de maneira a observar e

descrevê-la no texto, pois de acordo com Cavalcante (2013), a Linguística Textual sempre mencionou a orientação argumentativa dos textos, por entender que a argumentação se revela no nível do discurso, pois o texto é uma manifestação sociointeracional, e, portanto, para a autora a argumentação também no “nível da organização da textualidade (a partir das escolhas textuais dos sujeitos, dentre elas as intertextualidades) para tentar influenciar o outro de alguma maneira.” (Cavalcante, 2013, p.243)

Portanto, a linguística textual não se concentra apenas na argumentação direta ou nas práticas discursivas específicas. Em vez disso, ela enfoca a organização textual e como essa organização pode influenciar o leitor de maneira persuasiva. Isso é importante ao analisar as redações do Enem, ao permitir entender como os estudantes estruturam seus textos para transmitir suas ideias convincentemente. Ao considerar não apenas o conteúdo da argumentação, mas também como ele é apresentado e organizado, podemos ter uma compreensão mais completa das habilidades de escrita e comunicação dos candidatos.

Deste modo, a linguística textual abrange elementos analisados pela sociorretórica, pragmática e teoria do discurso, focando especificamente nos fenômenos sociointeracionais no texto, e dentre tais abordagens, enfocamos nosso diálogo com a Análise Textual dos Discursos. Embora distinta dessas áreas, é essencial compreender os conceitos de outras áreas sobre a argumentação, mas a linguística textual deve concentrar-se nas formas textuais em que essa argumentação se manifesta. A seguir, discutiremos algumas características da argumentação na Análise Textual dos Discursos.

3 A SEQUÊNCIA TEXTUAL ARGUMENTATIVA E O PLANO DE TEXTO NA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Neste capítulo, adentramos no universo proposto por Adam (2008) em sua concepção da textualidade e nos desdobramentos da sequência textual argumentativa e dos planos de texto na análise textual dos discursos. Adam, ao propor uma definição da textualidade como o conjunto de operações que conduzem um sujeito a reconhecer uma sucessão de enunciados na totalidade significante, evidencia a complexidade e a riqueza dos processos de produção e interpretação de textos. O objetivo deste capítulo é explorar como a compreensão desses elementos, sobretudo da sequência textual argumentativa e dos planos de texto, pode enriquecer nossa percepção das dinâmicas discursivas, fornecendo ferramentas para a interpretação crítica e a análise aprofundada dos discursos em diversos contextos comunicativos.

Nesse sentido, Adam (2008, p.25) propõe “uma definição da textualidade como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ ou na leitura/ audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante”, portanto para ele “a linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções humanas”. (Idem) Além disso, Adam (2008, p. 255) descreve que os planos de textos “desempenham um papel fundamental na composição de sentido”. Correspondem ao que “a retórica concebida como **disposição**, parte da arte de escrever e da arte da oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da invenção”. Para Adam (2008):

Um plano de texto pode ser **convencional**, isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso. Mas o plano de texto de um editorial, de uma canção ou de um poema, o texto de uma publicidade, de um discurso político, de uma novela ou de um romance é, com frequência, **ocasional** (Adam, 2008, p.256).

Dessa maneira, entende-se que as proposições organizadas nos planos de textos se estruturam de maneira convencional ou ocasional à medida que os textos são estruturas compostionais flexíveis. Considerando isso, Cabral (2013) destaca que o plano de texto possui uma estrutura global do texto, os parágrafos, as palavras se organização de maneira a fornecer “os elementos necessários à compreensão e à produção, uma vez que, para a percepção/elaboração da estrutura global do texto, o leitor lança mão de seus conhecimentos linguístico e textual”. (Cabral,2013, p.244)

Assim, tendo em vista que a autora destaca que as condições de produção de um texto além de um plano de texto convencional ou ocasional, ressaltamos o que Cavalcante (2021, p.21) diz “quando lemos ou produzimos algum texto, sempre recorremos a estratégias sociocognitivas”. Essas estratégias viabilizam a compreensão entre os interlocutores e nelas a autora destaca que “no decorrer do processamento textual, vários tipos de conhecimentos armazenados em nossa memória são ativados para auxiliar na compreensão e na produção de sentido.” (idem) Além disso, Adam (2019, p. 18) diz que “a análise textual dos discursos é chamada a desempenhar um papel de descrição e de interpretação do sentido dos textos em contexto”. As discussões de Adam (2019, p. 33), segundo ele, são norteadas pelas seguintes escolhas terminológicas:

Todo texto é um traço languageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala. A narração, a descrição, e o diálogo são formas que esse comportamento discursivo pode tomar (Adam,2019, p. 33).

Para Adam a distinção em três categorias complementares que realizam texto e discurso: são elas os protótipos de sequências ao qual ele limita em “narrativas, descriptivas, argumentativas, explicativas e dialogais.” (Adam, 2019, p.34) os gêneros do discurso “fundadas em práticas e formações sociodiscursiva” (idem) e os gêneros de texto “que cruzam as duas primeiras categorias e permitem distinguir, sobre bases linguísticas, os gêneros da narração” (idem).

Além disso, Adam (2019) destaca que “o recurso ao conceito de ‘jogo de linguagem’ me parece apenas ressaltar a existência de variações a ‘existência de variações de gêneros e de textos, geradores de uma heterogeneidade que nos falta descrever a contento.’” (Adam, 2019, p. 16) Dificilmente terá uma sequência homogênea, então é importante destacar o conceito que Adam (2019) descreve:

Um discurso argumentativo visa intervir sobre opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor, ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (conclusão) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (argumentos/ dados/ razões). (Adam,2019, p.145).

Para o autor existe recorrência nos textos discursivos, com prevalência de sequências argumentativas, elas têm como característica “o encadeamento [dado]>

conclusão] forma uma unidade argumentativa enquanto um efeito de encerramento é sentido" (Adam, 2019, p.145).

Adam (2008) destaca que apesar de esses estudos estarem apoiados em aspectos literários do discurso “essa definição tem o mérito de pôr em evidência dois movimentos: demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa” (Adam, 2008, p.232), essa formação da estrutura das sequências argumentativas segue uma premissa “(dados, fatos) que não podem admitir sem admitir também esta ou aquela conclusão- asserção” (idem).

Além disso, destacamos também o que o autor caracteriza como “a dialética das relações do todo e das partes, que faz a complexidade da textualidade” Adam (2008, p.253) para ele os textos literários e outros conjuntos não formais de proposições, como conversas, artigos de jornal, depoimentos de testemunhas oculares, livros de história, biografias de pessoas célebres, mitos e críticas literárias, compartilham uma característica peculiar: a verdade desses conjuntos não é determinada pela verdade das proposições individuais que os compõem de maneira direta. Em outras palavras, a verdade global do conjunto não é simplesmente derivada dos valores de verdade das frases individuais presentes no texto. Além disso, o sentido de um texto pode se desdobrar em vários níveis, o que torna inútil tentar avaliar a verdade ou falsidade individual das proposições de um texto literário, pois o valor de verdade de cada frase pode não afetar necessariamente a verdade do texto na totalidade.

Portanto, ao analisar um texto não se isola as proposições, pois a construção do sentido do texto está nele na totalidade, inclusive “o reconhecimento do texto como todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis” (Adam,2008, p.255).

A partir disso o autor descreve as estruturas compostionais e as sequências dos textos, assim temos os planos de textos e a composição, ele descreve que o plano de texto “desempenha um papel fundamental na composição macro textual do sentido. Correspondem ao que a retórica colocava à disposição parte da arte de escrever e da oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da invenção.” (Adam,2008, p.255).

Além disso, Adam (2008) sugere que as proposições teóricas sobre os diferentes tipos de sequências narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas e dialógicas podem ter levado à suposição de que todos os textos seguem estritamente essas ordens de sequências. No entanto, ele destaca que os textos são estruturados de

forma flexível, e que a importância dos planos de texto fixos ou ocasionais é fundamental. Adam argumenta que, uma vez que os agrupamentos de proposições nem sempre correspondem a sequências completas, o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto. Ele examina casos de planos fixos em um primeiro momento e ocasionais em um segundo momento para demonstrar essa ideia.

Portanto, a uma construção textual é composta de sequências flexíveis e com planos de textos que podem ser fixos ou ocasionais, além disso, o autor destaca que “Os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero.” (Adam, 2008, p. 256) Dito isto, Oliveira (2016, p.57) destaca que “a redação do ENEM pode ser compreendida como uma estrutura que apresenta um plano de texto próximo ao artigo de opinião, mas com características da redação escolar”.

Como exemplo, Adam (2019) observa que para além do plano oratório, temos o plano canônico, por exemplo, a dissertação. Oliveira (2016, p.57) diz que “Adam comprehende que a planificação de um texto, geralmente, é fixada por um estado histórico de um gênero ou subgênero”, ou seja, os planos de texto estão disponíveis no interdiscurso” a classificação do gênero tem uma relação intrínseca um planejamento textual, ou seja, um plano de texto, ao classificar a redação do Enem como gênero, a autora destaca os conceitos do plano de texto de Adam(2008/2019), que já discutimos anteriormente, para afirmar que “todo texto é um objeto de (re)construção global resultando na elaboração da produção ou da interpretação de uma estrutura global ocasional, ou seja, um plano de texto único”(idem).

Além disso, de acordo com Oliveira (2016), a demarcação das subunidades de segmentos textuais é denominada e afirmada como uma atividade cognitiva fundamental. Essa demarcação permite compreender um texto e mobilizar todas as informações linguísticas de superfície disponíveis. Oliveira (2016) destaca que somente os agrupamentos das proposições e das sequências não serão suficientes para serem sequências complexas, pois o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto, assim ela destaca que “a redação do ENEM pode ser compreendida como uma estrutura que apresenta um plano de texto próximo ao artigo de opinião, mas com características da redação escolar”, porém ela ressalta que “a estrutura composicional desse texto se constitui em um novo gênero, uma vez

que há critérios estabelecidos para a construção desse texto, bem como uma matriz de referência para a correção do gênero"(idem).

De acordo com Adam (2019), o fator unificador e obrigatório das estruturas compostionais é o plano de texto. Certos gêneros determinam planos de texto fixos, como a estrutura do soneto, da comédia clássica em três atos e da tragédia em cinco atos, a dispositivo oratória (exórdio, narração, confirmação, peroração), o plano dialético da dissertação. Assim como as receitas de culinária, instruções de escalada e caminhada, apresentações de filmes em programas de televisão e o esquema global de uma carta: abertura (vocativo e indicações de tempo e lugar), exórdio, corpo da carta (zona de forte variação), peroração e fechamento (despedida e assinatura).

Os planos de texto ocasionais são frequentes e não estruturam menos globalmente os textos. Próprios de um texto singular, esses planos ocasionais são identificados por sinais de segmentação (alíneas, parágrafos, títulos e subtítulos, numeração de partes, etc.) e/ou por organizadores (enumeradores, conectores). No interior de um plano de texto, as diferentes sequências podem ser incompletas sem que a estruturação geral seja afetada por isso. Um plano de texto sempre pode suplementar uma incompletude sequencial.

Isso mostra exemplos de planos de textos fixos em gêneros como cartas, sonetos, etc. A seguir o exemplo 1 um plano textual ocasional, e o exemplo 2 é um exemplo de plano de texto fixo:

Exemplo 1

Motivo da rosa

Não te aflijas com a pétala que voa:
 Também é ser deixar de ser assim.
 Rosas verás, só de cinza fonzida,
 Mortas intactas pelo meu jardim.
 Eu deixo aroma até nos meus espinhos,

ao longe, o vento vai falando em mim.
 E por perder-me é que me vão lembrando,
 por desfolhar-me é que não tenho fim.

(**Fonte:** Lôbo, Yolanda, p.21, 2010)

Exemplo 2

136

A formosura fresca serra,
e a sombra dos verdes castanheiros,
o manso caminhar destes ribeiros,
onde toda a tristeza se desterra;

o rouco som do mar, a estranha terra,
o esconder do sol pelos outeiros,
o recolher dos gados derradeiros,
] das nuvens pelo ar a branda guerra;

enfim, tudo o que a rara natureza,
com tanta variedade nos oferece,
me está (se não te vejo) magoando.

Sem ti, tudo me enoja e me aborrece; sem ti,
perpetuamente estou passando nas
mores alegrias, mor tristeza.

(**Fonte:** Camões, 1668, p.4)

Assim, os gêneros têm em suas estruturas planos de textos, eles podem ser fixos como o exemplo anterior, mas também podem ser planos de texto ocasionais. Adam (2008, p. 261) diz que “todo texto é—tanto na produção como na interpretação—objeto de um trabalho de reconstrução de sua estrutura que, passo a passo, pode levar à elaboração de um plano de texto ocasional”. Pois ele destaca que essas operações de estruturação se baseiam na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e nos dados peritextuais (entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos)”, além disso, ele ressalta que nos romances essas divisões foram surgindo progressivamente, essas subdivisões ou segmentos textuais são um plano de texto ocasional que varia muito. (idem)

Quando o autor descreve esses textos, ele observa que há uma dominância sequencial.

De acordo com Adam (2008), afirmar que um texto pode ter uma dominante de um tipo ou de outro não implica necessariamente na existência demasiadamente geral

dos tipos de textos. Ele destaca que alguns gêneros de fato possuem dominantes, e isso é o máximo que se pode afirmar devido à extrema heterogeneidade constitutiva dos textos reais. Adam critica as tipologias de textos excessivamente ambiciosas, argumentando que elas negligenciam a complexidade das ordenações sequenciais em favor do que não passa de um efeito de dominante.

Essa dominância não é rigorosamente relacionada aos tipos de textos, ela existe além dos tipos textuais. Pode-se observar argumentação em textos narrativos, como Adam (2008) diz que nas fábulas há um encaixamento argumentativo na máxima de moralidade, e essa moral é resultado de uma sequência argumentativa, mas a fábula tem uma dominância narrativa. As estruturas compostionais dos textos vão ser classificadas por categorias e de acordo com Adam (2008):

A estrutura composicional global dos textos inicialmente ordenada por um plano de texto, base de composição, é geralmente categorizável em termos de dominante sequencial. Sua estrutura interna pode comportar desenvolvimentos sequenciais tipificados, mas isso não é obrigatório. Um texto pode comportar somente **encadeamentos periódicos** de enunciados organizados em partes de um plano de texto fixo ou ocasional (Adam, 2008, p.275).

Assim, considerando essa estrutura tomando a dominância da sequência como ponto de partida, é possível observar que essas sequências podem incorporar tanto estruturas compostionais tipificadas quanto encadeamentos periódicos. No entanto, é importante ressaltar, conforme destacado pelo autor, que a estrutura interna dos textos não necessariamente segue um padrão fixo. Eles podem consistir apenas em enunciados organizados em partes de um plano de texto fixo ou ocasional, proporcionando uma variedade de possibilidades de composição. Além disso, o autor destaca que:

As partes multiperiódicas ou multisequenciais mais complexas devem ser precisadas. Essas unidades, que possuem uma homogeneidade semântica interna, mas cuja estrutura não é a priori previsível (como acontece, em compensação, com as seqüências) correspondem a ciclos de tratamento cognitivo (Adam, 2008, p.276).

Deste modo, os textos têm internamente elementos que caracterizam essa organização que viabiliza a compreensão, além disso “nos textos não-narrativos, são sobretudo as mudanças de tópicos que servem como indicadores do plano de texto.” (Adam, 2008, p.276) inclusive o autor ressalta que nesses textos “o papel estruturante dos organizadores e dos conectores é determinante” (idem).

Portanto, o plano de texto é apresentado na materialização do texto pronto, já o planejamento é uma recomendação do manual de redação do Enem para os candidatos seguirem e preencherem os requisitos estabelecidos no edital do exame.

A seguir exploraremos a interrelação entre os planos de texto, as sequências textuais e a orientação argumentativa na redação do Enem. Primeiramente, será discutido o conceito de plano de texto, destacando sua importância na estruturação e organização do texto finalizado. Em seguida, abordaremos as diferentes sequências textuais que podem ser identificadas nos textos do Enem, examinando como essas sequências contribuem para a construção do argumento e a coerência do texto na totalidade. Por fim, analisaremos a orientação argumentativa presente nas redações do Enem, identificando como os candidatos são orientados a desenvolver e sustentar suas argumentações de forma convincente e coesa.

3.1 Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa

Neste tópico, proponho explorarmos as definições e constatações sobre o plano de texto, pois antes de escrever um texto, consideramos sua finalidade e o estruturamos para atingir objetivos comunicativos específicos. O plano textual é um reflexo dessa organização, revelando como o texto foi estruturado para alcançar os objetivos do autor. Ao ler um texto, podemos identificar seu plano, ou seja, como foi organizado para cumprir os propósitos comunicativos do autor. Para Marquesi, Elias, Cabral (2017, p. 13)

o plano de texto permite observar a estrutura global do texto e, mais especificamente, a maneira como estão organizados os parágrafos, e até a ordem na qual as palavras são apresentadas no texto (Cabral, 2013). Essa possibilidade oferecida pelo plano de texto, segundo essa autora, é importante tanto para a compreensão como para a produção, pois tanto para perceber quanto para elaborar a estrutura global de um texto temos de recorrer a nossos conhecimentos linguísticos e textuais (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 14).

Deste modo, a estruturação adequada de um texto é essencial para sua compreensão e impacto. Portanto, entender como o plano de texto influencia a organização dos parágrafos e a sequência das palavras pode melhorar tanto a interpretação quanto a produção de textos coerentes e eficazes.

Para as autoras “A organização das ideias está diretamente ligada à qualidade do texto, que será melhor enquanto as ideias do produtor estiverem bem-organizadas” (Marquesi, Elias e Cabral, 2017, p.15) essas considerações vão de encontro a análise das redações do Enem nota mil e o, seus planos de texto. Veja que:

Essa ideia nos remete à noção de plano. Todo texto é, tanto na produção quanto na leitura, objeto de um trabalho de reconstrução de sua estrutura; essa estrutura é muito mais do que uma soma de ideias, ela constitui o plano de texto e reflete o seu conteúdo global. Desse ponto de vista, o plano de texto pode servir de ferramenta para planejar um texto a ser produzido; sua utilização poderá garantir maior coerência entre o que o produtor deseja escrever e o que ele escreverá efetivamente (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 15).

No contexto do ENEM e das sequências argumentativas, compreender e utilizar o plano de texto é crucial. Isso porque a estruturação adequada permite ao candidato organizar suas ideias de forma coesa e coerente, garantindo que suas argumentações sejam compreensíveis e eficazes para os avaliadores. Assim, o uso consciente do plano de texto pode contribuir significativamente para o sucesso na elaboração de redações argumentativas durante a prova do ENEM. Além disso, compreender a estrutura global do texto é importante, o domínio de estruturas específicas, sejam elas de gêneros textuais ou de sequências organizacionais, também é fundamental. Ademais, reconhecer um princípio organizador auxilia o leitor na inferência dos efeitos de sentido buscados pelo autor, enriquecendo tanto a escrita quanto a leitura. (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 15) Pois:

De outro lado, se o produtor consegue expor um plano de ação que subjaza a seu texto, ele fornece os elementos necessários para sua compreensão. O plano permite justificar a ordem no qual as partes se apresentam, explicitando também as relações entre elas e seu sentido para o todo do texto. Desse ponto de vista, são igualmente importantes as sequências textuais que compõem cada parte do texto (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 16).

Ao explicitar um plano subjacente ao texto, o autor não apenas simplifica sua compreensão, mas também fornece uma estrutura lógica que fundamenta a disposição das partes e revela suas conexões. Dessa forma, as sequências textuais em cada segmento tornam-se peças essenciais para a compreensão abrangente do texto, uma vez que contribuem para a coesão e coerência do todo, além de fornecerem um panorama claro das ideias apresentadas.

Assim, Marquesi, Elias, Cabral (2017) destacam além do plano de texto a estrutura e a organização das sequências textuais, ressaltando que estas são compostas por um número finito de elementos e apresentam uma organização interna hierárquica. A compreensão dessas estruturas é essencial para uma análise textual mais aprofundada, ao permitir identificar como os elementos se relacionam e se organizam em uma sequência. Pois:

As sequências são compostas de um número limitado de enunciados que se organizam em combinações pré-formatadas; tais combinações correspondem a diferentes tipos de sequência, entre as quais abordaremos aquelas que, acreditamos, podem contribuir para o processo de orientação argumentativa: narrativa, descritiva, explicativa e argumentativa propriamente dita (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 16).

Além disso, destaca-se que as sequências são analisáveis em partes que se conectam entre si na composição do todo, que é a própria sequência. Isso sugere que cada sequência mantém uma relação dinâmica com o texto global do qual faz parte, apresentando uma espécie de autonomia relativa, uma vez que sua compreensão não depende exclusivamente do contexto maior, mas também é influenciada por ele. Essa característica confere às sequências uma certa independência na estrutura textual, permitindo que sejam analisadas e compreendidas como unidades coesas e autônomas no texto.

Contudo, ao mesmo tempo, a dependência em relação ao texto global também é ressaltada, indicando que as sequências não existem isoladamente, mas estão intrinsecamente ligadas ao contexto maior em que se inserem. Essa dualidade entre dependência e independência destaca a complexidade das relações textuais e a importância de compreender tanto as partes quanto o todo na análise de textos.

As sequências são classificadas em narrativas, descritivas, explicativas e argumentativas, sendo definidas por Marquesi, Elias e Cabral (2017, 16) da seguinte forma:

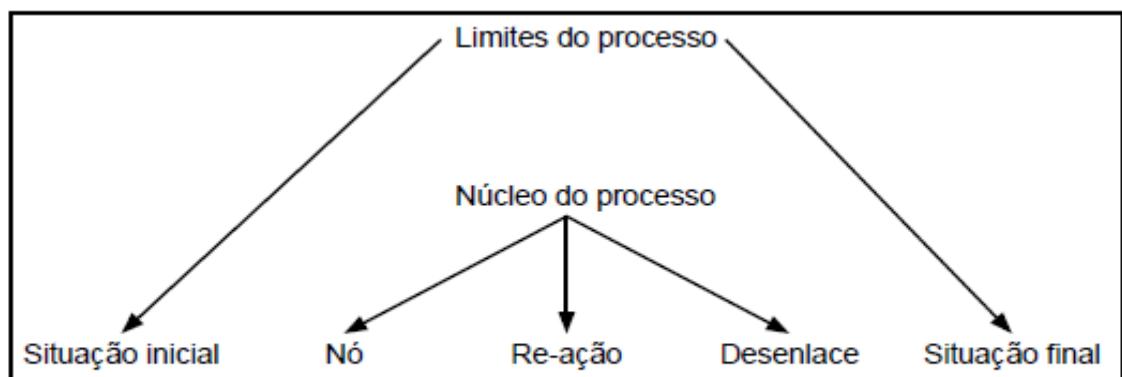
3 Quadro: resumo da definição das sequências

sequência textual narrativa	corresponde à apresentação de acontecimentos, e envolve os seguintes elementos: situação inicial, nó (conflito), re-ação (avaliação), desenlace (resolução), situação final.
sequência textual descriptiva	Adam (2011) estabelece, para a composição de sequências descriptivas, quatro tipos de operações: operações de tematização, que consistem em nomear e colocar em evidência um todo; operações de aspectualização, que cuidam de expor as partes do todo, operando uma fragmentação que evidencia as qualidades do ente descrito; operações de relação, que podem ocorrer por contiguidade (situação temporal ou espacial), por analogia (por comparação ou por metáfora); operações de expansão, subtematizações as quais evidenciam que a extensão da descrição é produzida pela adição de qualquer operação a uma operação anterior, articulando a dependência entre uma sequência e a precedente.
sequências explicativas	A explicação tem por função procurar fazer com que o interlocutor compreenda algo que seja difícil de compreender. Refere-se, portanto, a um fenômeno incontestável, mas que precisa ser explicado, como acontece, por exemplo, com os conceitos teóricos. Para Bronckart (1999), a explicação parte da constatação de um fenômeno de difícil compreensão, a partir do qual ocorre uma problematização, com uma questão da ordem do porquê ou do como; esse questionamento leva a uma explicação, apresentando informações capazes de responder às questões colocadas; finalmente apresenta-se uma conclusão-avaliação, que permite reformular e complementar eventualmente a constatação inicial.
sequência argumentativa	Se define por ser uma situação textual na qual um segmento de um texto constitui um argumento a favor de outro segmento do mesmo texto. Esse segmento pode ser uma oração, um período ou uma sequência de enunciados. As sequências argumentativas realizam uma relação do tipo, dados (fatos) → conclusão. O esquema de base das sequências argumentativas compõe-se de três elementos: dados ou fatos, sustentação ou princípios de base e conclusão.

Fonte: Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p. 16–24)

Deste modo, as sequências textuais desempenham papéis fundamentais na orientação argumentativa de um texto, influenciando diretamente como o produtor conduz sua mensagem. Inicialmente, a sequência narrativa exemplifica uma situação específica que expressa o ponto de vista do produtor e contribui para a orientação argumentativa. Ao tornar concreto na memória do leitor um fato relevante para as intenções do produtor, essa sequência funciona como um recurso de presença, destacando-se como um expediente utilizado para alcançar os objetivos do texto. (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p.16–17) para Marquesi, Elias e Cabral (2017) a figura a seguir resume sua estrutura:

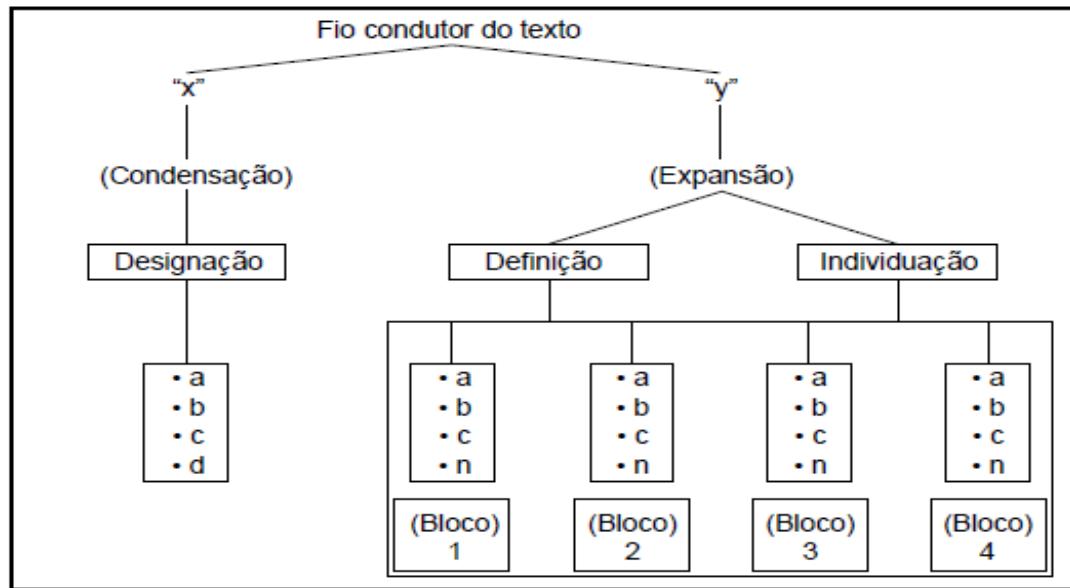
Figura 1: sequência narrativa



Fonte: Marquesi Elias Cabral 2017 p. 16)

Por sua vez, as sequências descritivas são concebidas de maneira a ganhar destaque no conjunto das informações globais. Essas sequências desempenham um papel significativo na orientação argumentativa, despertando no leitor o interesse em conhecer os pontos característicos do local, conforme as intenções do produtor. (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p.19–20) A autora representa a sequência com a seguinte figura:

Figura 2: sequência Descritiva

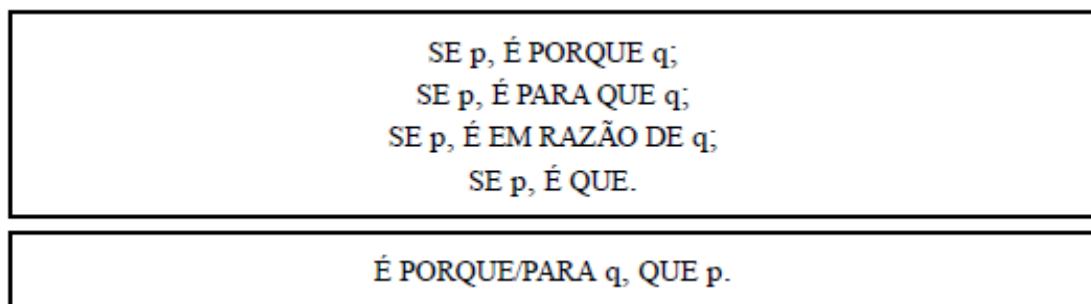


Fonte: MARQUESI (2004: 114).

Fonte: Marquesi, p. 19

Já a sequência explicativa emerge como uma estratégia argumentativa crucial, oferecendo suporte a um ponto de vista e orientando o sentido do texto na direção pretendida pelo produtor. Ao apoiar argumentativamente as ideias apresentadas, essa sequência reforça a persuasão do texto, alinhando-se aos objetivos traçados pelo autor. (Marquesi, 2017, p.22–23)

Figura 3: sequência explicativa



Fonte: Marquesi, Elias e Cabral, 2017, p.22

Além disso, é importante observar o papel dos conectores nas sequências argumentativas. Eles não apenas articulam as unidades linguísticas, mas também indicam a orientação argumentativa do texto, revelando a intenção subjacente ao

plano textual. Conectores como “mas”, “embora”, “no entanto” desempenham um papel essencial na organização do texto, influenciando diretamente como as ideias são apresentadas e recebidas pelo leitor.

Em síntese, as sequências narrativas, descritivas, explicativas e os conectores desempenham papéis interligados na construção da orientação argumentativa de um texto. Ao utilizar esses recursos de forma estratégica, o produtor pode conduzir de maneira eficaz sua mensagem, buscando alcançar seus objetivos comunicativos de maneira persuasiva e coerente. (Marquesi, Elias, Cabral, 2017, p.16–17)

Essas contribuições foram de grande valia para a análise dos textos, uma vez que a orientação argumentativa deles possibilita a análise das redações nota mil e sua relação com os textos motivadores.

Nessas teorias temos contribuições foram cruciais para a análise dos textos, uma vez que a orientação argumentativa proporciona informações valiosas sobre as redações nota mil e sua interação com os textos motivadores. A partir dessas abordagens teóricas, é possível examinar com mais profundidade as características argumentativas presentes nos textos de destaque no ENEM, bem como sua relação com os textos de apoio fornecidos aos candidatos.

Essa conexão entre teoria e prática não apenas enriquece a compreensão das estratégias argumentativas empregadas pelos candidatos, mas também permite uma análise mais detalhada do impacto dos textos motivadores na construção de seus argumentos. Ao explorar as contribuições da teoria da argumentação e da análise textual dos discursos, é possível entender melhor como os candidatos elaboram suas redações de nota máxima, proporcionando informações valiosas para aprimorar as práticas de ensino e preparação dos alunos para o exame do ENEM.

A seguir, teremos o capítulo “O Gênero Redação do ENEM e Suas Competências”. Neste capítulo, será realizada uma análise aprofundada do gênero “Redação do ENEM” e suas competências. Serão examinados os critérios avaliativos estabelecidos pelo exame, bem como as especificidades do gênero textual exigido, visando a compreensão das expectativas e exigências para a produção de textos de destaque. Essa investigação permitirá uma abordagem mais completa e contextualizada sobre as redações de nota máxima no ENEM e sua relação com os textos motivadores fornecidos aos candidatos.

4 O GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM E SUAS COMPETÊNCIAS

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se consolidou como uma referência fundamental no cenário educacional brasileiro. Além de avaliar o conhecimento dos estudantes em diversas áreas, o exame reserva um espaço significativo para avaliar as habilidades de escrita por meio da prova de redação, conhecida como Gênero Redação do ENEM. Esta seção destaca-se pela relevância na avaliação da capacidade de expressão, argumentação e domínio da língua portuguesa dos candidatos.

Em 2019, o ENEM contou com 5,1 milhões de inscritos. No entanto, mais de 143 mil candidatos receberam nota zero, superando o número de 2018 (112 mil), apesar de ter havido mais inscrições – 5,5 milhões (INEP, 2020). De acordo com Bermúdez (2020), dos 5,1 milhões de candidatos em 2019, apenas 53 obtiveram nota máxima na redação. O INEP (2019) apontou que as razões para zerar a redação foram diversas: 56.945 candidatos não realizaram a prova, 40.624 fugiram do tema, 22 não seguiram o tipo textual e 23 mil copiaram o texto motivador.

É evidente que a redação fica mais exposta quando se analisam alguns números. No ENEM de 2014, por exemplo, houve 6.193.565 inscritos, mas 8,5% (equivalente a 529.374 participantes) zeraram suas redações, e apenas 250 candidatos obtiveram nota máxima (Nascimento).

Diante desse contexto, explorar as competências exigidas pela redação do ENEM torna-se crucial. Compreender não apenas os critérios de avaliação, mas também desvendar os aspectos fundamentais desse gênero textual e suas competências específicas, pode fornecer percepções valiosas para um desempenho mais eficaz dos candidatos no exame, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social do país.

No próximo item, exploraremos detalhadamente o gênero da redação do ENEM.

4.1. O gênero redação do Enem

Para nortear essa dissertação, entendemos que a redação é um gênero baseado na tese de Oliveira (2016), que define uma classificação do gênero “redação do ENEM”. Ela o descreve como sendo um gênero, a qual é desenvolvido a partir do gênero escolar, porém, apesar de ter aspectos que se assemelham, ele tem

particularidades específicas. Deste modo, a autora monta um quadro no qual há uma análise detalhada das características desse gênero, destacando seus elementos fundamentais, tais como estrutura, estilo e finalidade comunicativa. Esse enquadramento teórico fornecerá uma base sólida para a análise subsequente das redações de destaque no ENEM e sua relação com os textos motivadores fornecidos aos candidatos. Além disso, é importante ressaltar que a autora não classifica as redações do Enem como gênero escolar, pois para ela:

Não tratamos a redação do ENEM como “gênero escolar” devido à generalidade que essa definição comporta, sobretudo em termos estruturais. Mas as condições em que acontece a prática discursiva das redações solicitadas na escola aproximam-se do contexto enunciativo em que se dá a redação do ENEM. Além disso, a proposta dos autores pauta-se por concepções bakhtinianas, principalmente, a esfera de troca social e os elementos que caracterizam o gênero. Esses aspectos bakhtinianos são relevantes porque redimensionaram a noção de gênero, razão pela qual não poderíamos deixar de mencioná-los (Oliveira, 2016, P.105).

Portanto, a partir dessa tese é possível classificar a redação do Enem como gênero, assim ao fazer essa classificação a autora considera os aspectos internos e externos do gênero, deste modo veja os aspectos externos no quadro de Oliveira (2016):

Figura 4: Resumo dos aspectos externos do gênero redação do ENEM.

Concepção de gênero	“O gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação se originou.” (MILLER, 2009, p. 41)
Condições de produção	O gênero é elaborado sobre forte pressão, juntamente, com uma avaliação de 90 questões num período de 5 horas e 30 minutos.
Condições de circulação	O gênero é avaliado por mais de um corretor/avaliador, podendo circular em sites como “padrão” desse gênero ou ser objeto de pesquisa.
Condições de recepção	O gênero deve atender a proposta do exame e as exigências contempladas através das competências. O efeito social é assumir o caráter de ascensão para quem produz e se estabelecer como “modelo”.

Fonte: Oliveira 2016, p. 111

Uma das características ressaltadas pela autora é que as redações possuem um padrão, que pode ser de redação escolar ou redação escolar andrógena. Para esta pesquisa, é relevante destacar que, segundo a autora, “a redação clássica pauta-se por um tipo textual dissertativo que se divide em introdução, desenvolvimento e conclusão, visando ser avaliado por um professor” (Oliveira, 2016, p. 112). Assim, para ela, a redação do ENEM também se constitui em um texto, em parte dissertativo, que resgata a estrutura da redação escolar clássica, o que nos remete ao plano de texto sugerido por Adam (2019).

A redação andrógena, de acordo com Oliveira (2016), também possui como característica a composição de elementos ensinados no ambiente escolar, uma vez que há uma orientação prévia dada pelo órgão que organiza o exame. Além disso, a necessidade de que haja esse gênero, ou de que um gênero seja criado, é resultado de uma ação social. Oliveira (2016) ressalta as definições de Miller (2009) sobre a hierarquia de sentido, argumentando ser na ação social que se reivindica classificar como gênero a redação do ENEM, pois, para Oliveira (2006, p. 107), “a ação social da redação do ENEM funde-se à forma e à substância, uma vez que a substância dá o sentido semântico e simbólico em um contexto social e histórico retórico”.

Assim, Oliveira (2016) descreve ser um gênero textual caracterizado como exame, adota um plano de texto dissertativo argumentativo como já foi destacado acima. O exame possui os seguintes aspectos como competências exigidas e quem irá avaliar cada texto. Deste modo, conforme os manuais que regem a avaliação, a redação será avaliada por pelo menos dois professores com formação em Letras ou Linguística. Cada professor avaliará de forma independente, sem conhecer a nota atribuída pelo outro avaliador. O desempenho do candidato será analisado com base na avaliação independente dos dois professores. Essa correção será consoante os critérios do quadro a seguir:

4 Quadro: competências avaliadas nas redações do Enem.

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para

	desenvolver o tema, nos limites estruturais do texto dissertativo argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Brasil, 2020, p.8

Portanto, as cinco competências avaliadas nas redações do ENEM. Dentre elas, destaca-se a terceira competência como o principal foco desta dissertação. Esta competência demanda que o candidato selecione, relate, organize e interprete informações, fatos, opiniões e argumentos para defender um ponto de vista. Tais habilidades são essenciais para a construção de um texto argumentativo coeso e persuasivo. Enquanto as demais competências também são relevantes, a terceira ressalta a importância da capacidade do candidato em lidar com diferentes perspectivas e argumentos para embasar e sustentar seu posicionamento. Assim, ao analisar as redações nota mil do ENEM, o enfoque estará na habilidade dos candidatos em desenvolver argumentos sólidos e bem fundamentados, demonstrando sua competência na seleção e organização de informações para a defesa de um ponto de vista específico.

Dito isto, ressaltamos em nosso texto a competência 3 que exige do aluno/sujeito “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.” (Brasil, 2020, p. 8), muito embora tal competência esteja ligada, de alguma forma, às demais. Nesse aspecto, a competência 3 por sua vez é, conforme o manual de redação do Enem 2020 cartilha do participante, aquela que “trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, ou seja, na elaboração de um projeto de texto”. (Brasil, 2020, p. 20) e a partir dessa noção que ocorre a seleção de argumentos e a relação de sentido entre as partes do texto. Além disso, progressão temática adequada ao

desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e “que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas organizadamente, em uma ordem lógica. Pois, desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido” (Brasil, 2020, p.21).

No que diz respeito ao gênero a redação do Enem, de acordo com Oliveira (2016, p.27) “consideramos que a redação do ENEM insere-se no gênero redação-exame, por entendermos que esse texto segue um padrão exigido pelo órgão organizador, ou seja, um plano de texto com dominância argumentativa”. A definição desse gênero é:

Um texto elaborado numa situação sociodiscursiva de um exame. Apesar do caráter avaliativo, situa-se no gênero redação escolar, uma vez que remete a uma situação de produção de texto com objetivo de verificar o processo de escrita de um texto de natureza argumentativa (Oliveira, 2016, p. 105).

Portanto, podemos dizer que o gênero redação do Enem é um gênero escolar, da categoria exame, e que atende um contexto de produção e de escrita que a autora descreve como argumentativo. Assim, conforme a autora, “A ação social da redação do ENEM funde-se à forma e à substância, uma vez que a substância dá o sentido semântico e simbólico em um contexto social e histórico retórico” (Oliveira, 2017, p. 107).

Nesse sentido é relevante considerar os conceitos adotados pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e PCN (Parâmetros Nacionais Curriculares), são eles que darão as orientações para o ensino do texto no ensino básico, considera a competências avaliadas o que exigiu do aluno produzir um texto que atinja o propósito comunicativo, pois de acordo BNCC(Base nacional comum curricular), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2017, p.8).

Essa consolidação norteia o ensino no Brasil, direcionando-o para uma abordagem sociointeracional e estabelecendo 10 competências gerais, que incluem habilidades linguísticas. A partir dessas competências gerais, são derivadas competências mais específicas, inclusive aquelas aplicadas no contexto do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesse contexto, para esta pesquisa, destaca-se com ênfase a competência 3, que consiste em selecionar, relacionar, organizar e

interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Essa competência é especialmente relevante, ao orientar a produção dos cadernos de redação do ENEM, evidenciando sua importância no contexto da avaliação educacional. As diretrizes do manual de redação do Enem estabelecem que a prova de redação exige dos participantes a produção de um texto em prosa, mais especificamente do tipo dissertativo-argumentativo, abordando temas de relevância social, científica, cultural ou política. A avaliação dessa redação está diretamente ligada às competências desenvolvidas ao longo da escolaridade, exigindo do candidato a capacidade de sustentar uma tese com argumentos sólidos, organizados de forma coerente e coesa, para construir uma estrutura textual coesa e persuasiva. Além disso, é fundamental que a redação seja redigida consoante a modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Outro aspecto relevante estipulado pelas regras do Enem é a inclusão de uma proposta de intervenção social no texto, relacionada ao problema discutido no desenvolvimento da redação, pautada nos princípios dos direitos humanos. Essa dimensão adicional acrescenta uma camada de complexidade à produção textual, exigindo do candidato não apenas a capacidade de argumentação, mas também de proposição de soluções para os desafios apresentados.

Portanto, as exigências do manual de redação do Enem destacam a importância da habilidade argumentativa, da coerência textual, do domínio da norma culta da língua portuguesa e da capacidade de propor intervenções socialmente relevantes, refletindo não apenas o conhecimento adquirido ao longo da escolaridade. Entretanto, também a capacidade do participante em se posicionar de forma crítica e propositiva diante de questões complexas da sociedade contemporânea.

Essas estratégias selecionadas vão exigir do autor o que Kellogg (2008, p.3) descreve como “habilidades de composição...” ¹essas habilidades são ativadas pelo autor, Kellogg (2008) demonstra que para isso a “... escrita é concebida aqui como progredindo através de três estágios na vida do indivíduo aprendiz” ¹:

¹ The development of written composition skills are conceived here as progressing through three stages, as illustrated in Figure 1. It takes at least two decades of maturation, instruction, and training to advance from (1) the beginner's stage of using writing to tell what one knows, to (2) the intermediate stage of transforming what one knows for the author's benefit, and to (3) the final stage of crafting what one knows for the reader's benefit. (Kellogg, 2008, p.3)

5 Quadro: estágios da vida do escritor.

(1) o estágio de principiante	de usar a escrita para dizer o que é sabe," nesse estágio ativa os conhecimentos que o autor tem para desenvolver a escrita, limitando-se a recuperação de ideias.
(2) o estágio intermediário	De transformar o que se sabe para o benefício do autor, nesse caso há uma interação limitada entre os conhecimentos e o leitor com um mínimo de revisão.
(3) o estágio final	De elaborar o que se sabe para o benefício do leitor" nesse estágio mais avançado o autor considera ou utilizar "não apenas os processos básicos de planejamento, geração de sentenças e revisão são manipulados, mas também três representações alternativas de conteúdo. Sendo elas a representação do autor, a representação do leitor e do texto.

Fonte: Kellogg, 2008, p.3(tradução nossa)¹

A prática constante do gênero de redação amplia significativamente a capacidade de escrita de cada autor. Quanto mais o gênero é praticado, mais especialista o autor se torna, alcançando um estágio avançado de elaboração do conhecimento, como descrito por Kellogg (2008, p.5, tradução nossa)². Nesse estágio, o escritor não apenas expressa seus conhecimentos, mas também consideraativamente as necessidades e perspectivas do leitor, manipulando diferentes

². In the most advanced stage of knowledge-crafting, the writer is able to hold in mind the author's ideas, the words of the text itself, and the imagined reader's interpretation of the text.(Kellogg, 2008, p.5)

representações de conteúdo, como a visão do autor, a visão do leitor e a estrutura do texto em si.

Além disso, esse estágio avançado de escrita é particularmente relevante para os candidatos do ENEM, ao demonstrar uma capacidade avançada de comunicação e argumentação, elementos fundamentais para o sucesso na prova de redação. Os examinadores valorizam a habilidade dos candidatos de elaborar suas ideias de forma clara e convincente, adaptando o texto segundo as expectativas e necessidades dos leitores. Dessa forma, o estágio final de escrita, que envolve a elaboração do conhecimento em benefício do leitor, representa um nível de habilidade altamente desejável e vantajoso para os candidatos que buscam excelência na redação do ENEM.

A exigência da capacidade de escrita é uma realidade para os alunos do ensino básico no Brasil, especialmente nos vestibulares, onde a habilidade de desenvolver um texto dissertativo-argumentativo é crucial, sendo a Redação do ENEM um dos pontos mais significativos da prova, ao influenciar diretamente na nota final. Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (BNCC, 2017), ao ingressarem no Ensino Médio, os alunos devem estar aptos a contribuir substancialmente em diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, refletindo não apenas o domínio de gêneros textuais presentes em diferentes contextos, mas também a aquisição de habilidades relacionadas ao uso da linguagem.

No ensino fundamental, os alunos iniciam o processo de aquisição das habilidades necessárias para a efetiva comunicação, na prática, sócio interativa através da língua materna. Já no Ensino Médio, cabe aprofundar a análise das linguagens e seus mecanismos, aprimorando a abordagem analítica e crítica em relação à leitura, escuta e elaboração de textos verbais e multissemióticos (BNCC, 2017).

Além disso, essa etapa tem o papel de ampliar as referências estéticas, éticas e políticas que permeiam a criação e recepção de discursos, promovendo a compreensão crítica e a capacidade de intervenção na realidade, contribuindo para a participação social dos jovens nos domínios da cidadania, do trabalho e dos estudos (BNCC, 2017). Essa ampliação de horizontes visa fortalecer a compreensão crítica e a capacidade de intervenção dos alunos, preparando-os para os desafios da vida adulta e do mundo do trabalho. Essas habilidades são essenciais, pois serão exigidas dos alunos para obter aprovação no ENEM, um dos principais exames de acesso ao

ensino superior no Brasil. A capacidade de produzir textos de qualidade é um dos critérios avaliados na prova de redação do ENEM, e pode ser decisiva para a aprovação dos candidatos.

A autora Antunes enfatiza a importância de adotar uma concepção interacionista, funcional e discursiva da língua no ensino de língua portuguesa (Antunes, 2003). Segundo ela, ao longo do ensino básico, essas competências e habilidades relacionadas ao texto são fundamentais. No âmbito da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o Eixo da Produção de Textos abrange uma variedade de práticas de linguagem que envolvem interação e autoria, tanto individual quanto coletiva, em diferentes modalidades, como textos escritos, orais e multissemióticos. Essas práticas visam a diversos objetivos, como a criação de álbuns, crônicas, resenhas, entre outros gêneros textuais, que refletem uma abordagem plural e diversificada da linguagem (BNCC, 2017).

Esse conceitos são fundamentais no sistema de ensino brasileiro, orientando o ensino de texto. Nos manuais de ensino, o gênero assume um papel central, sendo sua exposição contextualizada em diferentes práticas sociais, inclusive em exames como o ENEM. Este adota uma série de competências delineadas pelos parâmetros da Base Comum Curricular e dos Parâmetros Nacionais do Ensino, especialmente no que diz respeito ao ensino da língua materna. Nesse contexto, o gênero “redação do ENEM” desempenha um papel fundamental como objeto de estudo e prática no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Dentro dessa competência, os aspectos avaliados exigem um planejamento textual coeso, com sequências argumentativas lógicas que conduzam a uma tese central alinhada ao tema proposto. O ENEM adota competências alinhadas com os parâmetros da BNCC e dos Parâmetros Nacionais do Ensino, especialmente no ensino da língua materna.

O gênero da redação do ENEM ilustra como essas competências são aplicadas, demandando dos candidatos a habilidade de articular sequências argumentativas lógicas, ancoradas em uma tese central influenciada pelo tema e, muitas vezes, pelos textos motivadores. Assim, a habilidade de planejar textos argumentativos de forma coesa e coerente é fundamental para o sucesso dos candidatos e para o desenvolvimento de suas competências de escrita. Na competência de planejamento textual, os aspectos avaliados estão diretamente relacionados à capacidade do candidato de estruturar seu texto de forma coesa e coerente, seguindo uma sequência

argumentativa lógica que se desenvolve a partir das informações apresentadas nos textos motivadores.

Os textos motivadores fornecem subsídios e argumentos que os candidatos devem usar para construir sua argumentação e sustentar sua tese central. Portanto, a habilidade de identificar e analisar as informações relevantes nos textos motivadores, integrando-as eficazmente ao seu próprio texto, é essencial para uma boa pontuação nessa competência.

Assim, a competência de planejamento textual envolve não apenas a elaboração de uma tese central ancorada no tema proposto, mas também a habilidade de utilizar os textos motivadores de maneira estratégica para desenvolver argumentos consistentes e bem fundamentados ao longo da redação do ENEM.

Isto posto para Cavalcante (2017) a coerência é fator indispensável para o desenvolvimento do texto, mas o contrário não é aplicável, pois, para ela “para que se elabore um texto coerente e coeso, nem sempre se tem de recorrer a um dos aspectos da argumentatividade: sua estrutura composicional” (Cavalcante 2017, p. 137). Portanto, nem sempre o texto terá uma sequência textual fixa, podendo apresentar uma organização dos argumentos ocasional. De acordo com ela, essa noção de coerência tem sentido amplo, não sendo objeto primário da competência III. Assim sendo:

Qualquer investimento do participante na seleção e na organização das ideias deve estar direcionado para uma opinião central que será defendida. Essa opinião central é a própria tese. É exatamente a análise desses recursos mobilizados para argumentar em favor de uma tese que interessa a quem avaliará a Competência III(Cavalcante, 2017, p. 137–138).

Assim, o eixo central dos textos da redação do Enem deve estar na argumentação, sustentando um ponto de vista intrinsecamente relacionado ao tema proposto de maneira lógica. Além disso, a competência III envolve todas as estratégias usadas pelo participante para persuadir o leitor.

A estratégia definida na seleção dos dados deverá ser norteada por esse escopo de conhecimentos, eles através das inferências que com intuito de serem persuasivas, mediante uma sequência argumentativa, que farão com que o texto produza sentido.

De acordo com Cavalcante (2017), os dados e argumentos em um texto se fundamentam em conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e interacionais, bem

como em convenções sociais, que fornecem suporte às inferências derivadas do que está sendo explicitamente dito. A transição dos argumentos para a conclusão ocorre por meio de regras de inferência, que operam em diferentes níveis de implicitude.

Assim, podemos perceber uma organização textual, um planejamento para do qual o aluno produtor do texto parte e organize de maneira clara sua argumentação e não se contradiga no próprio texto, portanto é possível perceber observando essa competência 03 uma sequência, essa organização descrita por Cavalcante (2017) da seguinte forma: tese inicial; dados argumentos (por comparação, por garantia, por inferência, por causa consequência).

Além disso, de acordo com Gonzaga (2017, p.173) o texto dissertativo argumentativo “requer mais do que a mera exposição ou o resumo de fatos; ela requer a interpretação, a análise e a avaliação de fatos e informações para que eles se tornem argumentos que deem suporte ao nosso ponto de vista.”

Portanto, o texto dissertativo-argumentativo seguirá uma lógica e um plano que uniformizam terminologias, respeitando uma estrutura clássica que inclui introdução, desenvolvimento e conclusão. Essa estrutura é caracterizada, entre outros elementos, pela existência de argumentos que defendem determinado posicionamento, como destacado por Gonzaga (2017). O autor também enfatiza a importância de desenvolver uma estratégia argumentativa clara e coerente, pois:

A produção de um texto não para na escolha dos argumentos. Devemos lançar mão de estratégias argumentativas, o qual são os recursos utilizados para envolver, convencer o leitor. O emprego da modalidade escrita formal da língua portuguesa, das funções da linguagem, dos elementos coesivos e a clareza na exposição das ideias são exemplos de estratégias de um texto mais persuasivo (Cavalcante, 2017, p. 175).

Deste modo, papel dessa estratégia é de clareza convencer o leitor, para que ele adote o ponto de vista exposto, assim ele deve ser persuadido a aceitar a ideia que o texto, por intermédio dos argumentos lançados, expõe. Pois para a autora “não basta jogar as informações no texto sem nenhuma organização; antes, devemos interligá-las, sempre verificando se elas estão relacionadas, por sua vez, ao nosso projeto de texto” (Cavalcante, 2017, P. 175).

Essa noção de competência adotada pelas normativas do exame se ancora nos textos dissertativos argumentativos, esses textos no caso do Enem têm características que o classificam como um gênero. No entendimento de redação do Enem como

gênero, as seguintes observações são pertinentes. Para Val (2017) os gêneros textuais vão-se constituindo no uso coletivo da linguagem-oral e escrita. Os membros de uma sociedade vão estabelecendo, no correr de sua história, modos específicos de se dirigirem a determinado público para alcançarem determinados objetivos, cumprindo determinadas funções". Ademais, a autora cita que:

Os gêneros nascem da práxis comunicativa de sujeitos que interagem numa determinada esfera da convivência humana: as atividades e expectativas comuns—que definem necessidades e finalidades para o uso da linguagem —, o círculo de interlocutores—que define hierarquias e padrões de relacionamento —, a própria modalidade linguística (oral ou escrita)—ligada ao grau de proximidade e intimidade dos interlocutores —, tudo isso acaba definindo formas típicas de organização dos textos(Val, 2017, p. 77).

No contexto específico da redação do Enem, podemos destacar ainda que este é um gênero textual que emerge da instituição social escola, refletindo as necessidades e finalidades específicas desse contexto, tanto administrativas quanto pedagógicas. Sendo parte integrante do contexto de ensino-aprendizagem, a redação do Enem é um dos gêneros constitutivos das ações de linguagem nesse processo. Assim como outros gêneros no contexto escolar, a redação do Enem define padrões para ações recorrentes no funcionamento cotidiano da escola, como avaliação do aprendizado e desenvolvimento das habilidades de escrita dos alunos.

Essas características destacam a complexidade dos gêneros textuais e como eles são influenciados pelo contexto em que são produzidos e pelas necessidades comunicativas dos participantes, tornando-os elementos essenciais na compreensão e na análise de diferentes práticas discursivas. Além disso, como ressaltado por Val (2017), a instituição social escola produz gêneros que organizam e controlam seu funcionamento administrativo e pedagógico.

Agora, proponho discutirmos os aspectos dos textos motivadores, fundamentais para a composição e estruturação da redação do Enem. Esses textos desempenham um papel crucial ao estabelecerem as bases para a argumentação e reflexão propostas pela prova.

5. AS REDAÇÕES (NOTA MIL) DO ENEM E AS RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS COM OS TEXTOS MOTIVADORES

Neste capítulo, focamos na investigação dos textos de nota máxima na redação do Enem, com ênfase na análise da construção composicional e da relação desses textos com os textos motivadores. Para isso, discorremos sobre os limites de autoria dos candidatos do Enem, principalmente segundo a visão discursiva de Jesus (2017). Em seguida, utilizamos os conceitos de paráfrases de Fuchs (1985) como uma ferramenta central para compreender as complexas interações entre esses elementos. Buscamos também embasamento nas pesquisas de Lima (2024), que se dedica a examinar a paráfrase em redações de estudantes, oferecendo uma perspectiva textual-discursiva esclarecedora sobre o assunto.

Ao recorrer a essas referências teóricas, nosso objetivo é realizar uma análise mais abrangente e detalhada das relações entre os textos motivadores e as sequências argumentativas presentes nos textos de nota máxima. Enfatizamos a importância da paráfrase como uma ponte entre os estímulos fornecidos pelos textos motivadores e as argumentações desenvolvidas pelos estudantes nas redações avaliadas com nota máxima. Compreender como essa relação se desenrola em um nível concreto do texto é crucial para elucidar a dinâmica da produção textual no contexto do Enem.

Dessa forma, ao analisarmos a construção composicional dos textos de nota mil e sua relação com os textos motivadores, buscamos não apenas compreender as estratégias utilizadas pelos estudantes para atingir notas elevadas, mas também contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o processo de escrita e avaliação da redação do Enem.

5.1. A paráfrase nas construções de autoria em redações do Enem

Inicialmente, segundo Jesus (2017), o processo de construção de autoria das redações revela que, durante a vida escolar, a capacidade de criação de novos significados em textos é frequentemente restringida, levando à fixação aos sentidos já estabelecidos. Marcas presentes nos textos motivadores limitam a liberdade

interpretativa dos candidatos na proposta de redação do exame, pois a leitura se baseia nesses textos. Para Jesus (2017):

Nesta situação, ao candidato só é permitido fazer tanto uma leitura como uma interpretação parafrástica, uma vez que ele se encontra interpelado pelo discurso autoritário da proposta de redação antes mesmo de saber qual é o tema. Desse jeito, as marcas linguísticas tidas parafrásticas (com base e a partir) exercem uma função autoritária, fazendo com que os candidatos assumam a fôrma-leitor (PACÍFICO, 2012) e tenham dificuldades para migrarem para outras formações discursivas que não sejam as dos textos motivadores (Jesus, 2017, p. 92).

Assim, o candidato se vê restrito a uma única leitura e interpretação parafrástica devido à imposição autoritária da proposta de redação, mesmo antes de conhecer o tema. As expressões linguísticas parafrásticas (como “com base” e “a partir”) atuam de maneira autoritária, moldando os candidatos a adotarem uma abordagem limitada e dificultando a exploração de outras perspectivas discursivas além das apresentadas nos textos motivadores. Ademais, Jesus destaca que:

A leitura da proposta de redação constitui-se, portanto, mediante dois mecanismos: a paráfrase e a polissemia. A leitura parafrástica se caracteriza como o retorno ao mesmo espaço do dizer, é o reconhecimento, a reprodução dos sentidos dos textos motivadores. São apenas, reformulações dos dizeres desses textos, sem instigar o deslocamento dos sentidos e a multiplicidade de leituras possíveis. Já a leitura polissêmica constitui-se pela atribuição de sentidos múltiplos; o texto é o “ponto de partida”, mas os sentidos não estão limitados a ele, é necessário, ao candidato, acessar a memória discursiva, e recorrer a outros sentidos (Jesus, 2017, p. 94–95).

Esta constatação sobre os limites de autoria dos candidatos nos é bastante importante à nossa abordagem, muito embora analisemos a paráfrase nas redações nota mil pelo viés da intertextualidade num plano retórico, e não da interdiscursividade em si, como o caso de Jesus (2017).

Neste caso, este autor reflete sobre como essas duas abordagens (paráfrase e polissemia, dois conceitos da Análise do Discurso de linha francesa) refletem as habilidades de compreensão e interpretação exigidas dos candidatos. A leitura parafrástica é necessária para assegurar que os candidatos entendem do texto motivador, mas a leitura polissêmica é crucial para demonstrar uma capacidade mais profunda de interpretação e de criação de novos significados. Assim, os candidatos

precisam não apenas reproduzir os sentidos propostos, mas também inovar e enriquecer a discussão com suas próprias percepções e conhecimentos, respondendo às expectativas complexas e desafiadoras da proposta de redação. Segundo a análise de Jesus (2017), há circunstâncias que delimitam o processo de leitura da proposta, conforme descrito por ela

Não seria inadequado dizer que melhor nota tem os candidatos que se aproximam dos discursos presentes nos textos motivadores. A leitura no ENEM torna-se então uma repetição dos sentidos que nele estão elucidados, basta que o candidato os reproduza. Reprodução que ocorreu, na redação em questão, principalmente, no desenvolvimento, local da estrutura do texto dissertativo reservado para a defesa dos argumentos, que estão vinculados aos dos textos motivadores. (Jesus, 2017, p.122),

Assim, é válido observar que os candidatos que aderem aos discursos dos textos motivadores tendem a obter melhores notas; neste caso, os candidatos com as redações notam mil. A leitura durante o ENEM transforma-se em uma reiteração dos significados presentes nesses textos. Esse processo de reprodução, notavelmente evidenciado no desenvolvimento da redação, especialmente na seção destinada à defesa de argumentos, os quais estão diretamente relacionados aos apresentados nos textos motivadores. Assim, considerando o impacto crescente do ENEM e a abordagem educacional em relação à interpretação de texto, é notável haver uma tendência de direcionamento dos sentidos em torno do tema proposto, conforme delineado nos textos motivadores. Esta estratégia ressalta a importância de uma compreensão crítica da leitura e das habilidades interpretativas para os candidatos. Ademais Jesus (2017) destaca que:

Observou-se também que, os candidatos podem acessar a memória discursiva, evidenciando uma relação com a segunda marca linguística expressa na proposta de redação, na qual o candidato deve relacionar as leituras “com os conhecimentos construídos ao longo de sua formação”. (Jesus, 2017, p. 124)

Assim, Jesus (2017) evidenciou uma determinada ancoragem da argumentação dos participantes do Enem aos textos motivadores, mesmo sendo possível acessar outros conjuntos argumentativos integrados aos conhecimentos do participante, a metodologia da formação escolar dos candidatos, seja em preparatórios ou no ensino

regular, a produção está ligada aos argumentos apresentados pelos textos motivadores, por isso Jesus descreveu que:

Ao emitirem uma opinião em relação ao tema, ao invés de ocuparem a posição de autor, os candidatos passam a ocupar a posição de escreventes, pois a assunção da autoria está comprometida pela tarefa que lhe foi dada previamente no texto oficial da proposta de redação: produzir um texto **a partir e com base na leitura dos textos motivadores**. (Jesus, 2017, p.128)

De acordo com Jesus (2017, p. 128), as marcas linguísticas presentes na proposta de redação, que se baseiam nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação do candidato, sugerem que ele estabeleça outras relações, permitindo o acesso à memória discursiva e ao conjunto de arquivos relacionados ao tema. No entanto, não há uma abertura para a polissemia, pois as formações discursivas dos textos motivadores impõem uma opinião e uma argumentação sobre o tema, resultando em uma interdição a determinados sentidos. O texto motivador desempenha um papel crucial no acesso ao arquivo do candidato, pois o direciona para o discurso autoritário e sistematizado das propostas de redação, influenciando os dizeres dos candidatos para se alinharem com as formações discursivas dos textos motivadores.

Deste modo, as relações de autoria identificadas por Jesus (2017) emergem como um elemento crucial para esta pesquisa por revelarem não apenas a existência de uma interação entre a argumentação das redações premiadas com nota máxima e os textos motivadores fornecidos, mas também apontam para uma complexidade subjacente nessas relações. A análise detalhada dessas relações permite uma compreensão mais profunda das estratégias utilizadas pelos candidatos para incorporar e dialogar com os elementos presentes nos textos motivadores, evidenciando não apenas uma simples reprodução, mas sim uma habilidade de interpretação e recriação que leva à construção de argumentos robustos e coerentes. Portanto, ao examinar a dinâmica entre autoria, argumentação e influência dos textos motivadores, esta pesquisa pode fornecer contribuições valiosas para o entendimento do processo de produção textual no contexto do ENEM.

Já Lucena e Silva (2014) relatam que os textos motivadores têm um papel de condução para a organização dos argumentos em torno do tema exposto pela proposta de redação. Elas analisaram a proposta e os textos motivadores e destacam

que “É perceptível também a condução da escrita de um texto dissertativo-argumentativo, no qual o candidato apresenta um e/ou vários pontos de vistas e argumentos que o(s) sustenta(m).” (Lucena e Silva, p.9).

As autoras Lucena e Silva (2014) descrevem que os textos motivadores desempenham um papel essencial ao guiar os candidatos na reflexão sobre o tema proposto. O fato de não privilegiarem uma visão específica nem imporem valores permite que os alunos apresentem suas próprias perspectivas de maneira independente. Esse equilíbrio contribui para a construção de argumentos sólidos e a expressão autêntica de ideias durante o processo de redação. Para elas, seria fundamental reconhecer a importância desses textos na promoção da autonomia do pensamento e na formação de visões críticas e informadas sobre os temas em discussão.

Para nós, em discordância com Lucena e Silva (2014), é possível verificar a relação direta dos textos motivadores na orientação argumentativa da produção textual das redações nota mil, fica claro que eles ancoram sim a seleção argumentativa dos candidatos, já que, são uma seleção prévia do problema tematizado na proposta de redação.

5. 2. As perspectivas de abordagem da paráfrase segundo Fuchs (1985)

O termo “paráfrase” surge na literatura linguística por volta dos anos 60, em decorrência do triplo desenvolvimento e pesquisa: no tratamento automático de textos, no estudo sistemático das relações entre frases (gramáticas transformacionais) e no alargamento das preocupações semânticas, da palavra ao enunciado (Fuchs, 1985). Como resultado dessas influências convergentes, a paráfrase é constantemente evocada na linguística, embora haja importantes divergências na concepção do fenômeno.

A definição precisa de paráfrase é difícil tanto na teoria quanto, na prática, e ela pode ser objeto de uma série de caracterizações opostas. Por um lado, é considerado um dado imediato da consciência linguística dos locutores, sendo parte do conhecimento linguístico produzir e identificar frases com o mesmo significado. Por outro lado, é um objeto linguístico resultante das construções teóricas dos linguistas, cujo número e natureza das paráfrases descritas dependem diretamente do modelo de referência (Fuchs, 1985).

A paráfrase é também uma atividade linguística dos sujeitos, envolvendo interpretação e reformulação. No entanto, é igualmente o objeto linguístico resultante dessa atividade, ou seja, o enunciado ou texto que reformula o outro (Fuchs, 1985). Além disso, ela se relaciona não apenas com a reformulação efetiva de um enunciado ou texto-fonte em uma situação dada (dimensão “sintagmática” da cadeia do discurso), mas também com a relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua (dimensão “paradigmática” do sistema da língua) (Fuchs, 1985).

Para compreender rapidamente a questão, é necessário examinar as três principais fontes históricas que alimentam a reflexão linguística contemporânea sobre a paráfrase: a perspectiva lógica da equivalência formal, a perspectiva gramatical da sinonímia e a perspectiva retórica da reformulação (Fuchs, 1985).

Nessa perspectiva temos, em lógica, duas proposições são ditas “equivalentes se elas têm o mesmo “valor verdade” (isto é, se elas são conjuntamente verdadeiras ou falsas), e há regras que permitem estabelecer certas equivalências entre certas proposições.

De acordo com Fuchs (1985), em lógica, duas proposições são consideradas equivalentes se possuem o mesmo “valor Verdade”. Por exemplo, “todos os homens são mortais” é equivalente a “não há nenhum homem que não seja mortal”. Outros exemplos incluem “é necessário que ele venha” sendo equivalente a “não é possível que ele não venha”. Essa relação de equivalência se reflete na linguagem cotidiana, destacando a importância desse conceito na compreensão das relações semânticas e sintáticas.

A segunda perspectiva citada por Fuchs (1985) é a gramatical da sinonímia, representada em termos de identidade de significados principais e diferenças de ideias acessórias. Ele destaca a caracterização contemporânea da paráfrase em termos de um núcleo semântico comum, sobre o qual se encaixam semantismos diferenciais que modulam o sentido. Essa abordagem enfrenta desafios na qualificação das semelhanças e diferenças semânticas.

Segundo Fuchs (1985), a terceira perspectiva é a da retórica da reformulação. A tradição retórica e literária tem, desde sempre, abordado a paráfrase no plano do discurso, como uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-

fonte, sob a forma de um texto-secundo. A paráfrase se assemelha, aqui, à tradução (interlínguas), e a consideração de parâmetros ligados ao locutor e à situação particular de discurso é explícita: o estudo dos tipos de reformulações a adotar em função do contexto e das circunstâncias que constitui, aqui, o objetivo (Fuchs, 1985, p. 131).

Assim, o trabalho de interpretação é variável, segundo os sujeitos e as situações, de modo que cada um interpreta e, consequentemente, restaura algo de modo diferente. E nesta linha que se podem inscrever diversas abordagens da paráfrase conduzidas nas perspectivas enunciativas, discursivas e pragmáticas. Por isso, nossa maior preocupação, no estudo dos textos, é com o tratamento retórico da paráfrase, vista como reformulação das ideias, reposando sobre uma interpretação prévia do texto-fonte, ao modo de Carvalho (2018).

A autora Carvalho, membro do grupo *Protexto* (2018) realiza, em sua tese, um estudo significativo sobre a intertextualidade, propondo uma categorização detalhada do conceito. Ela defende que há um diálogo entre textos específicos, aonde partes de um texto podem ser encontradas em outro. Carvalho também explora as “modificações operadas em um texto de modo que se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro,” um fenômeno que ela denomina intertextualidade estrita. Além disso, a autora discute situações em que não há a retomada direta de um texto específico, mas ocorre uma “imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores, ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos,” o que ela chama de intertextualidade ampla (Carvalho, 2018). Dando continuidade à análise, Cavalcante (2018) delimita o entendimento sobre a intertextualidade, destacando que a interdiscursividade, o dialogismo e a heterogeneidade enunciativa são fenômenos distintos. Ela sublinha que “a intertextualidade, à luz da Linguística Textual, é um fenômeno pontual, geralmente planejado pelo enunciador, mas sempre indiciado, tangível e comprometido com funções discursivas” (Carvalho, 2018, p. 22). Assim, Cavalcante oferece uma perspectiva mais precisa do conceito no contexto da Linguística Textual.

A partir do entendimento do conceito da intertextualidade de Carvalho (2018), optamos por não enveredar no estudo tipológico de intertextualidade, pois a tese da autora não alcança a análise dos planos parafrásticos; diante de tal lacuna, fizemos a

opção pelos conceitos de Fuchs (1985) e a análise das redações do ENEM em Lima (2024), sobre a ótica dos planos parafrásticos.

Assim, a análise das paráfrases sob o plano retórico da reformulação do dizer do outro é crucial para compreender a relação entre os textos motivadores e as redações do Enem. Essa abordagem não apenas identifica como as ideias dos textos motivadores são reinterpretadas e recontextualizadas pelo autor, mas também influencia a organização da sequência argumentativa no plano de textos das redações.

Entretanto, ao mesmo tempo, em que categorizamos as paráfrases por esse parâmetro, entendemos ser impossível ignorar os diferentes níveis (lexical, sinonímia/semântico, pragmático), que também constituem a reformulação parafrástica, conforme se mostra em nossa análise dos dados, no próximo capítulo. Isso nos ajuda a compreender melhor como os estudantes sintetizam e incorporam as informações dos textos motivadores em seus argumentos, além de evidenciar sua habilidade em construir uma narrativa coesa e persuasiva.

Vejamos agora como a paráfrase corrobora no entendimento das paráfrases, com base em 4 (quatro) parâmetros também apresentados por Fuchs (1985).

5.2 Os planos de paráfrase e as redações do Enem

Vamos agora destacar as considerações de Lima (2024) sobre as redações e as paráfrases na argumentação, essa teoria é importante para pesquisa, pois as paráfrases proporcionam ilustrar a relação dos textos motivadores com a sequência argumentativa das redações do Enem. Lima (2024) destaca que as paráfrases são cruciais na criação de textos coerentes e argumentativos, destacando-se como recursos fundamentais na produção textual.

Assim, Lima (2024), destaca a importância do estudo da paráfrase para compreender como ocorre a retomada do “mesmo” nos discursos. A autora ressalta que a paráfrase desempenha um papel fundamental ao representar esse retorno e ao produzir formulações que expressam o mesmo conteúdo, embora com mudanças discursivas que refletem o posicionamento subjetivo do produtor do texto. Ela argumenta que a formação de posicionamentos ocorre por meio de discursos previamente vistos, absorvidos pela memória e internalizados, tornando-se parte do discurso do indivíduo. Assim, a paráfrase não apenas reflete o conhecimento

adquirido, mas também revela os processos cognitivos e sociais que influenciam a produção textual. Para Lima (2024) a paráfrase é importante para produção das redações, pois:

O uso do dizer do outro é uma escolha enunciativa que, no texto em questão, pode possibilitar uma estratégia de persuasão, uma vez que na avaliação consideramos os *já-ditos* recursos argumentativos legitimados, principalmente, quando se é pertinente e de uso produtivo para a temática abordada. A construção textual do participante é legitimada quando ele apresenta fatos baseados em alguma área do saber e será produtivo quando seu uso está contribuindo para defender a tese do texto. (Lima, 2024, p. 39)

Deste modo, ao utilizar o recurso de paráfrases, é possível que a integração dos argumentos dos textos motivadores nas redações represente uma estratégia eficaz de persuasão. Nesse contexto, a seleção criteriosa e a incorporação desses argumentos pelo candidato não apenas enriquecem o conteúdo de suas próprias redações, mas também conferem uma maior credibilidade às suas posições ao se embasarem em fontes confiáveis. Essa prática não só evidencia o domínio do tema proposto, mas também amplia a persuasão do texto, uma vez que argumentos respaldados em fontes externas tendem a ser mais convincentes para o leitor.

Além disso, Lima (2024) afirma que, para além das perspectivas teóricas distintas sob as quais é possível abordar a paráfrase, por nós já aqui mostradas, Fuchs (1985) apresenta quatro parâmetros, ou seja, planos parafrásticos a partir dos quais se é possível estabelecer a paráfrase, são eles: *locutivo, referencial, pragmático e simbólico*. Portanto, é possível identificar, no processo de escrita das redações, esses níveis, como será evidenciado no capítulo de análise. Pois cada um desses parâmetros ou planos parafrásticos oferece uma maneira distinta de entender e formular paráfrases, como exemplificado a seguir (Fuchs, 1985, apud Lima, 2024, p.28–29).

Assim, Lima (2024) descreve o **plano locutivo**, o qual foca na forma linguística da paráfrase, considerando como as palavras e estruturas são rearranjadas para expressar o mesmo conteúdo de maneira diferente. Por exemplo, se originalmente dizemos “Maria comprou um carro novo”, a paráfrase locutiva poderia ser “Maria adquiriu um veículo recém-comprado”. O parâmetro locutivo da paráfrase foca na reorganização das palavras, na alteração da estrutura da frase e no uso de sinônimos ou expressões equivalentes para retransmitir a mesma informação de maneira

diferente. Ele demonstra como a forma linguística pode variar enquanto o significado central da frase original é mantido. Na perspectiva das redações do Enem, Lima demonstra o plano locutivo exemplificado no seguinte quadro:

6 QUADRO: Expressões do texto motivador parafraseados no Plano Locutivo

TRECHO DO TEXTO MOTIVADOR	TRECHO DA REDAÇÃO
São meninos e meninas coagidos a trabalhar em atividades que envolvem riscos físicos e psicológicos , podendo os impactos serem irreversíveis (TM1-P2)	EXEMPLO 1 Red30: dessa forma, quando trabalha, a criança tem os estudos prejudicados, <i>o comprometimento de sua saúde física e mental</i> . (EsC; Tema3; Nota 920; Red30)
o preconceito esteve e ainda está presente nos ambientes esportivos. (TM1-P1)	EXEMPLO 2 Red10: o preconceito <i>ainda encontra-se</i> presente no ambiente esportivo. (EsA; Tema4; Nota 960; Red10)

Fonte: Lima 2024, p.76

A construção dos argumentos permeia o plano locutivo, no qual o autor utiliza das palavras para manter o sentido das proposições dos textos motivadores nas novas proposições feitas na redação.

Além disso, Lima (2024) descreve que o **plano locutivo** requer o sentido literal de um trecho do texto motivador de sua proposição que deve permanecer no texto parafraseado correspondente, para isso o participante pode explorar algumas possibilidades para a construção parafrástica. Lima demonstra uma equivalência de sentido nas palavras, veja:

- (a) Riscos físicos \cong *comprometimento de sua saúde física*
- (b) Riscos psicológicos \cong *comprometimento de sua saúde mental*.
- (c) Ainda está \cong *ainda encontra-se*

Lima, 2024 ,p.73

Desta forma, Lima (2024) ressalta que as paráfrases são construídas por meio de relações semânticas, como sinônima e hiperônima, em vez de transformações sintáticas, o que resulta em variações no plano locutivo. Ele também enfatiza que, nesse plano, o sentido literal de um trecho dos textos motivadores deve ser mantido, permitindo ao participante explorar diferentes formas para a construção parafrástica. Exemplos de equivalência de sentido, como “riscos físicos” e “comprometimento de sua saúde física”, ilustram essa abordagem.

Lima observa que as relações de paráfrases no plano locutivo desses exemplos não são sintáticas, segundo ela “estabelecem-se a partir de relações semânticas lexicais (sinonímia, hiponímia, hiperonímia, sentido figurado e sentido literal)”(Lima, 2024,p. v60). Para ela

plano locutivo é um argumento escolhido pelo participante, mostrando que a paráfrase pode ser uma estratégia argumentativa, ou seja, sua construção pode ser um argumento para defender o posicionamento do locutor. Além disso, ao fazer essa escolha o participante constrói um plano de texto estratégico baseado na ideia de que é crime a apologia ao nazismo e desenvolve no texto a ideia de que mesmo diante dessa lei ainda existe a apologia ao nazismo, ao fazer isso percebemos indícios de autoria. (Lima,2024, p.78)

Portanto, o plano locutivo, segundo Lima (2024), revela-se como uma ferramenta argumentativa crucial, onde a paráfrase atua não apenas como um recurso linguístico, mas também como um meio estratégico para defender o ponto de vista do autor. Esse processo de escolha e desenvolvimento de ideias no texto evidencia traços claros de autoria, demonstrando a capacidade do locutor em construir uma narrativa persuasiva e original.

Além disso, temos o **plano referencial**, nele o foco está na mudança de referências na paráfrase. Por exemplo, para a frase "O presidente anunciou uma nova política", uma paráfrase referencial poderia ser "Uma nova diretriz foi anunciada pelo líder do país", onde "presidente" é para "líder do país" e "política" é para "diretriz".

Além disso, Lima (2024) destaca que no plano referencial, as paráfrases relacionam-se fazendo com que um texto retome ou substitua elementos de outro texto, desta maneira há uma referência semântica e conceitual em um determinado contexto. A partir dessa relação, as expressões usadas no texto original e no texto parafraseado compartilham uma identidade referencial — ou seja, tem como base o mesmo referente, ideia ou situação extralingüística. Entretanto, a referência não é espontânea, pois é necessário que a substituição preserve o sentido original no contexto em que ocorre. Quando as expressões não mantêm essa correspondência, a paráfrase perde sua eficácia, resultando em incoerência ou falhas na progressão textual. Por isso, para a paráfrase referencial ser efetivada, os termos a qual irão substituir ou retomar ideias do texto original devem estar relacionados, garantindo que eles permaneçam coesos e congruentes no novo contexto. Lima descreve que

O conhecimento extralinguístico é necessário ao se elaborar paráfrases no plano referencial. A forma como essas expressões são articuladas nos textos dos participantes podem influenciar na nota dessas produções, pois a construção dos enunciados pelos participantes precisa fazer sentido. É necessário entender que as relações entre a redação do participante e o texto motivador do concurso são estabelecidas por expressões referenciais, em alguns casos, essas expressões, referencias se mantêm, em outros casos, as expressões mudam mesmo que os referentes permaneçam os mesmos. (Lima, 2024, p.78)

Desta forma, é importante uma amara de sentido entre as paráfrases referenciais das redações e os textos motivadores, a habilidade de realizar a construção de argumentos lançando mão desse aparato linguístico para obter nota maior na prova. No quadro a seguir Lima (2024) demonstra as paráfrases referenciais, veja:

7 QUADRO: Expressões no Plano Referencial (Red20)

TRECHO DO TEXTO MOTIVADOR	TRECHO DA REDAÇÃO
Decisão (TM1-P1); escolha errada (TM2-P2); pressão da família (TM1-P3); universitários (TM2-P2);	EXEMPLO 1 Red20: <i>A escolha;</i> <i>Dilemas das escolhas profissionais;</i> <i>Estratégias emocionais;</i> <i>Medo;</i> <i>pressão exercida por familiares;</i> <i>estratégias emocionais; alunos.</i> (EsB; Tema1; Nota 960; Red20)

Fonte: Lima, 2024, p. 79–80

A autora descreve que nesse quadro temos “as construções *pressão e estratégias emocionais*, remetem ao referente **pressão**, e todas se referem a família como entidade capaz de manipular a escolha profissional dos adolescentes.” Essa relação entre os textos motivadores e as redações são classificadas claramente como paráfrases referenciais no qual o autor da redação mantém a relação de sentido, ou seja, semântica entre eles. De acordo com Lima (2024):

o que se percebe é uma manutenção de sentidos por meio de paráfrases no plano referencial, dessa forma o participante foi estratégico e construiu seu texto de forma eficiente, isso evidencia que o participante tem domínio sobre o seu texto, sobre suas ideias e sobre o que escreve, o que configura autoria (Lima, 2024 p. 80)

Deste modo, a paráfrase referencial não é uma mera reprodução das ideias dos textos motivadores nas redações, mas um referente no qual um candidato habilidoso pode utilizar para construção de argumentos que corroborem a originalidade sem fugir do tema da proposta.

Além desses temos também o **plano pragmático** no qual o parâmetro considera o contexto comunicativo e a intenção por trás da paráfrase. Ele se concentra em como a paráfrase pode ser formulada para preservar a intenção original da comunicação. Por exemplo, se a frase original é "O presidente anunciou uma nova política" e o contexto envolve destacar a autoridade e a importância da decisão presidencial, uma paráfrase pragmática poderia ser "O líder do país fez um anúncio crucial para as direções futuras da nação", mantendo a ênfase na liderança e na significância da decisão política. Lima (2024) diz que:

A paráfrase em plano pragmático corresponde à manutenção de intenções, ou seja, aos valores locucionário e ilocucionários. Definimos como ato locucionário o "novo discurso" que vai ser criado pelo participante contendo ou não dados dos textos motivadores como estratégia argumentativa. Já o ato ilocucionário corresponde a ação realizada ao dizer, ao escolher argumentos e transformá-lo em estratégia para defender uma tese e resolver os problemas abordados nos textos. (Lima, 2024, p.70)

Deste modo, Lima (2024), descreve que a paráfrase no plano pragmático foca nas relações entre a preservação das intenções comunicativas, relacionando tanto a criação de um novo discurso (ato locucionário) quanto a ação estratégica de escolha e transformação de argumentos para sustentar uma tese (ato ilocucionário). Nesse sentido, ao realizar a paráfrase pragmática o autor mantém a intenção faz adaptação na construção argumentativa, refletindo focando de maneira eficaz o discurso para propor solução aos problemas propostos.

8 QUADRO: Paráfrases no Plano Pragmático

TRECHO DO TEXTO MOTIVADOR	TRECHO DA REDAÇÃO DO PARTICIPANTE
<p>Os desafios, no entanto, são muitos, cabendo ao Governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos, identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos). (TM1-P1)</p>	<p>EXEMPLO 1 Red12: <i>O governo deve investir constantemente na compra de vacinas para amenizar a população em massa além de um suporte para auxiliar a população na compra de medicamentos de proteção como as grandes potências do mundo.</i> (EsB; Tema2; Nota 320; Red12)</p> <p>EXEMPLO 2 Red15: <i>Que mesmo em tempos difíceis e em meio a uma pandemia, podemos auxiliar o governo a melhor aplicar os recursos públicos para área (Sic) de Saúde, mesmo com recomendações ou isolamento, aos bairros, conselhos etc...</i> (EsB; Tema2; Nota 400; Red15)</p>

Fonte: Lima, 2024, p.71

Veja que Lima (2024) descreve que “No EXEMPLO 1 Red12, ao dizer que *O governo deve investir constantemente na compra de vacinas* fica subentendido que alguém precisa de vacina, pois o governo precisa investir nessa compra.” Nesse exemplo é possível verificar a intencionalidade do autor em retomar a ideia do texto motivador dos subfinanciamento, além disso, Lima (2024, p.71) destaca que nesse exemplo “o ato ilocucionário acontece a partir do momento em que o participante entende que precisa de uma estratégia para resolver os diversos problemas e encontra a compra de vacinas como um método estratégico.” Ou seja, o cerne do problema permanece, mas o autor da redação tenta propor solução. Além disso, Lima (2024) destaca que:

Portanto, a paráfrase em plano pragmático é formada a partir das intenções de um locutor ao compor seu texto, o que caracteriza o ato locucionário e ilocucionário. Esses efeitos são vistos, principalmente, na conclusão, pois é nessa parte que a proposta de intervenção é construída e, muitas vezes, elas são planejadas a partir dos textos motivadores. O sentido se estabelece a partir da identificação do agente que promoverá ações para resolver os problemas que foram estabelecidos no decorrer do texto. (Lima, 2024, p.72)

Desta forma, a paráfrase em plano pragmático reflete as intenções do locutor, expressas nos atos locucionário e ilocucionário, especialmente nas conclusões.

Nessas, a proposta de intervenção é articulada com base nos textos motivadores, identificando o agente que executará as ações para resolver os problemas discutidos ao longo do texto.

Por fim completando o quadro dos planos parafrásticos temos o **plano simbólico**; nele a paráfrase se concentra na mudança de significados ou conotações simbólicas associadas às palavras. Por exemplo, para a frase "Ele tem um coração de ouro", uma paráfrase simbólica poderia ser "Ele é extremamente generoso e compassivo", preservando o tom elogioso e simbólico da expressão original. Lima (2024) descreve que

O plano simbólico se estabelece por meio de *já-ditos*, ou seja, exemplos, dados, referências filosóficas ou literárias que são usadas para argumentar e defender uma tese, esses *já-ditos* são situações vistas, vivenciadas, lidas ou estudadas pelo participante. Nos enunciados escritos pelos participantes, há paráfrases no plano simbólico ao fazer uso de um *já-dito*. (Lima, 2024, p.73)

Desta forma, o plano simbólico se manifesta por meio de "já-ditos" em que os participantes lançam mão de seu repertório socio cultura para exemplificar seus argumentos e a partir deles defender uma tese. Esses "já-ditos" refletem situações acionadas dos conhecimentos encyclopédicos adquiridos por meios de leituras, vivências ao longo da sua formação. Nos textos dos participantes, a paráfrase simbólica surge ao incorporar essas referências anteriores. Para entender melhor, vejamos como a análise de Lima (2024) demonstra-os no seguinte quadro:

9 QUADRO: Plano Simbólico na Produção Textual

TRECHO DO TEXTO MOTIVADOR	TRECHO DA REDAÇÃO
Em 2020, este importante sistema passou por uma grave crise, colapsos nacionais e estaduais, em decorrência do surto mundial de corona vírus. (TM1-P1)	EXEMPLO 1 Red15: A pandemia de covid19 foi o marco do maior colapso que teve <i>segundo pesquisadores em março de 2021 na segunda onda epidêmica</i> , muitos estados e o distrito também tiveram taxas de muitas ocupações em leitos de UTI. (EsB; Tema2; Nota 400; Red15)

<p>Paralelamente à realização de consultas, exames e internações, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção de vigilância sanitária, como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos. (TM1-P1)</p>	<p>EXEMPLO 2 Red2: <i>Houve uma diminuição na verba destinada para a saúde</i> isso pode acarretar falta de recursos, dificultando o trabalho dos médicos. A desinformação é outro fator que atrapalha muito o SUS pois uma pesquisa feita pela <i>organização Avaaz</i> mostrou que a cada 10 brasileiros entrevistados 9 viram uma notícia falsa sobre o coronavírus com isso acabam não querendo se vacinar com medo pensando que a informação era realmente verídica. (EsA; Tema2; Nota 480; Red2)</p>
<p>Em 2020, este importante sistema passou por uma grave crise, colapsos nacional e estaduais, em decorrência do surto mundial de coronavírus. (TM1 -P1)</p>	<p>EXEMPLO 3 Red12: Além disso a pandemia fez com que <i>seis em cada 10 pacientes morresse com covid na uti</i> até o mês de agosto de 2020. (EsB; Tema2; Nota 320; Red12)</p>

Fonte: Lima, 2024, p. 73

A autora descreve as paráfrases simbólicas observando que ao retomar o texto motivador não há apenas uma cópia mais uma complementação do que foi dito, ela destaca que “que o participante não somente reproduziu uma informação do texto motivador, mas acrescentou outro dado, *segundo pesquisadores em março de 2021 na segunda onda epidêmica*, mostrando mais uma crise no SUS ocasionada pela segunda onda da epidemia da Covid 19.”(Lima,2024,p.73) Assim não é uma mera reprodução e sim uma reescrita para defender sua tese.

Através da leitura de Lima (2024) os aspectos considerados por ela sobre plano de texto e argumentação reforçaram aponte entre a influência dos textos motivadores e as redações do Enem nota mil.

Ademais, a avaliação das redações não se restringe à originalidade das ideias apresentadas, mas também considera a habilidade do candidato em selecionar e empregar produtivamente os recursos argumentativos disponíveis nos textos motivadores. Nesse sentido, a construção textual do participante é legitimada quando este demonstra compreensão dos argumentos fornecidos nos textos motivadores e os utiliza consistentemente para defender sua tese. Isso contribui para a coesão e coerência do texto na totalidade, conferindo-lhe uma estrutura argumentativa sólida e bem fundamentada.

A seguir, demonstraremos a metodologia adotada para realização dessa pesquisa.

6 METODOLOGIA E ANÁLISE

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa. A metodologia empregada será descritiva e qualitativa, segundo a definição de Cervo e Bervian (1983, *apud* Heerdt, 2007, p. 64). Essa abordagem visa compreender, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros fenômenos, assim como sua natureza e características.

Os procedimentos metodológicos adotados resumem-se na abordagem descritiva, qualitativa e documental. A natureza aplicada da pesquisa requer uma abordagem que possibilite a análise detalhada dos dados coletados. Além disso, os procedimentos técnicos utilizados são predominantemente documentais, envolvendo a busca e análise de dados em bases de dados de instituições educacionais.

O corpus da pesquisa é composto por três redações com nota máxima, selecionadas conforme a ordem apresentada na cartilha do participante¹ e no caderno do participante de 2021. Além das redações, serão analisados os quatro textos motivadores utilizados na prova do Enem.

6.1 Universo da amostra do *corpus*

Para *corpus* utilizamos os exemplares de redação do ENEM, a cartilha do participante 2022 ³(INEP,2022) que terão amostras de redações nota 1000 do Enem 2021 e 4 textos motivadores. Destas foram analisadas redações 3, selecionadas na ordem que se apresentam na cartilha do participante, além dos 4 textos motivadores.

6.2 Categorias de análise

a)Esquema da **Sequência argumentativa** segundo as **macroproposições**, com as seguintes cores para representá-las: (**Tese Inicial**– **Dados**– **P. arg. 1**– **Restrição** - **P.arg.2, Parg 3, ... - Nova Tese**);

³

https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf

b) Categorias de análise do **plano textual** das redações do Enem, com as seguintes cores para representá-las: elementos do **tema** - **tese** – **argumentos**- **proposta de intervenção**;

Categorias de análise segundo os **planos de paráfrase**: plano locutivo – plano referencial – plano pragmático – plano simbólico.

6.3. Procedimentos de análise do *corpus*:

Os procedimentos de análise do corpus foram realizados em diversas etapas, a fim de delinearmos a trajetória percorrida na realização das análises das redações nota mil do Enem, especialmente no que diz respeito à relação entre as redações e os textos motivadores. Nesse sentido, as etapas foram as seguintes:

- a) A primeira etapa da análise foi expor a proposta de redação e os textos motivadores, identificando que eles têm o papel de delimitar a proposta de redação no sentido de problematização e tematização. Nesta etapa, começamos por apresentar detalhadamente a proposta de redação fornecida no Enem, que inclui o tema central a ser discutido pelos candidatos.
- b) Na segunda etapa, selecionamos três redações nota mil para análise. Utilizando a teoria de Jean-Michel Adam (2008), definimos o plano de texto de cada uma delas.
- c) Na terceira etapa, analisamos as sequências argumentativas das três redações nota mil do Enem, fundamentando-nos nas teorias de Adam (2019) e Oliveira (2016).
- d) Na quarta etapa, elaboramos um quadro relacionando as macroproposições de cada redação analisada e sua relação inferencial com os textos motivadores.
- e) na quinta etapa, destacamos as macroposições e suas paráfrases, classificando-as de acordo com Furcs (1985) e Lima (2024), e os textos motivadores com qual cada um se relacionava, e apontamos as paráfrases que materializam essa relação das redações com os textos motivadores.

A seguir demonstraremos a análise dos dados segundo os modelos apresentados.

6.4. Análise das redações nota mil do ENEM

Ao dar início a análise observamos o objetivo de reconstruir os planos de textos das redações nota mil na redação do Enem, mediante a construção da tese e a seleção e organização de argumentos, na composição da sequência argumentativa dominante nesses textos. Para isso, a seguir apresentaremos proposta de redação do ano 2021.

Essa proposta apresenta 4 textos motivadores. As regras que o participante deve seguir, no caso como as redações analisadas são as com nota máxima, essas instruções obviamente foram seguidas, portanto, proponho destacarmos os textos motivadores e a proposta de redação.

10 QUADRO: Texto motivador 1

“TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Então, do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se define: “zero à esquerda”, “cachorro”, “um nada”, “pessoa que não existe”, entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

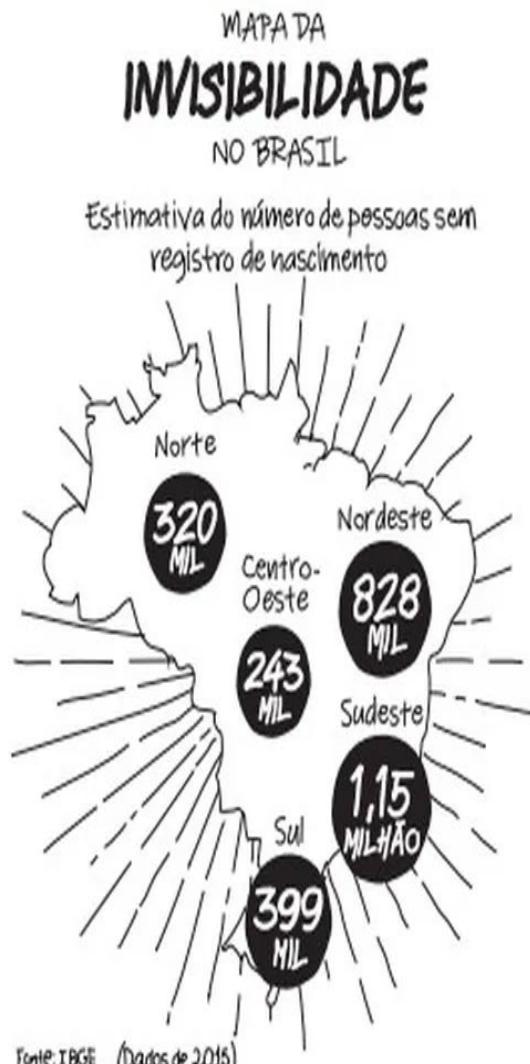
(ESCÓSSIA, F. M. Invisíveis: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento. 2019. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.)

Fonte: Enem, 2021

11 QUADRO: Texto motivador 2 Fonte: Enem, 2021

TEXTO II

A Lei N° 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.



Disponível em: <https://estudio.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

12 QUADRO: Texto motivador 3

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Por isso, só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

13 QUADRO :Texto motivador 4

TEXTO IV



Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Fonte: Enem, 2021

Tais textos motivadores, são seguidos da seguinte proposta:

“A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil’**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.”

Assim, exposto os textos motivadores e a proposta de redação, nomeamos como elementos tematizados/problematizados:

14 QUADRO: Elementos tematizados/problematizados.

TEXTO MOTIVADORES	TEMATIZAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO
M1	é a invisibilidade e a marginalização de grupos minoritários resignados que não possuem o reconhecimento oficial de sua existência. (problema da marginalização das minorias por dificuldade socioeconômica)
M2	o mapa da invisibilidade no Brasil. Apesar da garantia por lei do acesso ao registro civil, ainda há em todas as regiões estimativa de pessoas que não possuem esse documento (problema quantificado da falta de registro civil)
M3	a relevância da certidão de nascimento como base para o exercício da cidadania e o acesso a direitos e serviços essenciais na sociedade. (acesso a direitos)
M4	“Onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos”. Defesa do direito ao acesso ao registro civil. (ação do poder público representado pelo ministério público)

Fonte: próprio autor.

Esse quadro será relevante na análise das redações após as reconstruções do plano de textos para verificar a relação problematização/tematização das redações na construção da tese e dos argumentos.

6.5 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 01

A organização composicional do Texto 01 pode ser descrita por meio de quatro parágrafos ou blocos, os quais apresentam elementos do plano de texto da redação

do Enem. Conforme destacado por Adam (2019) e Oliveira (2016), este texto também assume um caráter dialogal justificativo. Portanto, analisamos os elementos presentes na estrutura composicional do plano de texto 01, bem como sua característica sequencial argumentativa. O plano de texto apresenta esses elementos em um nível macro, enquanto dentro deles estão inseridos os elementos da sequência argumentativa.

Plano de texto fixo do texto 01

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese.

Tema: 'Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil'

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. **[Tese inicial¹]** Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, **[dado¹]** os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. **[Restrição¹]** No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, **[Nova tese¹]** o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, **[dados²]** embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro "eu". **[Nova Tese²]** Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

[P. arg.1] De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. **[Restrição²]** Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, **[Nova tese³]** restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. **[P.arg.1]** Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

[P.arg.2] Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro "eu". Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

[(Reafirmação da) Nova Tese⁴] Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, **[Intervenção]** faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, **[Tese inicial²]** já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. **[Reafirmação da) Nova Tese⁵]** Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

Resumo da sequencialidade argumentativa texto 01

Tema (fixado pela proposta de redação)

Tese anterior

esquema justificativo



Tese Inicial– O Estado exige a materialização do existir do cidadão através de documentos oficiais.

Dados – os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados/ embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”.

P. arg. 1 – os documentos oficiais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados.

Restrição – No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros.

P. arg. 1- De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania possibilitando sua ascensão social.

Restrição- Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital

P. arg. 2 - Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência

Nova Tese – os cidadãos precisam ter acesso aos documentos para ter cidadania plena e sua consequente visibilidade/ O Estado precisa agir.

A1: O plano de texto da redação 01

Notemos que o tema não pode se desvincular de nenhum dos textos motivadores, de modo que todos eles compartilham da mesma temática, mesmo que

com pequenas nuances entre si. Essa conexão entre os textos motivadores e o tema central é fundamental para garantir a coesão e a coerência do texto, em consonância com a proposta de redação do Enem, permitindo que o leitor compreenda claramente a relação entre as ideias apresentadas e a mensagem global transmitida.

No caso das redações do exame de 2021 temos que Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil’, esse tema como já indicado é delimitado pelos textos motivadores, o texto motivador 01 e texto motivador 02 trabalham com apontamento da primeira parte do tema, invisibilidade do registro civil eles apontam o problema de indivíduos não terem registro civil, na segunda parte o tema garantia de acesso a cidadania no Brasil se alicerça nos textos motivadores 03 e 04 neles a explicação da importância do registro civil e da relação dele com o “existir” para o estado.

Além disso, considera-se a classificação do Texto 01 como esquema argumentativo do tipo justificativo, apresentando uma estrutura sequencial argumentativa bem definida, marcada por uma progressão lógica de ideias. Inicia-se com a introdução do tema, seguida pela apresentação da tese inicial, que afirma a importância dos documentos oficiais na materialização da cidadania. Em seguida, são apresentados dados que sustentam essa tese, evidenciando como o acesso aos documentos proporciona prerrogativas e serviços aos cidadãos. No entanto, a argumentação é enriquecida com a introdução de uma restrição, que questiona a universalidade dessa materialização da cidadania, apontando para as disparidades sociais existentes. Essa restrição é embasada pela citação de Milton Santos, reforçando a posição do autor. O desenvolvimento argumentativo continua com a apresentação de uma nova perspectiva, introduzindo um aspecto existencialista à discussão, o que, adiante, veremos como uma marca simbólica de paráfrase. Por fim, conclui-se com a apresentação da nova tese, que reforça a necessidade do acesso aos documentos para a plena cidadania e a ação do Estado nesse sentido, também percebida como simbólica.

No caso das redações do exame de 2021 temos que Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil’, esse tema como já indicado é delimitado pelos textos motivadores, o texto motivador 01 e texto motivador 02 trabalham com apontamento da primeira parte do tema, invisibilidade do registro civil eles apontam o problema de indivíduos não terem registro civil, na segunda parte o tema garantia de acesso a cidadania no Brasil se alicerça nos textos motivadores 03

e 04 neles a explicação da importância do registro civil e da relação dele com o “existir” para o estado.

Assim, no texto 01 podemos alinhar o plano de texto e a sequência argumentativa da seguinte maneira, em que o plano de texto segue de forma canônica e, de certa forma, linear, na sequência argumentativa:

Plano de texto

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese.

Sequência argumentativa

Tese Inicial– dados – restrição- P. arg. 1- P.arg.2 - Nova tese

A seguir, veremos como essa organização retoma a delimitação da problematização “invisibilidade” ligado aos textos motivadores. Lembremos que os textos motivadores são delimitadores do tema, o tema é fixado pela proposta de intervenção sendo que a fuga dele é uma penalidade.

Item A2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase

Recortes das macroproposições no plano de texto	Recortes dos textos motivadores.	Relação parafrástica entre proposições x textos motivadores
Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil’	Tem relação de problematização e tematização com os 4 textos motivadores.	
Tese Inicial– O <u>Estado</u> exige a <u>materialização</u> do <u>existir</u> do <u>cidadão</u> através de <u>documentos oficiais</u> .	M3... “A <u>certidão</u> de <u>nascimento</u> é o primeiro e o mais importante <u>documento</u> do <u>cidadão</u> , então, com ele, a pessoa <u>existe oficialmente</u> para o <u>Estado</u> e a sociedade...”	Plano referencial: Repetição: cidadão, documento, Estado. Relação lexical: existir/existe, materialização do existir/existe oficialmente, documentos oficiais/certidão de

		<p>nascimento.</p> <p>Plano locutivo: “O Estado exige a materialização do existir do cidadão através de documentos oficiais”/ (...) “com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade...”</p>
Dados (Parg1) - os quais proporcionam o <u>acesso a prerrogativas e serviços</u> que lhes cabem aos indivíduos registrados embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”.	M3... “só de <u>posse da certidão</u> é possível retirar outros <u>documentos civis</u> , como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola ³ e <u>ter acesso a benefícios sociais</u> , a apresentação do documento é obrigatória. ...”	<p>Plano referencial: Repetição: acesso.</p> <p>Relação lexical: prerrogativas e serviços/benefícios sociais, social/ sociedade, acesso/posse.</p> <p>Plano locutivo: (...) “documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados/ ... “ só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis (...) e ter acesso a benefícios sociais.</p> <p>Planãoo simbólico</p>
Restrição – “No entanto, ...<u>não raras</u> são as <u>ocasiões</u> em que <u>não há tais registros...</u>”	M1 “...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente	<p>Plano referencial: Relação lexical - registros/certidão de nascimento, o primeiro</p>

	<p>reconhecido como o <u>primeiro documento da vida</u> – a <u>certidão de nascimento...</u>”</p> <p>M2...<u>Só que o problema persiste</u>, mostrando que <u>essa exclusão</u> é complexa...</p>	<p>documento de vida, (não há) tais registros/essa exclusão.</p> <p>Plano pragmático: (alegação do problema) Só que o problema persiste/ não raras são as ocasiões em que não há tais registros.</p>
<p>P. arg. 1- De início, é notório o <u>/caráter indispensável do registro civil na /promoção da cidadania</u></p>	<p>M4 “onde existem pessoas /enxergamos <u>cidadãos...</u>”</p> <p>M1 “...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a <u>certidão de nascimento...</u>”</p> <p>M3: “...a apresentação do documento é obrigatória”.</p>	<p>Plano referencial: relação lexical: Cidadãos/cidadania, registro/certidão de nascimento, o caráter indispensável do registro/ a apresentação do documento (é) obrigatória.</p> <p>Plano locutivo: ... “é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania” / ... “a apresentação do documento é obrigatória”.</p>
<p>Restrição- Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de</p>	<p>M1 “...nunca menos de 50 <u>pessoas, todas pobres ou muito pobres</u>,</p>	<p>Plano referencial: Relação lexical cidadanias mutiladas/</p>

<p><u>cidadanias mutiladas</u>, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando <u>disparidades sociais</u> baseadas, principalmente, no <u>poder econômico</u> dos membros da sociedade. Nesse contexto, <u>pessoas em uma posição inferior de pirâmide social</u> têm seus <u>direitos renegados</u>, em uma estrutura baseada no capital,</p>	<p><u>quase todas negras</u>, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso.”</p> <p>M2...<u>Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa...</u></p>	<p>pessoas, todas pobres ou muito pobres... Disparidades sociais/pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, poder econômico, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social/pessoas, todas pobres ou muito pobres... Direitos renegados/essa exclusão.</p> <p>Plano locutivo: “...nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso.”/ “(...) Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital.</p> <p>Plano simbólico: ...”Só que o problema</p>
--	--	--

		<p>persiste, mostrando que essa exclusão¹ é complexa". / "Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática da sociedade.</p>
<p>P.arg.2 - Além disso, já em um <u>âmbito existencialista</u>, a <u>regularização</u> do <u>indivíduo</u>, ao <u>materializar</u> <u>sua existência</u>.</p>	<p>M1 "Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: <u>"zero à esquerda"</u>, <u>"cachorro"</u>, <u>"um nada"</u>, <u>"pessoa que não existe"</u>, entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da <u>pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma...</u>"</p>	<p>Plano referencial: relação lexical âmbito existencialista, existência/ pessoa que não existe, zero à esquerda, um nada, pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma... , materializar sua existência/registro de nascimento.</p> <p>Plano locutivo: "Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar</p>

		<p>sua existência./ (...) zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma..."</p>
<p>Nova Tese – os cidadãos precisam ter acesso aos documentos para ter cidadania plena e sua consequente visibilidade/ O Estado precisa agir.</p> <p>Nova tese (Intervenção): <u>faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas (...)</u></p>	<p>M1 "...Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Então, do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo."</p> <p>M4: ""Defensores e defensoras públicas pelo direito à documentação pessoal..."</p> <p>M3: (...) essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em</p>	<p>Plano referencial: Relação lexical: documento/ documentação, cidadãos, direito/ acesso, cidadãos/pessoas, cidadania/cidadãos, Estado, esferas federal, estadual e municipal/ Defensores e defensoras públicas.</p> <p>Plano locutivo: O Estado precisa agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil. / pelo direito à documentação pessoal. Os cidadãos precisam ter acesso aos documentos para ter cidadania plena e</p>

	<p><u>pagar pelo registro, por exemplo.</u></p>	<p>sua consequente visibilidade. / O Estado precisa agir./ “Onde existem pessoas, enxergamos_cidadãos...”.</p> <p>Plano simbólico: "Defensores e defensoras públicas pelo direito à documentação pessoal." / faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos.</p> <p>Plano simbólico: (intervenção pela expansão sobre o acesso ao transporte)</p> <p>“(...) por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas (...)/</p> <p>“Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio,</p>
--	---	---

		<p>sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. (...)/ (...) não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.</p>
--	--	---

6.6 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 02

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese.

<p>TEXTO 02</p> <p>Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil’</p> <p>Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantia a representatividade política de todas as pessoas para que o mecanismo democrático funcione. [Tese inicial] então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. [Restrição] Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. [Nova Tese] logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.</p> <p>[p.arg.1] Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. [p.arg.1] Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. [Nova tese] Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.</p>
--

[p.arg.2] Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. **[Dados]** Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

[(reafirmação da) nova tese] Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. **[intervenção]** O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

Resumo da sequencialidade argumentativa texto 02

Tema (fixado pela proposta de redação)

Tese anterior

esquema justificativo



Tese inicial - então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral

Restrição - Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados.

Nova Tese - logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.

P.arg.1 - Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de

cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida.

P.arg.1- Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro.

Nova tese- Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

P.arg.2- Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento.

Dados- Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal.

Nova Tese- Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

Item B1: O plano de texto da redação 02

A relação temática do texto 02 continua sendo delimitada pelos textos motivadores e assim o tema não pode se desvincular de nenhum dos textos motivadores, o tema parte dessa conexão entre os textos motivadores e o tema central, fundamental para garantir a coesão e a coerência do texto, permitindo que o leitor compreenda claramente a relação entre as ideias apresentadas e a mensagem global transmitida.

A estrutura do texto 02 segue um padrão justificativo, refletindo uma abordagem coerente e sequencial. Assim, tese inicial é explicitada de forma clara e direta, destacando a importância do acesso a recursos básicos para a plena cidadania. No entanto, uma restrição é apresentada, evidenciando como a ausência de documentos essenciais, como a certidão de nascimento, contribui para a invisibilidade social e a privação de direitos fundamentais para muitos brasileiros.

Os elementos do plano de texto do texto 2 apresenta o plano texto fixo assim como no texto 01, mantendo-se a relação temática delimitada pelos textos motivadores com os elementos do plano de texto, veja que os elementos da sequência argumentativa estão presentes imbricados na sequência argumentativa, em que o plano de texto segue de forma canônica e linear:

Plano de texto

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese.

Sequência argumentativa

Tese inicial-Restrição- p.arg.1- p.arg.2- Dados- Nova Tese

É interessante notar semelhança na estrutura composicional entre texto 01 e 02. Ambas seguem uma abordagem bastante organizada, seguindo um plano de texto que inclui tema, tese, argumentos, intervenção e reafirmação da tese. Veja a seguir como se dão as relações entre textos motivadores e o texto 2.

Item B2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase.

Recortes das macroproposições no plano de texto	Recortes dos textos motivadores.	Relação parafrástica entre proposições x textos motivadores
tema		

<p>Tese inicial -</p> <p><u>então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral.</u></p>	<p>M3... “A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante <u>documento</u> do <u>cidadão</u>, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Por isso, só de posse da certidão é possível retirar outros <u>documentos civis</u>, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e <u>ter acesso a benefícios sociais</u>, a apresentação do documento é obrigatória.”</p> <p>M4: “<u>onde existem pessoas enxergamos cidadãos...</u>”</p>	<p>Plano Referencial: Repetição: acesso. Relação Lexical: cidadão, documento, rede estatal/Estado, documentos civis/certidão de nascimento, benefícios sociais/recursos estatais.</p> <p>Plano locutivo: “(...) rede estatal que dê acesso a diversos recursos” / “(...) ter acesso a benefícios sociais”.</p> <p>Plano simbólico “onde existem pessoas enxergamos cidadãos...”/ “... então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral.</p>
<p>Restrição-</p> <p>Contudo, muitos brasileiros, por <u>não terem uma certidão</u></p>	<p>M1: “... Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os</p>	<p>Plano Referencial: Relação lexical: privados desses direitos básicos, /invisibilizado, “zero à esquerda”, “cachorro”, “um</p>

<p><u>de nascimento, são privados desses direitos básicos</u> e têm seus próprios papéis de cidadãos <u>invisibilizados.</u></p>	<p>usuários se definem: <u>“zero à esquerda”, “cachorro”, “um nada”, “pessoa que não existe”, entre outras,</u> todas são expressões que conformam claramente a <u>ideia da pessoa sem registro de nascimento</u> sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência <u>nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.</u></p>	<p>nada”, “pessoa que não existe”, entre outros direitos/ ideia da pessoa sem registro de nascimento /privações/exclusão.</p> <p>Plano Locutivo:</p> <p>"(...) a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado."/ “Muitos brasileiros são privados de direitos básicos por não possuírem certidão de nascimento...”</p>
<p>Nova Tese- logo, deve-se discutir as <u>raízes históricas</u> desse <u>problema</u> e as suas <u>consequências nocivas.</u></p>	<p>M1: "... Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: <u>“zero à esquerda”, “cachorro”, “um nada”, “pessoa que não existe”, entre outras,</u> todas são expressões que conformam claramente a <u>ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor,</u> cuja</p>	<p>Plano Referencial:</p> <p>Repetição: problema</p> <p>Relação lexical: raízes históricas/ exclusão é complexa / “pessoa que não existe”, a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma/ complexa/consequências nocivas./ nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado</p> <p>Plano pragmático -</p> <p>(apontamento da causa do problema)</p> <p>"(...) deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as</p>

	<p>existência <u>nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.</u>"</p> <p>M2 "...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>	<p>suas consequências nocivas. / "... Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>
<p>p.arg.1-</p> <p>Primeiramente, vê-se que o <u>apagamento social gerado pela falta de registro civil</u> apresenta suas <u>origens no passado.</u></p>	<p>M1: "...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a <u>certidão de nascimento...</u>"</p> <p>M2"...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>	<p>Plano Referencial: Relação lexical: registro civil, origens do passado/ Só que o problema persiste, registro civil/certidão de nascimento, / exclusão é complexa.../"apagamento social</p> <p>Plano pragmático: (alegação de causa): "(...) vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado./ "...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>

<p>p.arg.1- Sob esse viés, o <u>materialismo</u> <u>histórico</u> de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem <u>certificado de nascimento</u> no Brasil, pois é provável que eles pertençam a <u>linhagens familiares</u> que também não tiveram acesso ao <u>registro</u>.</p>	<p>M1: "...Adultos, velhos e crianças <u>estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento..."</u></p>	<p>Plano Referencial: Repetição: certificado de nascimento, Relação Lexical: sem certificado de nascimento/ estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida.; linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro./ adultos, velhos e crianças.</p> <p>Plano simbólico: o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil.../ essa exclusão é complexa.</p>
<p>p.arg.2- Além disso, nota-se que esse <u>processo injusto</u> cria chagas profundas na democracia <u>nacional</u>. No livro "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver <u>sem apoio estatal</u>.</p>	<p>M1: "...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento..."</p> <p>M2" Mapa da invisibilidade no Brasil – ... Só que o <u>problema</u> persiste, mostrando que essa <u>exclusão é complexa...</u>"</p>	<p>Plano Referencial: Repetição: certidão de nascimento Relação Lexical: processo injusto/ problema; nacional/ no Brasil; chagas na democracia, sobrevivência sem apoio estatal, processo injusto/vidas sem registro, democracia/não reconhecimento, exclusão (social) é complexa, invisibilidade, família/adultos, velhos e crianças.</p> <p>Plano simbólico: Vidas Secas",</p>

<p>Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem <u>certidão de nascimento</u>.</p>		<p>de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal.../"...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida./</p>
<p>Nova Tese- Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas <u>injustiças históricas</u> e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus <u>cidadãos</u> sejam vistos igualmente.</p>	<p>M1: "...nunca menos de 50 p pessoas, <u>todas pobres</u> ou muito <u>pobres</u>, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e <u>esperam sem reclamar o tempo que for preciso.</u>"</p>	<p>Plano referencial: Relação Lexical: Injustiça histórica /exclusão social é complexa ; cidadãos sejam vistos igualmente/todas pobres ou muito pobres; esperam sem reclamar o tempo que for preciso./</p>
<p>Intervenção: "O Estado criará um mutirão nacional intitulado "Meu Registro, Minha Identidade". Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais,</p>	<p>M2"...Só que o problema persiste, mostrando que essa <u>exclusão</u> é <u>complexa...</u>"</p> <p>M4: "<u>onde existem pessoas</u> <u>enxergamos cidadãos...</u>"</p>	<p>Plano locutivo: "(...) de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente. / onde existem pessoas enxergamos cidadãos..."</p> <p>Plano simbólico "O Estado criará um mutirão nacional intitulado "Meu Registro, Minha Identidade". Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visando a consolidação da</p>

<p>comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira ...”</p>		<p>cidadania brasileira”/ “A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade...”/ “<u>onde</u> existem pessoas enxergamos cidadãos”.</p>
--	--	---

6.7 Plano de texto e estrutura sequencial argumentativa do texto 03

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese.

TEXTO 03

Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil’

A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período. **[tese inicial]** Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento. **[Nova tese]** Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

[P.arg.1] Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil. **[dados]** Sob esse viés, destaca-se que segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas. **[p.arg.1]** A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

[p.arg.2] Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida. [tese inicial] Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. [restrição] Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 –, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil. [nova tese] Portanto, ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

[tese inicial] Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil. [intervenção] Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda “per capita” de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o procedimento formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente. [(reafirmação da) nova tese] desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Tema: ‘Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil’
Tese anterior (inferência)

Resumo da sequencialidade argumentativa texto 03

Tema (fixado pela proposta de redação)

Tese anterior

esquema justificativo



Tese inicial- Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento.

Nova tese- Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

P.arg.1 - Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil.

Dados- Sob esse viés, destaca-se que segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas.

P.arg.1- A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

P.arg.2- Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida.

Nova tese- Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física... Portanto, ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Item C1: O plano de texto da redação 03

A estrutura do texto 03 segue um plano textual fixo, apresentando uma sequência argumentativa justificativa, a partir da qual o tema é delineado com base nos textos motivadores. Essa relação, mencionada na tese anterior, é estabelecida de forma inferencial a partir do tema 'Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil', o qual se encontra ancorado nos textos motivadores, com suas ideias organizadas em problematização e tematização.

A tese inicial destaca que a Carta Magna do Estado brasileiro conecta a cidadania ao registro formal de nascimento. Entretanto, a ausência desse documento gera invisibilidade e priva os cidadãos de direitos fundamentais. A nova tese ressalta

as dificuldades enfrentadas pela parcela vulnerável da população para acessar o registro civil, especialmente devido à desigualdade socioeconômica. Dados indicam a extrema disparidade de renda no Brasil. Limitações financeiras dificultam o deslocamento até os cartórios, impedindo o registro e reforçando a invisibilidade e a privação de direitos. Portanto, a obtenção da certidão de nascimento é essencial para emitir outros documentos e garantir plena cidadania.

Os elementos da sequência argumentativa se integram ao plano de texto, assim como no texto 01 e 02, em que o plano de texto segue de forma canônica e mais ou menos linear:

Plano de texto

Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese

Sequência argumentativa

tese inicial- restrição- nova tese- dados- p.arg.1- p.arg.2- Nova tese

Veja a relação entre os textos motivadores **e** a sequência argumentativa do texto 3, no plano de texto a seguir:

Item C2: Relação da sequência argumentativa com os textos motivadores pela paráfrase

Recortes das macroproposições	Recortes dos textos motivadores.	Relação parafrástica entre proposições x textos motivadores
<p>Tema: 'Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso a cidadania no Brasil'</p>		
<p>tese inicial- Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento.</p>	<p>M3 "...A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade..."</p> <p>M1: "...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento..."</p> <p>M3: "A Lei Nº 9 534 de 1997 tornou, assim, o registro de nascimento gratuito no Brasil".</p>	<p>Plano referencial: Repetição: cidadão, estado, Brasil. Relação lexical: oficialização/existe oficialmente, registro/certidão de nascimento, título de cidadão/primeiro documento da vida.</p> <p>Plano locutivo: "... de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento"./ "(...) então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade".</p> <p>Plano simbólico (expansão sobre a lei pela Carta Magna): "Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional (...) / ... "A Lei Nº 9.534 de 1997 tornou, assim, o registro de nascimento gratuito no Brasil".</p>

<p>Nova tese- Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da <u>ausência dessa documentação</u>, <u>diversas pessoas</u> passam a enfrentar um quadro de <u>invisibilidade</u> frente à estrutura estatal e, com isso, <u>são privadas</u> da <u>verdadeira cidadania no país</u>.</p>	<p>M1...Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o <u>primeiro documento</u> da vida – a <u>certidão de nascimento</u>. [...] Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se define: “<u>zero à esquerda</u>”, “<u>cachorro</u>”, “<u>um nada</u>”, “<u>pessoa que não existe</u>”, entre outras, <u>todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor</u>, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo <u>Estado</u>”.</p> <p>M2 “...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa...”</p>	<p>Plano referencial: Relação lexical: ausência dessa documentação/sem registro de nascimento, invisibilidade/pessoa sem valor, cidadania/cidadania verdadeira.</p> <p>Plano locutivo: “(...) fica clara a forma como os usuários se definem: 'zero à esquerda', 'cachorro', 'um nada', 'pessoa que não existe'...” / (...) diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal.</p>
<p>P.arg.1 Acerca dessa lógica, é necessário <u>pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira</u>, em situação de <u>vulnerabilidade socioeconômica</u>, no acesso ao procedimento de <u>registro civil</u>.</p>	<p>M1: “<u>Adultos, velhos e crianças</u> estão ali para conseguir o que, no <u>Brasil</u>, é oficialmente reconhecido como o <u>primeiro documento</u> da vida – a <u>certidão de nascimento</u>...”</p> <p>M2 “...<u>Só que o problema persiste</u>, mostrando que essa <u>exclusão é complexa...</u>”</p>	<p>Plano referencial: Relação lexical: acesso ao registro civil/obter a certidão de nascimento, vulnerabilidade socioeconômica/pessoas pobres.</p> <p>Plano locutivo: “(...) é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil”./ “<u>Adultos, velhos e crianças</u> estão ali para conseguir o que, no <u>Brasil</u>, é oficialmente reconhecido como</p>

		<p>o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento..."</p>
<p>Dados- Sob esse viés, destaca-se que segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas.</p>	<p>M1: "... nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso..."</p> <p>M2 "...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>	<p>Plano referencial: Relação lexical: desigualdade, renda, condições de vida.</p> <p>Relação lexical: desigualdade social/pessoas pobres ou muito pobres, renda baixa/condições de vida dignas, indivíduos tupiniquins, detentores de rendas extremamente baixas.</p> <p>Plano locutivo: "Nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso..."/ "(...) condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas".</p> <p>Plano simbólico (expansão sobre a desigualdade pela menção do relatório): "Sob esse viés, destaca-se que segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas" (...) / "...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>

<p>p.arg.1- A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.</p>	<p>M1: Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Então, do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento...."</p> <p>M2 "...Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa..."</p>	<p>Plano referencial: Repetição: recursos financeiros, registro, desigualdade social. Relação lexical: deslocamento ao cartório/acesso ao registro, custos com transporte/recursos limitados.</p> <p>Plano locutivo: "Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Então, do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo.../ "(...) os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte (...)".</p>
<p>p.arg.2- Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida.</p>	<p>M1: "...Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se define: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi</p>	<p>Plano referencial: Repetição: invisibilidade, falta de documentos, direitos. Relação lexical: invisibilidade/pessoa que não existe, privação de direitos/não ter acesso a serviços e garantias.</p> <p>Plano locutivo: "Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: 'zero à esquerda', 'cachorro', 'um nada', 'pessoa que não existe'..."/ "Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento</p>

	oficialmente reconhecida pelo Estado.”	de invisibilidade desenvolvida pelos indivíduos sem registro”.
<p>Nova tese- Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Portanto, <u>a ausência da documentação formal</u> torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.</p> <p>Intervenção: Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país.</p>	<p>M3 “...A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade...”</p> <p>M1: Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra (...)</p> <p>M3: (...) essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.</p>	<p>Plano referencial: Repetição: certidão de nascimento, serviços, garantias. Relação lexical: ausência de documentação/invisibilidade social, certidão de nascimento/primeiro documento da vida.</p> <p>Plano locutivo: “A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão, então, com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade...”/ “Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física”./</p> <p>Plano simbólico (...) propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. /” A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão”.</p> <p>Plano simbólico (intervenção pela expansão sobre o acesso ao transporte): (...) a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país./ Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da</p>

		Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente, a partir das 9h. (...) essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.
--	--	--

6.8 Resultados da análise

No primeiro momento, ao analisar as redações, verificamos a construção composicional das redações nota mil. Como vimos, as estruturas das sequências argumentativas tenderam a convergir com o plano de texto fixo, ou a se encaixar, prototípicamente, dentro dele, de modo mais ou menos linear. A análise das macroproposições nos textos examinados revela que o esquema mais utilizado foi o justificativo. Em todos os textos analisados — Texto 01, Texto 02 e Texto 03 —, o esquema justificativo predominou, ao invés de utilizar um esquema dialógico, segundo Adam (2011).

Quanto à estrutura dos textos, como dissemos, todos seguiram o plano de texto fixo, que se configura como Tema + tese + argumento + intervenção + reafirmação da tese, segundo a Cartilha do Participante, também considerada por Oliveira (2016). Essa organização foi mantida de maneira consistente, proporcionando uma estrutura clara e bem definida para a apresentação e desenvolvimento das ideias, facilitando a compreensão e o acompanhamento da argumentação.

Nisso, a ordem canônica do esquema argumentativo não foi totalmente linear, tendo em vista que a nova tese frequentemente apareceu em diversos pontos ao longo dos textos. O mesmo ocorreu com a tese inicial, porém com menor frequência. Mas essa distribuição das duas ao longo do texto, embora tenha sofrido essa diluição, não representou perda da qualidade das redações.

Em suma, os textos analisados mostram um uso eficaz do esquema justificativo e uma adesão rigorosa ao plano de texto fixo, de modo que a sugestão de intervenção, como parte fundamental na construção dessas redações, tende a coautuar, ou a se alinhar à estrutura da reafirmação da nova tese, complementando-a, no parágrafo final de conclusão.

Como apontado por Marquesi, Elias e Cabral (2017), no âmbito da linguística textual, tais redações conduzem a orientação argumentativa de maneira a apresentar tese inicial, argumentos, nova tese e intervenção e, neste caso, apresentam o mesmo direcionamento de sentido dado nos textos motivadores, que é o da população carente, que precisa de ajuda do governo para o acesso aos documentos civis.

Além disso, evidenciou-se além do contexto e das inferências baseado no diálogo entre Lucena e Silva (2014) e Jesus (2017) também utilizando a classificação de Fuchs (1984) e Lima (2024) das paráfrases, para materializar a relação de tematização entre os textos motivadores e a sequências argumentativas de cada uma das redações nota mil.

Pelo que mostramos, tivemos como unidade demarcadora de análise as macroproposições das sequências argumentativa inseridas no plano de texto dos candidatos das redações nota mil do ENEM 2021. Assim, buscamos, nessas macroproposições, os elementos parafrásticos nos seus diversos níveis. Destacamos, assim, certas passagens dos textos motivadores mais significativas e produtivas em termos de paráfrases, centralizadas na problemática da desigualdade social manifestada pela falta de acesso ao documento civil.

Deste modo, com base nestes autores, principalmente em Fuchs (1984) e Lima (2024), foi possível relacionar e identificar, além do já exposto, que as proposições fazem relação através de paráfrases com os textos motivadores, ao longo de todas as macroproposições manifestadas nos planos de texto.

Desta forma, podemos visualizar nas relações entre os textos motivadores e a redação a partir do exposto anteriormente, definindo a relação temática entre problematização e tematização, que está se delimita a partir da proposta de redação. Ao se textualizar, o plano de texto marca a autoria de cada candidato nota mil, na sequência argumentativa. Esta apresentara as macroproposições, parafraseando os textos motivadores em todos os níveis de reformulação, especialmente no referencial e também no locutivo. Nisso temos a hipótese da influência do nível referencial e do locutivo como níveis microestruturais de construção textual.

Mas não podemos deixar de ressaltar a importância do plano simbólico de paráfrase como influência na construção das sugestões de intervenção, uma vez que tais sugestões ressaltam e tematizam as ideias, de certa forma, já ditas em algumas passagens dos textos motivadores.

CONCLUSÃO

Ao realizar a análise minuciosa das três redações, reconstruindo seus planos de texto e categorizando suas sequências argumentativas, foi possível estabelecer uma relação significativa com os textos motivadores. Estes, com o tema fixo como critério de eliminação da redação do Enem, foram identificados na elaboração das sequências argumentativas justificativas, conforme destacado por Oliveira (2016). Logo, ao examinar a distribuição temática dentro do plano de texto e da sequência argumentativa, vimos a estrutura canônica argumentativa manifestada de modo mais ou menos linear e fixo, atendendo às necessidades de elaboração argumentativa própria da prática discursiva das redações do ENEM.

Buscamos também, nessa estrutura, investigar a relação entre os textos motivadores e as redações nota mil do Enem, com o propósito de compreender a influência desses elementos na construção das produções textuais. A hipótese que guiou nossa investigação é que os textos motivadores desempenham um papel fundamental na definição dos temas e na problematização apresentada pelos participantes, refletindo-se na estrutura composicional das redações nota mil. Ao longo da análise, pudemos observar que a presença dos textos motivadores promove um paralelismo temático e problematizador entre as redações, evidenciando a isonomia na abordagem dos temas propostos, manifestando-se, de um forma ou de outra, em todas as macroproposições analisadas. Vimos que a estrutura da sequência argumentativa ocupa um lugar privilegiado no plano de texto, de modo que suas categorias foram mais detalhadas para descrever as relações com os textos motivadores.

Foi possível identificar paráfrases em todas as macroproposições dos textos. Cada uma das seções argumentativas, desde a introdução até a conclusão, utilizou paráfrases para apoiar e desenvolver os argumentos, demonstrando uma aplicação eficaz e consistente desse recurso ao longo do texto.

Além disso, destacamos as propostas de intervenção em todos os textos foram originadas a partir de paráfrases que interpretamos como simbólicas. Assim, a relação entre os textos motivadores e as redações do Enem nota mil, foi possível através da paráfrases em todos os níveis, assim como classificados por Fuchs (1982) e categorizados por Lima (2024), nos plano referencial, plano pragmático, plano locutivo e simbólico, entrelaçando as ideias do autor para criação de um novo texto, ancorado

nos textos motivadores, de maneira a lançar mão das paráfrases para se manter, no nível semântico, o tema, para se argumentar sobre o problema e para sugerir ideias de intervenção político-social diante dos problemas levantados nos textos motivadores.

É possível perceber na análise que o plano locutivo e referencial são predominantes em todas as fases dos textos. Também o plano simbólico se apresenta em todas as três redações analisadas, mostrando-se de grande relevância na construção parafrástica das redações nota mil, sugerindo que a geração de ideias se solução dos candidatos, na verdade, ao que parece, já vem sendo gerada, de certa forma, nos textos motivadores.. A habilidade do autor de parafrasear as ideias dos textos motivadores possibilita a criação de um novo texto, com certo nível de autoria dentro do plano de texto da redação do Enem.

Uma lacuna que percebemos ao longo da nossa análise que possibilita investigações futuras é a relação dos textos motivadores multimodais na argumentação das redações do Enem. Outro aspecto importante que pode ser investigado são as redes referenciais dentro das redações do Enem e dos textos motivadores, uma vez que o plano referencial parafrástico se mostrou bastante saliente na microestrutura desses textos.

Quanto às contribuições desta pesquisa para a linguística textual, destaca-se a ampliação do entendimento sobre a relação entre os textos motivadores e os planos de texto das redações, na produção textual em situações de avaliação acadêmica. Além disso, ao destacar a importância dos textos motivadores como ponto de partida comum para a criação do plano de texto, na influência na definição dos temas e na problematização apresentada pelos candidatos, esta pesquisa oferece indicadores valiosos para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais eficazes no ensino da escrita.

Em suma, este estudo demonstra que, ao mesmo tempo em que se revela um processo criativo das gerações de ideias no plano de texto dos candidatos, vemos que há todo um já-dito que influencia nesta criação autoral do texto.

REFERÊNCIAS

- ADAM, JEAN MICHEL. **A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos.** São Paulo; Cortez,2008.
- Adam, Jean Michel, **Textos tipos e protótipos/** tradução Mônica Magalhães Cavalcante, São Paulo; Contexto, 2019.
- AMOSSY, ROTH. **A argumentação no discurso** / Ruth Amossy; coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa... [et al.]. – 1. Ed., 1^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, RUTH. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- Brasil, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento Introdutório.** Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL, **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores** /Lucília Helena do Carmo Garcez, Vilma Reche Corrêa, organizadoras. – Brasília :Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.
- BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **A redação no Enem 2022: cartilha do participante.** Brasília, 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF: MEC,
2017. Disponível:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_11051_8_versaofinal_site.pdf.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.
- CABRAL, ANA LÚCIA TINOCO. **O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita.** Linha D'Água, v. 26, n. 2, p. 241-259, 2013.
- CAMÕES, LUÍS VAZ DE. **Os Lusíadas de Luís Camões.** Direção Literária Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Acesso em 18 de novembro de 2022: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000164.pdf>.
- CAREL, M., & DUCROT, O. (2005). **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos.** Buenos Aires: Colihue.
- CARVALHO, ANA PAULA LIMA DE. **Sobre intertextualidades estritas e amplas /** Ana Paula Lima de Carvalho. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, MÔNICA MAGALHÃES et al. **Linguística Textual e Argumentação.** – Campinas, São Paulo; Pontes editores, 2020.
- DE LUCENA, JOSETE MARINHO; SILVA, BRUNA COSTA. **O papel dos textos motivadores na proposta de produção textual do Enem.** 2014. Disponível em: <https://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/579.pdf> .(Acesso em 27 de fev2024).
- DE OLIVEIRA PAIVA, FRANCISCO JEIMES; LIMA, ANA MARIA PEREIRA. **Do texto multissemiótico ao texto verbal: uma análise de propostas de redação do enem sob a perspectiva do letramento visual crítico.** Humanidades & Inovação, v. 5, n. 10, p. 188-213, 2018.
- FUCHS, CATHERINE. A paráfrase linguística: Equivalência linguística, sinonímia ou reformulação? **Caderno de Estudos Linguísticos.** SP: n.08, 1985, p.129-134.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

HEERDT, MAURI LUIZ. **Metodologia científica e da pesquisa** : livro didático / Mauri Luiz Heerdt, Vilson Leonel ; design instrucional Luciano Gamez, [Carmen Maria Cipriani Pandini]. – 5. ed. rev. e atual. – Palhoça : UnisulVirtual, 2007.

JESUS, JOSEILDA MARTINS DE. **Processos de construção da autoria nas provas do ENEM**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/624>

KELLOGG, R. T. (2008). **Training writing skills: A cognitive developmental perspective**. *Journal of Writing Research*, 1(1), 1–26.

<https://doi.org/10.17239/jowr-2008.01.01.1>

KOCH, INGDORE GRUNFELD VILAÇA. **Desvendando os segredos do texto**. 2^a ed. – São Paulo: Cortez. 2003.

KOCH, INGDORE GRUNFELD VILAÇA. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. Ingdore Grunfeld Vilaça Koch. – 2^a ed. – São Paulo editora, Martins Fontes, 2009.

LIMA, LARISSE FERREIRA DE ALCANTARA. L696a .**Uma análise textual-discursiva da paráfrase em redações de estudantes do 3º ano do ensino médio de Beberibe - CE** / Larisse Ferreira de Alcantara Lima. - Acarape, 2023.

LÔBO, YOLANDA. CECÍLIA MEIRELES / YOLANDA LÔBO. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158 p.: il. – (Coleção Educadores) Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7019-476-3 1.Meireles, Cecília Benevides de Carvalho, 1901-1964. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.

MARQUESI, SUELI CRISTINA; ELIAS, VANDA MARIA; CABRAL, ANA LÚCIA TINOCO. **Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, p. 13-32, 2017.

NASCIMENTO, P. DE S. **A produção textual no 3º ano do ensino médio e o ENEM: o que e como fazer?** 2015, 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - com habilitação em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10248> (acesso em 17 de jun. 2022)

OLIVEIRA, FLÁVIA CRISTINA CANDIDO DE. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM/** Flávia Cristina Candido de Oliveira. – tese de doutorado- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PIRIS, EDUARDO LOPES; RODRIGUES, MARIA DAS GRAÇAS SOARES (orgs.). **Estudos sobre a argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal/RJ: EDUFRN, 2020, p. 11-45.

Anexo

AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2021

Para esta Cartilha, foram selecionadas e comentadas algumas redações que receberam a pontuação máxima – 1.000 pontos – na edição de 2021 do Enem Impresso, por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento dos princípios de organização frasal, pela adequação às convenções da escrita, às regras gramaticais e à escolha vocabular, bem como pela utilização de linguagem formal, apropriada ao registro esperado no texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.

Seguem os textos nota 1.000 com seus respectivos comentários.

PEDRO HENRIQUE REZENDE MACHADO

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma

conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta introdução em que expõe seu ponto de vista, desenvolvimento de justificativas que comprovam esse ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, quando o participante trata da importância dos documentos civis para que a cidadania dos indivíduos seja assegurada. Observa-se também o uso produtivo de repertório sociocultural pertinente à discussão proposta pelo participante em mais de um momento do texto. No primeiro parágrafo, são apresentadas as ideias da filósofa Nancy Fraser – para quem a visibilidade de um grupo ou indivíduo para a sociedade e para o poder público está associada ao conceito de justiça social – com o intuito de introduzir o tema, apontando a necessidade dos documentos civis para que um indivíduo seja considerado cidadão. No segundo parágrafo, o participante utiliza o conceito de “cidadanias mutiladas”, de Milton Santos, para discutir o fato de que muitos brasileiros não têm acesso aos direitos previstos pela Constituição e de que o registro civil é o que permite que o poder público reconheça essas pessoas e possa mudar essa situação. Já no terceiro parágrafo, em que o participante discute a construção do verdadeiro “eu” pelo indivíduo, é apresentado um pensamento de Jean Paul Sartre, que afirma

que a existência humana é necessária para que o homem possa construir sua essência.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. Como apontado anteriormente, no primeiro parágrafo o participante apresenta a importância dos documentos civis para que um indivíduo tenha sua cidadania assegurada, ou seja, tenha acesso aos seus direitos, mas afirma que muitos ainda não possuem registro. Nessa introdução também já é definido o caminho que o texto vai seguir: o participante quer tratar das consequências do acesso aos documentos – a ascensão social e a construção do “eu” pelo indivíduo – e afirma que é necessária uma ação do Estado para que isso seja possível. No início de sua argumentação, o participante trata da ascensão social dos indivíduos, mostrando que os brasileiros de classes sociais mais baixas não têm acesso aos seus direitos. Nesse sentido, o registro civil é o que possibilita que o poder público reconheça esses indivíduos e se conecte a eles, atuando de forma a promover a equidade social. Já no terceiro parágrafo, é trabalhada a segunda consequência da regularização do indivíduo, que foi apresentada na introdução: a construção do verdadeiro “eu” por parte do indivíduo. De acordo com o participante, como o registro civil garante que um indivíduo exista, isso permitirá que ele possa definir quem realmente é e se tornar mais visível à sociedade, o que também garante sua cidadania. Por fim, na conclusão, o participante propõe uma solução para o problema da ausência de registro, que havia sido apresentada no primeiro parágrafo: o Estado deve democratizar a retirada dos documentos civis.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Além disso” e “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “Nesse viés”, “a fim de”, “seus indivíduos”, “mediante”, “No entanto”, “tais registros”, “portanto”, “sobretudo”, “Tendo isso em vista”; 2º parágrafo: “em que”, “estas”, “Nesse contexto”, “seus direitos”, “Dessa forma”, “este”, “com o fito de”; 3º parágrafo: “sua existência”, “porém”, “ela”, “Nessa perspectiva”, “para que”, “ele”, “Desse modo”, “esta”; 4º parágrafo: “sua facilitação”, “através de”, “por meio de”, “tal ação”, entre outros).

Por fim, o participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, articulada à discussão desenvolvida no texto, detalhada e que respeita os direitos humanos. Ele propõe que o Estado democratize o registro para pessoas de baixa renda, construindo centros de registros e cartórios em regiões periféricas e rurais, o que ampliaria o acesso à cidadania e, consequentemente, permitiria a construção de um cenário de justiça social.

GABRIEL BORGES

Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições

econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebem as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindoativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto apresenta apenas um desvio, quando ela escreve “A essa” no lugar de “Nessa”, no segundo parágrafo.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante trata da invisibilidade causada pela ausência de documentação. Quanto ao uso de repertório sociocultural, nota-se que ele aparece de maneira produtiva e pertinente à discussão em diversos momentos: no primeiro

parágrafo, a participante apresenta o contexto da Grécia Antiga, em que apenas um grupo restrito tinha acesso à cidadania, para compará-lo com a realidade atual do Brasil, em que todo indivíduo nascido no país tem direito a ser reconhecido como cidadão – o que é oficializado por meio do registro civil. No segundo parágrafo, há uma referência ao relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em que se aborda a questão da desigualdade, que, seguindo a argumentação da participante, seria um dos motivos pelos quais algumas pessoas não têm acesso ao registro civil.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia seu texto com uma contextualização histórica, comparando a cidadania na Grécia Antiga com o que ocorre atualmente no Brasil – em que todos têm direito à cidadania, o que é garantido por meio do registro civil. Ainda no primeiro parágrafo, ela aponta a problematização relacionada a essa questão: aqueles que não têm acesso à documentação são privados da cidadania e acabam se tornando invisíveis para a sociedade. No segundo parágrafo, é apresentado o motivo pelo qual muitas pessoas não têm acesso ao registro civil: a desigualdade econômica. A argumentação da participante se baseia no fato de que a falta de recursos financeiros pode dificultar o deslocamento de algumas pessoas até um cartório. Já no terceiro parágrafo, são apresentadas as consequências da falta de documentos, como a ausência de direitos e de acesso a programas governamentais. No último parágrafo, então, é proposta uma solução para o problema, que consiste em promover o acesso das pessoas de baixa renda aos cartórios, para que, com o registro civil, elas possam se tornar cidadãs.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Acerca dessa lógica”, “Além disso” e “Diante do exposto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “dessa conjuntura”, “de modo que”, “Nesse contexto”, “com isso”, no 1º parágrafo; “Sob esse viés”, “essas pessoas”, “devido a”, “por conseguinte”, “Assim”, no 2º parágrafo; “tendo em vista”, “Sob essa óptica”, “bem como”, “Nesse sentido”, “Portanto”, no 3º parágrafo; e “Por isso”, “por meio de”, “No que tange a”, “Desse modo”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o Governo deve propiciar o acesso da população mais pobre ao registro civil, criando cartórios móveis que irão até as regiões com menor renda per capita, com o objetivo de promover a cidadania.

GIOVANNA DA SILVA GAMBA DIAS

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, a qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de sociologia. Isso deve ocorrer, a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade.

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas um desvio de escolha lexical em “impede que tantas pessoas não se registrem”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante relaciona a falta de registro civil com a invisibilidade dos indivíduos. Quanto ao uso de repertório sociocultural, nota-se que ele aparece de maneira produtiva e pertinente à discussão em diversos momentos: no primeiro parágrafo, há uma referência à obra de Cândido Portinari, “Os Retirantes”, que representa indivíduos invisibilizados pela sua condição socioeconômica, para mostrar que essa invisibilidade continua presente em nosso país, quando pensamos nas pessoas sem registro civil; no segundo parágrafo, a participante trata da relação entre a posse de um documento e o sentimento de pertencimento ao país e, para reforçar seu argumento, faz uso das ideias do historiador Caio Prado Júnior; já no terceiro parágrafo, são mencionados o economista José Murilo de Carvalho e o sociólogo Florestan Fernandes – o primeiro para tratar do conceito de cidadania operária, em que apenas se explora a população mais pobre e não estimula a desenvolver um pensamento crítico, e o segundo para reforçar a relação entre uma educação de qualidade e o acesso à cidadania.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia seu texto comparando a realidade retratada na pintura “Os Retirantes” com aquela que vivemos no Brasil hoje em dia, em que muitos indivíduos são invisibilizados. Ainda no primeiro parágrafo, ela relaciona essa invisibilidade atual com a falta de registro civil e aponta dois caminhos para sua argumentação: discutir o motivo pelo qual o acesso à documentação promove a cidadania e o porquê de muitas pessoas não terem seus documentos pessoais. No segundo parágrafo, então, é desenvolvida a relação entre o registro civil e a cidadania: de acordo com a argumentação da participante, a posse de um documento faz com que o indivíduo passe a ter um sentimento de pertencer ao país, ou seja, de ser um cidadão. Ela ainda aponta que esse sentimento é escasso no país, dado seu contexto de colonização. Já no terceiro parágrafo, ela passa a discutir o que leva tantas pessoas a não terem

acesso ao registro, que seria o fato de a educação brasileira ter o objetivo de formar a população, sobretudo os mais pobres, como mão de obra e não como indivíduos com pensamento crítico. Dessa forma, eles acabam não conhecendo seus direitos e não buscam o acesso aos documentos pessoais. Por fim, no último parágrafo, é apresentada uma solução para o problema da falta de acesso a documentos, que está relacionada à conscientização da população quanto aos seus direitos.

No que se refere à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Ademais” e “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “sua obra”, “Com base nesse viés”, “bem como”, no 1º parágrafo; “tal situação”, “porque”, “esse sentimento”, “visto que”, “logo”, “Desse modo”, no 2º parágrafo; “Isso”, “então”, “devido a”, “Assim”, “já que”, no 3º parágrafo; e “Para isso”, “por meio de”, “tanto... quanto”, “a fim de”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o Ministério da Educação deve instruir a população sobre seus direitos, criando um debate que leve a discussão sobre a importância do registro civil para as escolas.

FERNANDA KAROLINNE QUARESMA NUNES

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. Com

isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há presença de apenas dois desvios. No segundo parágrafo, observa-se a ausência de vírgula no trecho “... como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil [,] é necessária...”. O segundo desvio encontra-se no último parágrafo, em que há uma acentuação indevida na palavra civil, grafada “cívil” no trecho “... ampliar o acesso aos cartórios de registro cívil”.

Com relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante aponta que a invisibilidade causada pela falta de registro civil é uma problemática ainda presente no Brasil atual. Há, também, repertório sociocultural utilizado de maneira produtiva e pertinente à discussão no primeiro parágrafo, na referência à caracterização dos personagens da obra de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, os quais não são nomeados, para ilustrar a falta de identificação oficial também observada nas pessoas que não possuem registro civil. No segundo parágrafo, para tratar da falta de garantia de direitos civis no país, a participante recorre ao pensamento do historiador José Murilo de Carvalho e conclui, a partir dele, que, com o problema da falta de registro civil de milhões de brasileiros, não é possível alcançar a cidadania na sociedade. Já no terceiro parágrafo, é citado o trabalho da antropóloga Lilia Schwarcz sobre a formação do país, que favoreceu a

desigualdade social, para discutir a exclusão social imposta às pessoas sem registro civil. Por fim, no último parágrafo, a participante retoma a obra “Vidas Secas” para reafirmar o direito de toda a população ao reconhecimento da própria identidade.

O projeto de texto apresentado ao longo da redação é considerado estratégico porque há uma organização clara e um desenvolvimento consistente da redação. Isso se deve ao fato de que a participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que é preciso compreender de que forma a falta de registro civil impacta na sociedade e, posteriormente, buscar soluções para o problema. Assim, buscando essa compreensão, a participante discute, no desenvolvimento de seu texto, a impossibilidade de se alcançar a cidadania plena em uma sociedade que ainda apresenta pessoas não registradas oficialmente e a exclusão social, evidenciada em situações de humilhação e discriminação, causada por esse problema. Por fim, após comprovar a importância do tema abordado, a participante propõe soluções para ele.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Além disso”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “sua família”, “para”, “A partir desse”, no 1º parágrafo; “Isso”, “porque”, “para que”, “Sob essa ótica” “Dessa forma” “por fim”, no 2º parágrafo; “também”, “Tal questão”, “pois”, “de acordo com”, “ou seja”, “ao invés de”, “Com isso”, “sobretudo”, no 3º parágrafo; e “esse grave problema”, “Assim”, “tal ação”, “o qual”, “além de”, “a fim de” “dessa documentação”, “assim como”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o poder executivo deve agir para ampliar o acesso ao registro civil, implementando um projeto de incentivo ao registro de cidadãos, que procuraria evidenciar a importância do registro oficial para a população, buscando, por fim, a diminuição da desigualdade social no Brasil.

ALICE SOUZA MOREIRA

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã. Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que inicia a discussão do tema, desenvolvimento de justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: ele é

apresentado já no primeiro parágrafo, no qual se aponta que, diferentemente do que apregoa a Constituição Federal, não há garantia de acesso à cidadania a todos os cidadãos brasileiros, pois milhares de pessoas sem registros civis convivem com a invisibilidade social. Observa-se que a participante usa, de forma produtiva, repertório sociocultural pertinente à discussão ao longo do texto. No primeiro parágrafo, como já mencionado, ela contrapõe à Constituição Federal a realidade atual brasileira. No segundo parágrafo, a participante faz referência à obra de Gilberto Freyre, “Casa-grande e Senzala”, para reforçar sua argumentação a respeito da precariedade das condições de trabalho dos indivíduos sem registro civil. Já no terceiro parágrafo, para tratar da exclusão que atinge as pessoas sem registro, a participante faz uso do conceito de polifonia das cidades, desenvolvido por Nick Couldry, e afirma que, sem a atuação de todos, não há democracia.

Podemos perceber, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, que se configura na organização clara e no desenvolvimento consistente de argumentos. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que a falta de registro civil gera uma invisibilidade social que causa a precarização do trabalho do grupo social atingindo e sua exclusão da democracia. Em relação à precarização do trabalho, a participante traz a informação de que, sem o registro civil, as pessoas também deixam de possuir outros documentos, como a carteira de trabalho, o que as impede de ter acesso a direitos trabalhistas e as deixa vulneráveis ao trabalho análogo à escravidão. Em seguida, desenvolve-se a segunda consequência apresentada na introdução, a exclusão democrática, causada pela ausência de outro documento importante, o título de eleitor. Por fim, a participante propõe uma solução para promover o registro dos cidadãos.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Diante desse cenário”, “Ademais”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “Entretanto”, “tal teoria”, “uma vez que”, “as” – em “impedindo-as” –, “o que”, “Tal invisibilidade”, “como”, no 1º parágrafo; “quanto à” e “Nesse contexto”, “por exemplo”, “Dessa forma”, “tal lacuna”, “Em consonância com”, “tal tese”, “na qual”, “ele”, “em que”, “ou seja”, “Sendo assim”, “por sua vez”, no 2º parágrafo; “Nessa perspectiva” e “também”, “Sob esse viés”, “tal tese”, “no qual”, “Desse modo”, “daquele”, no 3º parágrafo; e “esse cenário”, “Para tal”, “esses

serviços”, “Tal ação”, “por meio da”, “a fim de”, “onde”, “para”, “assim”, “Dessa forma”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. A proposta sugere que o Governo Federal se responsabilize por implementar serviços que contribuam com a diminuição dos índices de invisibilidade provados pela falta de registro civil, objetivando a conquista de direitos básicos, como os discutidos ao longo do texto, por todos os brasileiros.

MARIANA MARIAH IDALGO DA COSTA

Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excluente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.

Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, consequentemente, para erradicar a subcidadania.

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitivas de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisar que localizem as principais áreas onde há carência de certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam

usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há presença de apenas um desvio. No segundo parágrafo, observa-se um desvio de regência no trecho "... o enfrentamento à [da] desinformação é crucial para a democratização".

A participante demonstra excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Ela apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante afirma que grande parcela da população não usufrui de seus direitos porque não possui certidão de nascimento. Com relação à utilização de repertório sociocultural de maneira produtiva e pertinente à discussão, observa-se que isso ocorre já no primeiro parágrafo, no qual a participante parte do pensamento do sociólogo Jessé Souza para apontar a existência de subcidadãos, sem registro civil, no Brasil. No segundo parágrafo, utiliza-se o pensamento de Immanuel Kant para discutir que, sem informações sobre a importância do registro civil, a população não possui autonomia para agir. Já no terceiro parágrafo, para tratar das consequências da falta de registro civil, a participante faz uso do pensamento do sociólogo Thomas Marshall para contrapô-lo à situação observada no Brasil, na qual pessoas sem registro não podem usufruir de seus direitos de cidadão. Por fim, para ilustrar o objetivo da proposta de intervenção sugerida, a participante retoma o conceito de cidadania de Thomas Marshall.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia apresentando o problema que pretende discutir – que, no Brasil, uma parcela da população, por não ter registro civil, não pode usufruir de seus direitos, configurando a subcidadania –, sua causa – o desconhecimento sobre como obter o registro – e a solução para esse problema – atuação governamental. No parágrafo seguinte, a participante discute, então, de que forma a falta de informação impede o registro dessa parcela da população. Já no terceiro parágrafo, aprofunda-se a discussão sobre a necessidade de se buscar esse registro para a garantia do acesso

à cidadania de toda a população. Por fim, no último parágrafo, a participante propõe soluções para o problema apontado, sugerindo a promoção de campanhas de informação comandadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o intuito de promover o registro civil.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Por conseguinte”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “visto que”, “seus direitos”, “essa subcidadania”, “Tal contexto”, “sobretudo”, “acerca de”, “Assim”, “esse atentado”, no 1º parágrafo; “Nesse sentido”, “segundo”, “no qual”, “Consoante esse pensamento” “seu registro civil” “ela”, “dessa garantia”, “isso”, “consequentemente”, no 2º parágrafo; “Nessa perspectiva”, “de acordo com”, “suas garantias civis”, “Contudo”, “uma vez que”, “esse documento”, “Dessa forma”, “para que”, no 3º parágrafo; e “a fim de”, “esse panorama”, “Para isso”, “a fim de”, “dessa parcela populacional”, “essa documentação”, “por meio de”, “onde” “para que”, “los” – em “informá-los” –, “A partir disso”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada sugere que se organizem comitivas de funcionários do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para visitar a população sem registro civil e informá-la sobre como conseguir o registro civil.

Com certeza você já ouviu falar que, para escrever bem, é preciso ler muito. Pois bem, isso é verdade. A leitura frequente e diversificada colabora com a escrita em vários aspectos:

- Amplia o vocabulário, possibilitando que nossa expressão na linguagem formal, exigida em exames como o Enem, seja cada vez melhor, ajudando-nos a fazer bom uso de sinônimos e articuladores argumentativos.
- Diversifica nosso repertório sociocultural, contribuindo para a seleção de ideias, fatos e informações que podem ser utilizados na construção de argumentos sobre os mais variados temas.
- Permite-nos enxergar outras possibilidades de construção da argumentação, proporcionando bons exemplos de como defender um ponto de vista – demonstrando, por exemplo, como antecipar e rebater contra-argumentos.
- Expande nossa visão de mundo, auxiliando-nos a compreender a complexidade das relações humanas e a nos colocar no lugar do outro. Isso facilita, por exemplo, a

elaboração de propostas de intervenção concretas e bem articuladas ao tema proposto.

Para isso, é importante buscar fontes de leitura variadas e de qualidade, desde obras literárias até artigos de divulgação científica, em diversos suportes: livros, revistas, sites de faculdades, blogs etc.

Fique atento também aos assuntos trabalhados em sala de aula ou que são destaques nos noticiários e pesquise sobre eles, tomando o cuidado de verificar a veracidade das informações apresentadas. Procure ouvir os dois lados de uma discussão e leia os pontos de vista contrários e favoráveis ao assunto pesquisado, pois isso certamente ampliará seu horizonte argumentativo. Nesse percurso, você poderá descobrir, além de novos recursos para auxiliá-lo na elaboração de seus textos, outros interesses: um novo escritor preferido, uma ideia interessante para um projeto da escola, um ponto de partida para uma carreira promissora etc.

Enfim, a leitura realmente pode nos ajudar a escrever melhor, na medida em que amplia nosso entendimento da língua, do mundo e das relações humanas, trazendo para nossos textos não apenas novas palavras, mas ideias mais maduras, articuladas e fundamentadas, seja no contexto de uma prova, como é a redação do Enem, seja em outras tantas situações cotidianas permeadas pela escrita.

BOA LEITURA E BONS ESTUDOS!